

ISBN: 978-65-80474-00-4



**ANAI DO V SEMINÁRIO INTERNACIONAL
DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL – SIDER**



**II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE ESTUDOS SOBRE
DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA – SIDETEG**

**SESSÃO TEMÁTICA 1 - PROCESSOS SÓCIO HISTÓRICOS NA EVOLUÇÃO
DOS TERRITÓRIOS**

ISBN: 978-65-80474-00-4

Local: Universidade Estadual do Oeste do Paraná, *Campus Toledo-PR*

Data: 17, 18 e 19 de outubro de 2018



PROMOÇÃO



APOIO





**FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA**
Apoio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



CAPES

ORGANIZAÇÃO DOS ANAIS

Weimar Freire da Rocha Jr.
Alain Hernández Santoyo
Karla Cristina Tyskowski Teodoro Rodrigues
Josineide Aquino da Silva Amaral
Roseli Immig Lotte

ORGANIZAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio - UNIOESTE/Toledo, Paraná.

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e de Sistemas Produtivos - UEMS/Ponta Porã, Mato Grosso do Sul.

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional - UnC/ Canoinhas, Santa Catarina.

Programa de Pós-Graduação Profissional em Planejamento e Governança Pública - UTFPR/Curitiba, Paraná.

Programa de Pós-Graduação Tecnologia e Sociedade - UTFPR/Curitiba, Paraná.

Programa de Pós-Graduação Acadêmico em Desenvolvimento Regional – UNITAU, Taubaté, São Paulo.

Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Desenvolvimento Regional – UNITAU, Taubaté – SP.

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – UTFPR, Pato Branco, Paraná.

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional - UFT, Palmas, Tocantins.

PROMOÇÃO

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio - UNIOESTE/Toledo, Paraná.

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional - UnC/Canoinhas, Santa Catarina.

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e de Sistemas Produtivos - UEMS/Ponta Porã, Mato Grosso do Sul.

APOIO

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES.
Fundação Araucária (Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Paraná).



**FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA**
Apoio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



COMISSÃO CIENTÍFICA

Alain Hernández Santoyo (Universidad de Pinar del Río – Cuba)
Alexandre Assis Tomporoski (UnC/Canoinhas/SC – PGDR)
Ana Cecília Kreter (Hochschule Rhein, Waal, Alemanha)
Antonio Gonçalves de Oliveira (UTFPR/Curitiba/PR/PGPGP)
Argos Gumbosvski (UnC/Canoinhas – PGDR)
Carlos Alberto Gonçalves Jr (UNIOESTE/Toledo/PR – PGE)
Carlos Alberto Piacenti (UNIOESTE / Toledo/PR – PGDRA)
Carlos Otávio Zamberlan (UEMS P. Porã/MS – PGDRSP)
Christian Luiz da Silva (UTFPR/Curitiba/PR – PGTS/PGPGP)
Crislaine Colla (UNIOESTE/Toledo/PR – PGDRA/PGE)
Edson Aparecido Oliveira (UNITAU/SP – PGMGDR)
Flavio Braga de Almeida Gabriel (UNIOESTE /Toledo/PR – PGE)
Gilson Batista de Oliveira (UNILA/Foz do Iguaçu/PR P – GPPD)
Gilson Ditzel Santos (UTFPT/P. Branco/PR – PGDR)
Guadalupe Manzano Garcia (UniRioja Logroño /Espanha)
Jandir Ferrera de Lima (UNIOESTE/Toledo /PR– PGDRA/PGE)
Jefferson A. R. Staduto (UNIOESTE /Toledo/PR – PGDRA/PGE)
Juan Carlos Ayala Calvo (UniRioja Logroño /Espanha)
Julio José Plaza Tabasco (Universidad Castilla-La Mancha/Espanha)
Lucir Reinaldo Alves (UNIOESTE/ Toledo/PR – PGDRA)
Maria Raquel Davide Pereira Ventura Lucas (Universidade de Évora/Portugal)
Mirian Beatriz Schneider (UNIOESTE /Toledo/PR – PGDRA)
Moacir Piffer (UNIOESTE /Toledo/PR – PGDRA)
Moacir Santos (UNITAU/Taubaté/SP – PGMGDR)
Pery Francisco Assis Shikida(UNIOESTE /Toledo/PR – PPGDRA/PGE)
Ricardo Rippel (UNIOESTE /Toledo/PR – PPGDRA)
Rogério Leandro Lima da Silveira (UNISC/ Santa Cruz do Sul /RS – PPGDR)
Rui Manoel de Souza Fragoso (Universidade de Évora/ Portugal)
Sérgio Luiz Allebrandt (UNIJUI-Ijuí/RS – PGDR)
Silvio Cezar Arend (UNISC/ Santa Cruz do Sul /RS – PPGDR)
Valdir Roque Dallabrida (UnC/Canoinhas/SC – PGDR)
Waldecy Rodrigues (UFT/Palmas/ TO – PGDR)
Weimar Freire da Rocha Jr. (UNIOESTE /Toledo/PR – PGDRA)
Zelimar Soares Bidarra (UNIOESTE /Toledo/PR –PGDRA)



**FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA**
Apoio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



COMISSÃO ORGANIZADORA

Weimar Freire da Rocha Jr. (UNIOESTE /Toledo/PR – PGDRA)
Carlos Otávio Zamberlan (UEMS P. Porã/MS – PGDRSP)
Valdir Roque Dallabrida (UnC/Canoinhas/SC – PGDR)
Waldecy Rodrigues (UFT/Palmas/ TO – PGDR)
Christian Luiz da Silva (UTFPR/Curitiba/PR – PGTS/PGPGP)
Antonio Gonçalves de Oliveira (UTFPR/Curitiba/PR/PGPGP)
Gilson Ditzel Santos (UTFPR/P. Branco/PR – PGDR)
Edson Aparecido Oliveira (UNITAU/Taubaté/SP – PGMGDR)

CORPO DE AVALIADORES

Adriano Renzi (UEMS/MS)
Alain Hernández Santoyo (UPR/UNIOESTE)
Aldo Shimoya (Pesagro/RJ)
Alexandre Assis Tomporoski (UnC/SC)
Alexandre Chapoval Neto (SETREM/ RS)
Ana Paula Myszczyk (UTFPR)
Ana Paula Serpa Nogueira de Arruda (UCAM/ RJ)
Anderson Catapan (UTFPR)
André Ricardo Bechlin (UNESPAR/PR)
Antonio Gonçalves de Oliveira (UTFPR)
Antonio Pasqualetto (PUC/GO)
Argos Gumbowsky (UnC/SC)
Bernardo Both (URI/RS)
Carla Maria Schmidt (UNIOESTE/PR)
Carlos Otávio Senff (UnC/SC)
Carlos Otávio Zamberlan (UEMS)
Caroline Andressa Welter (UNIOESTE/PR)
Catia Raquel Felden (FHOR/RS)
César Benites Mário Zidora (ISPG/Distrito de Lionde – Gaza, Moçambique)
Christian Luiz da Silva (UTFPR/PR)
Crislaine Colla (UNIOESTE/PR)
Cristiane Maria Tonetto Godoy (UTFPR/PR)
Cristiano Stamm (UNIOESTE/PR)
Daniel Amorim Souza Centurião (UNIOESTE/PR)
Daniela Pedrassani (UnC/SC)
Décio Estevão do Nascimento (UTFPR/PR)
Deusa Maria Rodrigues Boaventura (PUC/GO)
Diogo Lopes Cavalcante (UNIOESTE/PR)
Eilamaria Libardoni Vieira (UNIJUÍ/RS)
Eliane Aparecida Gracioli Rodrigues (UNIOESTE/PR)
Eliane Spacil de Mello (UNIJUÍ/RS)
Fabrício Antonio Deffacci (UEMS)
Fernando Camara Rieger (UNIJUÍ/RS)



Flávio Braga De Almeida Gabriel (UNIOESTE/PR)
Flávio de Matos Rocha (FPTI/PR)
Gabriela Cappellari (UNIPAMPA/RS)
Gilson Ditzel Santos (UTFPR/PR)
Giovanna Pezarico (UTFPR/PR)
Guilherme Augusto Asai (UNIOESTE/PR)
Hilda Alberton de Carvalho (UTFPR/PR)
Inácio Andruski Guimarães (UTFPR/PR)
Isaura Alberton de Lima (UTFPR/PR)
Ivan Carlos Vicentin (UTFPR/PR)
Jairo Marchesan (UnC/SC)
Jales Teixeira Chaves Filho (PUC/GO)
Jandir Ferrera de Lima (UNIOESTE/PR)
Jefferson Andronio Ramundo Staduto (UNIOESTE/PR)
Jesildo Moura de Lima (SETREM/RS)
Jonas da Silva Henrique (CEDEPLAR)
José Paulo Medeiros da Silva (UNIJUÍ/RS)
Jose Ricardo da Rocha Campos (UTFPR/PR)
José Valdemir Muenchen (UNIJUÍ/RS)
Josiane Carine Wedig (UTFPR/PR)
Josiane Dilor Brugnera Ghidorsi (UNIJUÍ/RS)
Josineide Aquino da Silva Amaral (UNIOESTE/PR)
Juliana Da Fonseca Capssa Lima Sausen (UNIJUÍ/RS)
Karla Cristina Tyskowski Teodoro Rodrigues (UNIOESTE/PR)
Leonardo Guerade Rezende Guedes (PUC/GO)
Lia Hasenclever (UFRJ/RJ)
Lisiane Caroline Rodrigues Hermes (FEAC/RS)
Luciana Moro de Souza (UNIJUÍ/RS)
Luciana Scherer (UNIJUÍ/RS)
Luciane Ribeiro Viana Martins (UNIJUÍ/RS)
Luciano Vieira (UNIJUÍ/RS)
Lucir Reinaldo Alves (UNIOESTE/PR)
Ludmila Gonçalves da Matta (UCAM/RJ)
Luiz Alberto Cypriano (UNIOESTE/PR)
Luiz Raul Sartori (UNIJUÍ/RS)
Marcel Augusto Colling (UNIOESTE)
Marcilio Lima de Oliveira (UNIOESTE/PR)
Márcio Alberto Goebel (UNIOESTE/PR)
Marcio Gazolla (UTFPR/PR)
Marcos Junior Marini (UTFPR/PR)
Maria Lucia Figueiredo Gomes de Meza (UTFPR/PR)
Maria Luiza Milani (UnC/SC)
Marlize Rubin-Oliveira (UTFPR/PR)
Marlon Cristiano Ribeiro (UNIOESTE/PR)
Martin Ledermann (UNIJUÍ/RS)
Maurício Galeazzi Medeiros de Farias (UNIJUÍ/RS)



**FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA**
Apoio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



CAPES

Miguel Angelo Perondi (UTFPR/PR)
Mirian Beatriz Schneider (UNIOESTE)
Nelinho Davi Graef (UNIOESTE/DINTER-PTI)
Norma Kiyota (IAPAR/PR)
Omar Jorge Sabbag (UEMS/MS)
Patricia Estanislau (UNIOESTE/PR)
Patricia Harter Sampaio Stasiak (URI/RS)
Paulo César da Silva Ilha (ISEPE/PR)
Paulo Henrique de Oliveira (UTFPR/PR)
Pedro Araújo Pietrafesa (PUC/GO)
Pery Francisco Assis Shikida (UNIOESTE/PR)
Reneo Pedro Prediger (UFFS/PR)
Ricardo Lobato Torres (UTFPR/PR)
Ricardo Rippel (UNIOESTE/PR)
Rogério Allon Duenhas (UTFPR/PR)
Rogério Leandro Lima da Silveira (UNISC/RS)
Rosele Marques Vieira (UEMS)
Roseli Fistarol Krüger (UNIJUÍ/RS)
Silvio Cezar Arend (UNISC/RS)
Simone Aparecida Polli (UTFPR/PR)
Taciana Angélica Moraes Ribas (UNIJUÍ/RS)
Tatiane Dinca (UNIOESTE/PR)
Valderice Cecilia Limberger Rippel (ISEPE/PR)
Valdir Antonio Galante (UNIOESTE/PR)
Valdir Júnio dos Santos (UERJ/RJ)
Valdir Roque Dallabrida (UnC/SC)
Vanessa Ishikawa Rasoto (UTFPR/PR)
Vanilson Viana Cardoso (UNIJUÍ/RS)
Vilmar Nogueira Duarte (UNIOESTE/PR)
Weimar Freire da Rocha Jr. (UNIOESTE/PR)
Ycarim Melgaço Barbosa (PUC/GO)
Zelimar Soares Bidarra (UNIOESTE/PR)



PALESTRANTES CONVIDADOS

Prof. Mario César Costenaro: Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Paraná; Especialização em Administração Empresarial e em Gestão da Construção pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Arquiteto na Costenaro Arquitetura e Urbanismo Ltda. Presidente CACIOPAR – (2012/2014). Vice-presidente para Desenvolvimento Regional da Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado do Paraná – FACIAP (2017/2018). Membro do Conselho fiscal do Sinduscon Oeste do Paraná (2017/2018). Presidente da Associação Coercial de Toledo – ACIT 2004/2005. Presidente da Associação de Engenheiros e Arquitetos de Toledo – 1990.

Prof. Mestre. Jonhey Nazario Lucizani: Mestre e Doutorando em Desenvolvimento Regional e Agronegócio pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Gerente da Fundação Parque Tecnológico Itaipu - Brasil (FPTI-BR). Pesquisador nas áreas: Desenvolvimento Territorial; Economia Regional; Matriz Insumo-Produto e Cadeias Produtivas.

Professor Knut Ingar, Ph.D: Professor de Economia na Universidade de Nord na Noruega desde 2001. Mestre em Economia pela Universidade de Oslo e Doutor em Ciência Regional pela Universidade de Minnesota/NTNU (Trondheim). Leciona na Universidade de Nord as disciplinas: Gestão do Conhecimento, Conhecimento e Competitividade e Economia Pública. Na Associação Europeia de Programas de Doutorado em Administração – EDAMBA leciona Administração de Empresas e Filosofia da Ciência. É professor visitante da UNIOESTE, Brasil, e da Universidade de Wisconsin. Tem diversas publicações de livros e artigos científicos que tratam de vários aspectos relacionados ao setor público, desenvolvimento regional e economia do conhecimento.

Prof. Dr. José Ronaldo de Castro Souza Jr: Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Dimac/Ipea-RJ). Trabalha como economista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e como professor do IBMEC (Rio de Janeiro). Possui mestrado e doutorado em economia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Tem experiência em pesquisa econômica, com ênfase em crescimento/desenvolvimento econômico, e em docência de macroeconomia.

Prof. Dr. Alain Hernández Santoyo - Universidad de Pinar del Río – UPR/Cuba: Graduação em Economia pela Universidad de Pinar del Río (2005), Mestrado em Administração de Empresas Agropecuárias pelo Centro de Estudos sobre Desenvolvimento Cooperativo e Comunitário da Universidad de Pinar del Río (2007), Doutor em Ciências Econômicas pela Universidad de Alicante, Espanha (2012), Pós-doutor pela Universidad Tecnológica Federal do Paraná (PPGTE/UTFPR) 2014; 2015, Pós-doutorando do PGDRA da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), *Campus* Toledo (2016 - atual) e Professor Titular do Ministério de Educação Superior de Cuba (MES).



**FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA**
Apoio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



CAPES

Prof. Dr^a Diana Oya Sawyer: Professora Émerita da Universidade Federal de Minas Gerais desde outubro de 2010. Graduada com especialização em Sanitarista e mestrado em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo USP. Na Harvard University, Estados Unidos, obteve os graus de Master e Doctor - in Sciences in Population Sciences. Pesquisadora do Centro Internacional de Políticas com Crescimento Inclusivo, PNUD. Foi Professora Assistente do Departamento de Medicina Preventiva da Universidade de São Paulo.

Prof. Dr. Eduardo Shimoda: Mestrado e doutorado em Produção Animal pela UENF. Coordenou o curso de mestrado em Pesquisa Operacional e Inteligência Computacional na UCAM-Campos, onde leciona e orienta na graduação e nos mestrados de Pesquisa Operacional e Inteligência Computacional e Engenharia de Produção e no mestrado e doutorado em Planejamento Regional/Gestão da Cidade.

Prof. Dr. Adriano Rogério Goedert: Doutorado e Mestrado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina. CEO da GRG Consultoria e Assessoria / Consultor Técnico da STEINBEIS UNIVERSITY BERLIN SIBE DO BRASIL. Professor da Faculdade de Vitória (Pós-Graduação) e da Faculdade de Telêmaco Borba (FATEB) - Professor de Graduação e Pós-Graduação.

Prof. Dr. Marcos Aurélio Saquet: Mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina e Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Doutorado sanduíche na Università Ca Foscari de Veneza e Pós-Doutorado no Politecnico e Università de Turim- Itália. Foi professor visitante no Politécnico e Università di Torino, na Universidad Nacional de Colômbia (Bogotá) e na Universidad Distrital Jose Francisco de Caldas (Bogotá) e no El Colegio de Tlaxcala e na Universidad Autónoma de Chapingo (México). Atualmente é professor Associado da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, onde atua nos cursos de graduação em Geografia e no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável (Mestrado e Doutorado). Também é professor credenciado no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNICENTRO (Doutorado).

Prof. Dr. Arilson Favareto: Mestre em Sociologia (UNICAMP). Doutor em Ciência Ambiental (Universidade de São Paulo). Realizou estágio de estudos na École des Hautes Études en Sciences Sociales em Paris (França). Foi professor visitante da Flacso - Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (Equador) e da Universidade de Caldas (Colômbia). Atualmente é Professor na Universidade Federal do ABC, onde é vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Gestão do Território.



**FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA**
Apoio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



CAPES

Prof. Dr. Valdir Roque Dallabrida: Pesquisador do CNPq, possui graduação em Geografia, especialização em Economia, mestrado e doutorado em Desenvolvimento Regional, com Pós-Doutorado no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa – Portugal. Atuou como Pesquisador Convidado na Universidade de Lisboa. Atualmente é professor pesquisador no Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade do Contestado (UnC) de Canoinhas - SC. Já atuou no Mestrado em Desenvolvimento da UNIJUI e em Ambiente e Desenvolvimento da UNIVATES. É Coordenador Geral da Rede Iberoamericana de Estudos sobre Desenvolvimento Territorial e Governança.

Dr. Joaquim Farinós Dasí: Doctor en Geografía. Catedrático de Análisis Geográfico Regional. Especialización: Planificación y evaluación territorial. Líneas de investigación: Gobernanza Territorial y Urbana Ordenación del Territorio Planificación Integral del Desarrollo Territorial Sostenible Geografía Política Regional Diseño y Evaluación de Políticas Públicas desde les escalas de proximidad.



PROGRAMAÇÃO DO V SIDER E II SIDETEG – 2018

Local: Salas do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio - PPGDRA

Data: 17, 18 e 19 de outubro de 2018.

Dia 17/10/2018 (quarta-feira)

- 08:00 – 12:00 Credenciamento dos participantes
- 13:30 – 15:00 **Cerimônia de abertura do V SIDER e II SIDETEG**
Professores Doutores: Remi Schorn, Ricardo Rippel, Weimar Freire da Rocha Jr, Carlos Otávio Zamberlan, Valdir Roque Dallabrida
- 15:00 – 15:30 Intervalo para o café
- 15:30 – 17:00 **Apresentação de trabalhos**
ST1 - Processos sócio históricos na evolução dos territórios
ST2 - Tecnologia, inovação e sistemas produtivos
ST3 - Cultura, identidade e educação
ST4 - Meio ambiente, desenvolvimento regional e demografia
ST5 - Políticas públicas e planejamento do território
ST6 - Desenvolvimento e governança nos territórios e regiões
- 19:15 – 20:15 **Mesa redonda 1 - Estrutura de Governança Territorial: Oeste em Desenvolvimento**
Moderador: Professor Jandir Ferrera de Lima, Ph.D.
Palestrantes: Mario César Costenaro, Jonhey Nazario Lucizani
- 20:15 – 20:45 Intervalo para o café
- 20:45 – 21:30 **Palestra 1: How to support regional development by innovations**
Professor Knut Ingar, Ph.D. - Nord-Trondelag University College, Noruega
- 21:30 – 22:30 **Palestra 2: Cenários Macroeconômicos e Desenvolvimento Regional**
Dr. José Ronaldo de Castro Souza Jr. - Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Dimac/Ipea -RJ)

Dia 18/10/2018 (quinta-feira)

- Apresentação de trabalhos**
- 08:30 – 11:45 ST4 - Meio ambiente, desenvolvimento regional e demografia
- 10:00 – 10:30 Intervalo para o café
- 08:30 – 11:45 ST5 - Políticas públicas e planejamento do território
- 13:30 – 15:00 **Palestra 3: Economia circular: desafios e oportunidades para o Brasil**
Dr. Alain Hernández Santoyo - Universidad de Pinar del Río – UPR/Cuba
- 15:00 – 15:30 Intervalo para o café
- 15:30 – 18:00 ST1 - Processos sócio históricos na evolução dos territórios
ST2 - Tecnologia, inovação e sistemas produtivos
ST3 - Cultura, identidade e educação



**FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA**
Apoio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



CAPES

- ST4 - Meio ambiente, desenvolvimento regional e demografia
ST5 - Políticas públicas e planejamento do território
ST6 - Desenvolvimento e governança nos territórios e regiões
- 19:30 – 20:30 **Palestra 4: Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano, Regional e Demografia: passado, presente e futuro**
Dr^a Diana Oya Sawyer, Dr. Rainer Randolph e Dr. Eduardo Shimoda
- 20:30 – 21:30 **Palestra 5: O papel da governança na sustentabilidade de uma região**
Dr. Adriano Rogério Goedert
- 21:30 Confraternização: Porco no rolete e cerveja artesanal (por adesão)

Dia 19/10/2018 (sexta-feira)

- 08:30 – 10:00 **Mesa redonda 2 - O foco no território, a abordagem territorial e suas implicações nas dinâmicas de desenvolvimento**
Participantes:
Dr. Marcos Aurélio Saquet – UNIOESTE – Francisco Beltrão
Dr. Arilson Favareto - Universidade Federal do ABC – SP
Mediador: Dr. Rogério Silveira – UNISC
- 10:00 – 10:30 Intervalo para o café
- 10:30 – 12:30 **Mesa Redonda 3 - A governança (territorial, regional, local ou multinível) e suas possibilidades de orientar a ação coletiva nos processos de intervenção nos territórios**
Participantes:
Dr. Valdir Roque Dallabrida – Mestrado em Desenvolvimento Regional – Santa Catarina – SC
Dr. Joaquim Farinós Dasí - Departamento de Geografía e Instituto Interuniversitario de Desarrollo Local - Universitat de València
Mediadora: Dr^a Adriana Rossetto - UFSC
- 13:30 – 15:30 **Apresentação de trabalhos**
- 14:30 – 15:30 **Assembleia Geral da REDETEG**
- 15:30 Encerramento



**FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA**
Apoio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



CRONOGRAMA DOS TRABALHOS APRESENTADOS

Dia 17/10/2018, quarta-feira, Sala 36 b, tarde
ST1- Processos sócio históricos na evolução dos territórios

15:00 – 15:30	INTERVALO PARA O CAFÉ		
15:30 – 15:45	DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ECONÔMICO: CRESCIMENTO POPULACIONAL E CAPITAL SOCIAL NO MUNICÍPIO DE CARAGUATATUBA/SP	Moacir José dos Santos; Edson Trajano Vieira; Divina Fátima dos Santos.	UNITAU
15:45 – 16:00	NOVA MUTÚM PARANÁ: A HEURÍSTICA DO MEDO E CRISE SOCIOAMBIENTAL EM UM ASSENTAMENTO FORÇADO	Jacira Lima da Graça; Flávio de São Pedro Filho; Jackson Sales Miranda Júnior.	FURB
16:00 – 16:15	O DESENVOLVIMENTO LOCAL DE RAFAELA (SANTA FE-ARGENTINA): UMA ANÁLISE A PARTIR DA HISTÓRIA ECONÔMICA NACIONAL	Luciano Martin Espinosa; Thiago José Arruda de Oliveira; Waldecy Rodrigues.	UNIVERSIDAD NACIONAL DE RÍO CUARTO
16:15 – 16:30	DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DO VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA DA UEMOA, ÁFRICA, ENTRE 2000 E 2016	Marcelino Armindo Monteiro; Lucir Reinaldo Alves; Moacir Piffer.	UNIOESTE - TOLEDO
16:30 – 16:45	ANÁLISE DIFERENCIAL E ESTRUTURAL PARA TERRA ROXA ENTRE 1990 A 2016: O APL COMO DINAMIZADOR DA SOCIOECONOMIA LOCAL	Daiane Franciele Staback; Priscila Laís Blanck; Ednilse Maria Willers.	UNIOESTE - TOLEDO
16:45 – 17:00	TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS, ECONOMIA E DESIGUALDADES SOCIAIS: IDH-M E PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO PARANÁ	Cinthia Oliveira dos Anjos; Marília de Souza; Décio Estevão do Nascimento.	UTFPR
17:00 – 17:15	QUEIJO COLONIAL DO SUDOESTE PARANAENSE: CAMINHOS PARA A VALORIZAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO	Diego Ghedini Gheller; Hieda Maria Pagliosa Corona.	MAPA

Dia 17/10/2018, quarta-feira, Sala Ronald Coase, térreo, tarde
ST2 - Tecnologia, inovação e sistemas produtivos

15:00 – 15:30	INTERVALO PARA O CAFÉ		
15:30 – 15:45	PCTI NO BRASIL: A RELAÇÃO INOVAÇÃO E SISTEMA PRODUTIVO NA ATUAL ESTRATÉGIA NACIONAL	Antônio Carlos Mazzetti Marcos Junior Marini; Márcio Gazolla.	UTFPR
15:45 – 16:00	A INDÚSTRIA E A SOCIEDADE DE CONSUMO NO CONTEXTO DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO	Cristiane Pizzolatto; Edilson Pontarolo.	UTFPR
16:00 – 16:15	A DINÂMICA EVOLUTIVA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA PARA A ECONOMIA SUSTENTÁVEL: UMA REFLEXÃO ANCORADA A PARTIR DAS BOAS PRÁTICAS DE GESTÃO DA INCUBADORA DE DIREITOS INSTITUCIONAIS E ORGANIZAÇÕES SOLIDÁRIAS (INDIOS)	Hayrton Francis Ximenes de Andrade; Amarildo Jorge da Silva; José Carlos Rolin de Moura.	UNIOESTE- Foz
16:15 – 16:30	A ESPECIALIZAÇÃO E CONCENTRAÇÃO DO SETOR SECUNDÁRIO EM MATO GROSSO DO SUL (2000-2015)	Rafael Gonçalves Moreno; Rosele Marques Vieira.	UEMS
16:30 – 16:45	SISTEMA REGIONAL DE INOVAÇÃO: DISCUSSÕES SOBRE A CORRELAÇÃO ENTRE CONFIANÇA E COMUNICAÇÃO	Maria de Lourdes Alves Figueiredo; Andressa Rando Favorito; Silvestre Labiak Junior.	UTFPR
16:45 – 17:00	INFLUÊNCIA DO AUMENTO DO PREÇO DA TERRA SOBRE O AGRONEGÓCIO BRASILEIRO	Guilherme Asai; Alexandre de Souza Corrêa; Carlos Alberto Piacenti	UNIOESTE -TOLEDO
17:00 – 17:15	A INFLUÊNCIA DOS CLUSTERS DA INDÚSTRIA TÊXTIL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE UM TERRITÓRIO: uma análise bibliométrica	Andressa Rando Favorito; Maria de Lourdes Alves Figueiredo; Silvestre Labiak Jr.	UTFPR
17:15 – 17:30	SINTA NA PELE: IMPLEMENTAÇÃO DE UM PLANO DE CUIDADOS À PESSOA COM LESÃO DE PELE EM UM CENTRO ESPECIALIZADO NO VALE DO PARANHANA (RS)	Samanta Andresa Richter; Edemilson Pichek dos Santos; Daniel Luciano Gevehr.	FACCAT
17:30 – 17:45	AGRICULTURA FAMILIAR E COOPERATIVAS AGRÍCOLAS SOB A ÓTICA DA TEORIA DOS CUSTOS DE TRANSAÇÃO: UMA ANÁLISE NA PRODUÇÃO DE FRUTAS, VERDURAS E LEGUMES NA MICRORREGIÃO DE TOLEDO-PR	Leandro Pereira dos Santos; Carla Maria Schmidt; Dagmar Mithöfer	UNIOESTE/ TOLEDO
17:45 – 18:00	AS TRANSFORMAÇÕES PRODUTIVAS E A DESINDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA	Ariana Cericatto da Silva; Pedro Henrique Evangelista Duarte.	UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA



**FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA**
Apoio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



Dia 17/10/2018, quarta-feira, Sala Otto Hirschmann, térreo, tarde
ST3 - Cultura, identidade e educação

15:00 – 15:30	INTERVALO PARA O CAFÉ		
15:30 – 15:45	A EDUCAÇÃO BÁSICA E A FORMAÇÃO DE CAPITAL HUMANO PARA O DESENVOLVIMENTO DO OESTE DO PARANÁ	Josineide Aquino da Silva Amaral; Luciana Virginia Mario Bernardo; Ricardo Rippel.	UNIOESTE - TOLEDO
15:45 – 16:00	POR UM BRASIL COOPERATIVO E SOLIDÁRIO	Alcidir Mazutti Zanco; Adilson Francelino Alves	UNIOESTE - MCR
16:00 – 16:15	MATO GROSSO DO SUL E SEU POTENCIAL CRIATIVO	Estevão Domingo Copérnico Satti; Cláudia Maria Sonaglio.	UEMS
16:15 – 16:30	AS MULHERES, SEUS SABERES, FAZERES E AFAZERES: NARRATIVAS VISUAIS SOBRE O GÊNERO FEMININO NOS MUSEUS DA IMIGRAÇÃO ALEMÃ	Daniel Luciano Gevehr; Samanta Andresa Richter; Edemilson Pichek dos Santos.	FACCAT
16:30 – 16:45	AS TECNOLOGIAS DO EU: DO NÍVEL INDIVIDUAL ÀS RESISTÊNCIAS COLETIVAS DOS CAMPONESES NA CONTEMPORANEIDADE	Andréia Belusso; Edilson Pontarolo; Josiane Carine Wedig.	UTFPR
16:45 – 17:00	ANÁLISE ESPACIAL DA DISTRIBUIÇÃO DAS ESCOLAS EM RELAÇÃO À QUALIDADE DE ENSINO NO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO-RO	Kacianni Moretto Santos; Moacir José dos Santos; Monica Franchi Carniello.	UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ
17:00 – 17:15	PARA UMA ARQUEOLOGIA DAS IDEIAS DE DESENVOLVIMENTO E EVOLUÇÃO: ALGUNS APONTAMENTOS EM TORNO DA RECEPÇÃO E CIRCULAÇÃO DO EVOLUCIONISMO NO BRASIL OITOCENTISTA	Aruanã Antonio dos Passos; Carolina Rodrigues da Silva.	UTFPR
17:15 – 17:30	A CONTRIBUIÇÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS SITUADOS NA REGIÃO METROPOLITANA DE GOIÂNIA NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ESTADO DE GOIÁS	Antônio Pasqualetto; Aline Tereza Borghi Leite; Juliano de Castro Silvestre.	PUC - GO
17:30 – 17:45	O PATRIMÔNIO AGRÁRIO COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE AUTÔNOMA DE CASTILLA-LA MANCHA (ESPANHA) E SUA APLICABILIDADE À MICRORREGIÃO DE CANOINHAS (SANTA CATARINA, BRASIL)	Alexandre Assis Tomporosk	UNC

Dia 17/10/2018, quarta-feira, Sala 37, segundo piso, tarde
ST4 - Meio ambiente, desenvolvimento regional e demografia

15:00 – 15:30	INTERVALO PARA O CAFÉ		
15:30 – 15:45	COMPLEXIDADE AMBIENTAL: O DESTINO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS NA EXTRAÇÃO DO AZEITE DE OLIVA PORTUGUÊS	Reinaldo Knorek; Rui Pedro Julião	UNC
15:45 – 16:00	AGROTÓXICOS E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL: O OESTE DO PARANÁ SOB OS OLHARES DA SAÚDE PÚBLICA	Juliane Vanderlinde Hort; Alvorí Ahlert	UNIOESTE - MCR
16:00 – 16:15	INTOXICAÇÃO EXÓGENA POR AGROTÓXICOS NA REGIÃO CENTRO-OESTE BRASILEIRA – 2007 A 2013	Luciana Virginia Mario Bernardo; Maycon Jorge Ulisses Saraiva Farinha; Clandio Favarini Ruviano	UNIOESTE - TOLEDO
16:15 – 16:30	CIDADE INTELIGENTE: AS MUDANÇAS ESTRATÉGICAS PROMOVIDAS NO MUNICÍPIO DE SANTA ROSA/RS ESTÃO INSERIDAS NESTE CONTEXTO?	Gabriela Cappellari; Alexandre Chapoval Neto; Jorge Oneide Sausen	UNIJUÍ
16:30 – 16:45	ANÁLISE DO ESPAÇO RURAL DO MUNICÍPIO DE PANAMBI/RS: UMA PERSPECTIVA DE DESENVOLVIMENTO RURAL	Janeque, Ricardina António; Rosani Marisa Spanevello; ANDREATTA, Tanice Andreatta	UFSM
16:45 – 17:00	O MANEJO SUSTENTÁVEL DOS REMANESCENTES DA FLORESTA OMBRÓFILA MISTA COMO ALTERNATIVA PARA O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL: UM ESTUDO PROSPECTIVO NO PLANALTO NORTE CATARINENSE	Alexandre Assis Tomporoski; Valdir Roque Dallabrida; Jairo Marchesan.	UNC
17:00 – 17:15	IMPACTOS E ESTRATÉGIAS AMBIENTAIS: UMA PERSPECTIVA DAS AÇÕES SUSTENTÁVEIS REALIZADAS POR UMA EMPRESA DO RAMO DE AGRONEGÓCIO	Cristiane Ivete Bugs Vione; Patrícia Kischner, Sandra Beatriz Vicenci Fernandes.	UNIOESTE - FOZ
17:15 – 17:30	APONTAMENTOS SOBRE O DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL	Adriano Renzi ; Jandir Ferrera de Lima.	UFGD
17:30 – 17:45	A IMPORTÂNCIA DO IDESE NA GESTÃO PÚBLICA NOS MUNICÍPIOS DO VALE DO PARANHANA/RS	Dilani Silveira Bassan; Alvaro Aloisio Bourscheidt; João Carlos Bugs.	FACCAT
17:45 - 18:00	A REVITALIZAÇÃO COMO CATALISADOR DE TRANSFORMAÇÃO - UM CONCEITO APLICADO A ESPAÇOS DO MUNICÍPIO DE PATO BRANCO – PR	Raiana Ralita Ruaro Tavares; Gilson Ditzel Santos.	UTFPR



**FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA**
Apoio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



**Dia 17/10/2018, quarta-feira, Sala Alfred Marshall, térreo, tarde
ST5 - Políticas públicas e planejamento do território**

15:00 – 15:30	INTERVALO PARA O CAFÉ		
15:30 – 15:45	A UTILIZAÇÃO DE ÍNDICES E INDICADORES NA EFETIVIDADE DA POLÍTICA NACIONAL DE MOBILIDADE URBANA BRASILEIRA	Bruna Marcelli Claudino Buher Kureke; Márcia de Andrade Pereira Bernardinis.	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
15:45 – 16:00	POLÍTICA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO BRASIL: 1935 – 2017	Josineide Aquino da Silva Amaral; Zelimar Soares Bidarra	UNIOESTE - TOLEDO
16:00 – 16:15	DETERMINANTES DAS EXPORTAÇÕES DE CARNE DE FRANGO DA REGIÃO SUL	Geisiane Michelle Zanquetta de Pintor; Eduardo de Pintor; Carlos Alberto Piacenti.	UNIOESTE - TOLEDO
16:15 – 16:30	ANÁLISE DO PERFIL DA SAÚDE PÚBLICA EM MATO GROSSO DO SUL: UM ESTUDO DA MICRORREGIÃO DE DOURADOS	Aline Matoso dos Santos; Rafael Martins Noriller; Alexandre de Souza Corrêa.	UNIOESTE - TOLEDO
16:30 – 16:45	AVANÇOS E DESAFIOS NO PLANEJAMENTO EM MINAS GERAIS: DO II PLANOROESTE (1978) AO PDVJ (2017)	Emília Pereira Fernandes da Silva; Yara Janaína Pinto Gusmão; Eduardo Magalhães Ribeiro.	UFMG
16:45 – 17:00	O TURISMO EM CORUMBÁ/MS: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A GESTÃO PÚBLICA E PRIVADA	Eliana Lambert; Jorceli de Barros Chaparro.	UFRGS
17:00 – 17:15	POLÍTICA PÚBLICA PARA O PLANEJAMENTO URBANO TERRITORIAL A PARTIR DA ECONOMIA CIRCULAR: REFLEXÕES E ALINHAMENTOS PROPOSITIVOS PARA AS CIDADES BRASILEIRAS	Christian Luiz da Silva.	UTFPR
17:15 – 17:30	DESGUALDADE SALARIAL NA REGIÃO SUL DO BRASIL EM 2015: UMA ABORDAGEM SOB A ÓTICA DO MERCADO DE TRABALHO	Carolina Freitas; Natália Guzella Perin; Mirian Beatriz Schneider.	UNIOESTE - TOLEDO
17:30 – 17:45	RESTAURANTES POPULARES COMO FERRAMENTA PARA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	Elaine de Oliveira Zanini; Tânia Maria Smanioto Silveira; Mirian Beatriz Schneider.	UNIOESTE - TOLEDO
17:45 – 18:00	POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A ATIVIDADE LEITEIRA NO MUNICÍPIO DE PATO BRANCO NO SUDOESTE DO PARANÁ	Cleverson Malagi; Marcos Junior Marini.	UTFPR

**Dia 17/10/2018, quarta-feira, Mini Auditório PPGDRA, terceiro piso, tarde
ST6 - Desenvolvimento e governança nos territórios e regiões**

15:00 – 15:30	INTERVALO PARA O CAFÉ		
15:30 – 15:45	EMPREENDEDORISMO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: UMA REVISÃO INTEGRATIVA	Egon Bianchini Calderari; Maria Lucia de Gomes Meza	UTFPR
15:45 – 16:00	A MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA NOS CERRADOS PIAUIENSES NA DINÂMICA DA REDE DE PRODUÇÃO GLOBAL	Tiago Fernandes Rufo; Orimar Souza Santana Sobrinho; Fernando Araújo Sobrinho	UNB
16:00 – 16:15	O PROCESSO DE DESINDUSTRIALIZAÇÃO NAS REGIÕES BRASILEIRAS (2000-2016)	Rita de Cássia Bacik; Mirian Beatriz Schneider; Alain Hernández Santoyo	UNIOESTE - TOLEDO
16:15 – 16:30	PARTICIPAÇÃO SOCIAL E GOVERNANÇA PÚBLICA NO BRASIL: UM ENSAIO SOBRE DESENVOLVIMENTO LOCAL	Alessandra de Sant'Anna; Exzolvildres Queiroz Neto; Jamur Johnas Marchi	UNILA
16:30 – 16:45	CONSULTA POPULAR NO COREDE MISSÕES: IDENTIFICAÇÃO DE DETERMINANTES DA PARTICIPAÇÃO CIDADÃ NO PERÍODO 2005-2013	Luis Cláudio Villani Ortiz; Lucélia Ivonete Juliani	UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL
16:45 – 17:00	CONSULTA POPULAR E ÍNDICE FIRJAN DE GESTÃO FISCAL: UM ESTUDO RELACIONAL PARA O NOROESTE DO RIO GRANDE DO SUL, NO PERÍODO DE 2006 A 2016	Luis Cláudio Villani Ortiz; Vilmar Antonio Boff; Ronaldo Leão de Miranda	UNIVERSIDADE REGIONAL INTEGRADA DO ALTO URUGUAI E MISSÕES
17:00 – 17:15	A MATRIZ COLONIAL EUROPEIA E AS CONTRADIÇÕES DO DESENVOLVIMENTO NA AMÉRICA LATINA	Taís Wengenovicz; Maria Aparecida Lucca Caovilla	UNOCHAPECÓ
17:15 – 17:30	COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS: O AGIR DO ESTADO PARA ALÉM DA FUNÇÃO ADMINISTRAR	Gerson Luiz Pontarolli; Antônio Gonçalves de Oliveira	UTFPR
17:30 – 17:45	UM ESTUDO DA GOVERNANÇA LOCAL DO APL DE MÓVEIS DO SUDOESTE DO PARANÁ	Marcos Junior Marini; Gilcindo de Castro Corrêa Neto	UTFPR



**FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA**
Apoio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



Dia 18/10/2018, quinta-feira, Sala Ronald Coase, térreo, tarde
ST2 - Tecnologia, inovação e sistemas produtivos

15:00 – 15:30	INTERVALO PARA O CAFÉ		
15:30 – 15:45	CAPITAL SOCIAL DO ARRANJO PRODUTIVO LOCAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO SUDOESTE DO PARANÁ	Augusto Faber Flôres; Marcos Junior Marini.	UTFPR
15:45 – 16:00	CLUSTERS AS AN ALTERNATIVE OF COMPETITIVENESS: A CASE STUDY OF PARANA	Isabela Romanha de Alcantara; Lucir Reinaldo Alves.	UNIOESTE - TOLEDO
16:00 – 16:15	AVALIAÇÃO DA VIABILIDADE ECONÔMICA DE UM SISTEMA FOTOVOLTAICO PARA UMA EMPRESA DE PEQUENO PORTE NO ESTADO DO PARANÁ	João Vitor Cassoli; Tatiane Dinca; Carlos Alberto Gonçalves Junior.	UNIOESTE - TOLEDO
16:15 – 16:30	BARREIRAS SANITÁRIAS E SEGURANÇA ALIMENTAR: O MARCO REGULATÓRIO	Márcio Alberto Goebel; Mirian Beatriz Schneider	UNIOESTE - TOLEDO
16:30 – 16:45	PERFIL DE INTERAÇÃO UNIVERSIDADE-EMPRESA: O QUE NOS DIZ O DIRETÓRIO DE GRUPOS DE PESQUISA DO CNPQ?	Ximena Novais de Moraes; Maria Lucia Figueiredo Gomes de Meza	UTFPR
16:45 – 17:00	INTERVENÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL: CARACTERÍSTICAS DO PROGRAMA FÁBRICA DO AGRICULTOR NO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU-PR	Rafael Lucas Alves Ferreira; Eder Cordeiro; Adilson Francelino Alves	UNIOESTE - MCR
17:00 – 17:15	ERRADICACION DE LA POBREZA EXTREMA: UNA PROPUESTA DE SEGURIDAD ALIMENTARIA A TRAVES DE LA AGRICULTURA URBANA VERTICAL	Cristian Orlando Avila Quiñones; Zulma Lorena Duran; Waldecy Rodrigues	UNIVERSIDAD NACIONAL ABIERTA Y A DISTANCIA
17:15 – 17:30	DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DAS INDÚSTRIAS NA REGIÃO SUL DO BRASIL – 1995 E 2010	Daiane M. Gotardo; Jefferson A. R. Staduto Carlos Dalberto	UNIOESTE - TOLEDO

Dia 18/10/2018, quinta-feira, Sala Otto Hirschmann, térreo, tarde
ST3 - Cultura, identidade e educação

15:00 – 15:30	INTERVALO PARA O CAFÉ		
15:30 – 15:45	A INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E O PROGRAMA DE ESTUDANTES - CONVÊNIO DE PÓS-GRADUAÇÃO: CARACTERIZAÇÕES PRELIMINARES	Camila Kroetz; Giovanna Pesarico; Franciele Clara Peloso	UTFPR
15:45 – 16:00	DINÂMICAS DE CONSTRUÇÃO DAS CADEIAS CURTAS AGROALIMENTARES E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL	Romildo Camargo Martins; Cláudia Mária Sonáglio	UEMS
16:00 – 16:15	EDUCAÇÃO, CULTURA E A CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE TERRITORIAL	Beatriz Dutra dos Santos; Carlos Otávio Zamberlan	UEMS
16:15 – 16:30	EDUCAÇÃO AMOROSA: POSSIBILIDADES E DELIMITAÇÕES	Amarildo Jorge da Silva; José Carlos Rolim de Moura; Sandra Regina da Silva Pinela	UNIOESTE - FOZ
16:30 – 16:45	ESTADO DEL ARTE Y NORMATIVO DE LA EDUCACIÓN SUPERIOR INTERCULTURAL EN COLOMBIA	Adrian Camilo Cabrera Solarte	UNILA
16:45 – 17:00	O PAPEL DAS ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE PONTA PORÃ NA CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA LOCAL	Vivian Letícia Aguero Godoy; Carlos Otávio Zamberlan	UEMS



**FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA**
Apoio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



**Dia 18/10/2018, quinta-feira, Sala 37, segundo piso, manhã
ST4 - Meio ambiente, desenvolvimento regional e demografia**

8:30 – 8:45	ADAPTAÇÃO INTERNACIONAL DO MODELO HAZUS-MH PARA ESTIMATIVA DE PERDAS POR INUNDAÇÕES EM CURITIBA-PR	Edilberto Nunes de Moura; Jesse Ryan Rozelle	PUCPR / FEMA
8:45 – 9:00	EPISTEMOLOGIA EM SUSTENTABILIDADE: UMA ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR	Jacira Lima da Graça; Flávio de São Pedro Filho; Jackson Sales Miranda Júnior	UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
9:00 – 9:15	INOVAÇÃO SOCIAL EM UMA COOPERATIVA DE CATADORES DE MATERIAS RECICLÁVEIS	Jackson Sales Miranda Júnior; Guillermo Javier Diaz Villavicencio; Yudi Lorena Gomez Bravo	UNILA
9:15 – 9:30	TRANSFORMAÇÕES INDUSTRIAIS RECENTES NO MATO GROSSO DO SUL: Análise de medidas de localização da indústria no período de 1985-2014	Bruna Maria Oliveira Benites Ferreira; Claudia Maria Sonaglio	UEMS
9:30 – 9:45	A CRISE HÍDRICA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (2014-2015) E A PARTICIPAÇÃO SOCIAL	Luana dos Santos Pereira; Daniel Firmo Kazay; Exzolvildres Queiroz Neto	UNILA
9:45 – 10:00	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: DO CRESCIMENTO A PROSPERIDADE	Adriano Renzi; Aline Patrícia Henz; Ricardo Rippele	UNIOESTE - TOLEDO
10:00 – 10:30	INTERVALO PARA O CAFÉ		
10:30 – 10:45	POPULAÇÃO E CRESCIMENTO ECONÔMICO DO SUDOESTE PARANAENSE DE 2004 A 2014	Natália Guzella Perin; Jandir Ferrera de Lima	UNIOESTE - TOLEDO
10:30 – 10:45	DISTRIBUIÇÃO E EVOLUÇÃO DOS AGLOMERADOS INDUSTRIAIS DO PARANÁ	Mateus Antunes de Lima; Augusta Pelinski Raiher	UEPG
10:45 – 11:00	USO DA ANÁLISE FATORIAL PARA CRIAÇÃO DE INDICADOR DE EFICIÊNCIA URBANA APLICADO AOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL	Tiago Machado Faria de Souza; Cibele Runichi Fonseca; Claudia Sonaglio	UEMS
11:00 -11:15	CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DOS INDIVÍDUOS PARANAENSES QUE NÃO POSSUEM O REGISTRO DE NASCIMENTO	Juliana Cristina da Silva Laufer; Edicléia Lopes da Cruz Souza; Edinéia Lopes da Cruz Souza	UNIOESTE - TOLEDO



**FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA**
Apoio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



**Dia 18/10/2018, quinta-feira, Sala 37, segundo piso, tarde
ST4 - Meio ambiente, desenvolvimento regional e demografia**

15:00 – 15:30	INTERVALO PARA O CAFÉ		
15:30 – 15:45	O ESPAÇO URBANO E A CARACTERIZAÇÃO AMBIENTAL DO PARQUE ZOOLOGICO DE GOIANIA	Antônio Pasqualetto, Cibelle de Moura Guimarães Alexandre Thomáz Magalhães	PUC - GO
15:45 – 16:00	AS RELAÇÕES DE TRABALHO NO ESTADO DO PARANÁ NO CONTEXTO DO TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO	Vanuza Aparecida Hoffmann Biz; Edicléia Lopes da Cruz Souza; Edinéia Lopes da Cruz Souza	UNIOESTE - TOLEDO
16:00 – 16:15	CARACTERIZAÇÃO MORFOMÉTRICA E AMBIENTAL DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO VITORINO PR: INTERFACE SOLO E ÁGUA	Marciano Vottri; Julio Caetano Tomazoni; Cristiane Maria Tonetto Godoy	UTFPR
16:15 – 16:30	OCORRÊNCIAS DE AGRESSÃO À VIDA NA CIDADE DE CASCAVEL: UMA ANÁLISE ECONÔMICA E SOCIAL DOS ANOS 2005 A 2015	Cássia Giroto; Mateus Piovesan Montagner; Rafaela Maria Graciano Carnevale	UNIOESTE - CASCAVEL
16:30 – 16:45	POSSIBILIDADES PARA A FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E PROJETOS UNIVERSITÁRIOS DE APOIO À AGRICULTURA URBANA DA CIDADE DE MONTES CLAROS	Tiago Rocha Santos; Lucas Rocha Santos; Hélder dos Anjos Augusto	UFMG
16:45 – 17:00	DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL NA PERSPECTIVA DO CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA: UMA ANÁLISE DO MUNICÍPIO DE CASCAVEL - PR	Tatiani Sobrinho Del Bianco; Ricardo Rippel; Nathalia Vitoria Lima Morejon	UNIOESTE - TOLEDO
17:00 – 17:15	DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA POPULAÇÃO E INDICADORES SOCIOECONÔMICOS: ESTUDO COMPARATIVO EM CIDADES DO MATOPIBA NOS ESTADOS DE TOCANTINS E BAHIA	Orimar Souza Santana Sobrinho; Tiago Fernandes Rufo; Fernando Luiz Araújo Sobrinho	UNB
17:15 – 17:30	DESENVOLVIMENTO DOS MUNICÍPIOS DO MATO GROSSO DO SUL: UMA ANÁLISE A PARTIR DE UM INDICADOR SINTÉTICO	Daniel Massen Frainer; Daniel Amorim Souza Centurião; Caroline Andressa Welter	UEMS
17:30 – 17:45	A PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA NA DINÂMICA DA AGRICULTURA FAMILIAR	Eliziane Raquel Rauch Ceratti; Cristiane Tonezer; Hieda Maria Pagliosa Corona	UNOCHAPECÓ
17:45 -18:00	LOCALIZACIÓN Y ESPECIALIZACIÓN PRODUCTIVA: EL CASO DE LAS TRECE CIUDADES PRINCIPALES EN COLOMBIA	María Martinez Cohen; Cristian Orlando Avila, Nilton Marques de Oliveira	UFT - UNAD



**FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA**
Apoio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



**Dia 18/10/2018, quinta-feira, Sala Alfred Marshall, térreo, manhã
ST5 - Políticas públicas e planejamento do território**

8:30 – 8:45	INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO BRASILEIRA: UM ESTUDO DAS EXPECTATIVAS DOS EMPRESÁRIOS E DO INVESTIMENTO (2003-2017)	Laudelina Alves Ribeiro; Cristiano Stamm	UNIOESTE - TOLEDO
8:45 – 9:00	POLÍTICAS PÚBLICAS FRENTE A MEDIAÇÃO DE CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NA ILHA DE SANTA CATARINA: O CASO DO FLORIANÓPOLIS VILLAGE GOLF RESORT	Juliana Carioni Di Bernardi; Gabriel Bertimes Di Bernardi Lopes; Adriana Marques Rossetto	UFSC
9:00 – 9:15	PARTICIPAÇÃO DOS CONSELHOS NOS PROCESOS DE DISCUSSÃO NO CONTROLE SOCIAL DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL: O CASO DO COREDE MISSÕES E SEUS COMUDES	Sérgio Luís Allebrandt; Taciana Angélica Moraes Ribas; Roseli Fistarol Krüger	UNIJUÍ
9:15 – 9:30	PLANEJAMENTO TERRITORIAL EM CIDADES GÊMEAS	Aline Robles Brito; Fabricio José Missio	UFMG
9:30 – 9:45	VIOÊNCIA E SEGREGAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL: UMA LEITURA DESDE O “LOTEAMENTO EXPOENTE” EM CHAPECÓ-SC	Clarete Trzcinski; Augusto Jobim do Amaral	UFRGS
9:45 – 10:00	POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS: REPENSANDO A GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS ORGÂNICOS DE CURITIBA	Gabriel Massao Fugii; Camille Bolson; Christian Luiz da Silva	UTFPR
10:00 – 10:30	INTERVALO PARA O CAFÉ		
10:30 – 10:45	IMPORTÂNCIA DO SETOR AGROPECUÁRIO NA RECEITA DO MUNICÍPIO DE CASCAVEL-PR	Rafael Schimanski Gwadera; Mariângela Alice Pieruccini Souza; Jovir Vicentini Esser	UNIOESTE - CASCAVEL
10:45 – 11:00	A COOPERAÇÃO COMO INSTRUMENTO: O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NOROESTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	Reneo Pedro Prediger; Sérgio Luís Allebrandt; José Dalmo de Souza	UFFS
11:00 – 11:15	POLÍTICAS PÚBLICAS, SAÚDE UNIVERSAL E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: ANÁLISE ORÇAMENTÁRIA DO PROGRAMA DE FORTALECIMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE DO MINISTÉRIO DA SAÚDE DE 2015 A 2018	Mariel Mayer Pilarski ; Ana Paula Myszczuk	UTFPR
11:15 – 11:30	O ESTADO E SEUS INVESTIMENTOS PÚBLICOS: UM ESTUDO DE CASO EM FLORIANÓPOLIS/SC	Adriana Marques Rossetto; Anicoli Romanini	UFSC
11:30 – 11:45	DISTRITOS INDUSTRIAIS DO COREDE NOROESTE COLONIAL: VISÃO, AÇÃO E DIFICULDADES DO PODER PÚBLICO	Sérgio Luís Allebrandt; Roseli Fistarol Krüger; Taciana Angélica Moraes Ribas	UNIJUÍ

**Dia 18/10/2018, quinta-feira, Sala Alfred Marshall, térreo, tarde
ST5 - Políticas públicas e planejamento do território**

15:00 – 15:30	INTERVALO PARA O CAFÉ		
15:30 – 15:45	QUEBRA DE CONTRATO SOCIAL E DESCONFIANÇA NAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS: DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO NO BRASIL	Alexandra Patricia Albareda; Ricardo Lobato Torres	UTFPR
15:45 – 16:00	SUBORDINAÇÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS À POLÍTICA ECONÔMICA: REPERCUSSÃO NO TERRITÓRIO E SEUS EFEITOS REGIONAIS	Maristela Dumas; Maria Lucia Figueiredo Gomes de Meza	UTFPR
16:00 – 16:15	AMBIENTE INCLUSIVO: O CAMINHO PARA A PROMOÇÃO DA IGUALDADE DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	Leonardo Guerra de Rezende Guedes; Léia Soares Bueno; Elielda Aparecida Carvalho Bueno	PUC - GO



**FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA**
Apoio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



**Dia 18/10/2018, quinta-feira, Sala Alfred Marshall, térreo, tarde
ST6 - Desenvolvimento e governança nos territórios e regiões**

16:15 – 16:30	AMAZÔNIA BRASILEIRA: NÍVEIS E DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DO DESENVOLVIMENTO RURAL	Mário Sérgio Pedroza Lobão; Jefferson Andronio Ramundo Staduto	UNIOESTE - TOLEDO
16:30 – 16:45	NOTAS SOBRE A ECONOMIA RURAL DA REGIÃO NORTE BRASILEIRA	Mário Sérgio Pedroza Lobão	IFAC
16:45 – 17:00	O DESENVOLVIMENTO E A SAÚDE NO OESTE DO PARANÁ	Karla Cristina Tyskowski Teodoro Rodrigues; Camila de Almeida Luca; Ricardo Rippel	UNIOESTE - TOLEDO
17:00 – 17:15	CIDADES DE COMANDO REGIONAL PIAUIENSES: VOCAÇÃO PARA INTEGRAÇÃO E/OU DESENVOLVIMENTO REGIONAL?	Juscelino Gomes Lima; Rogério Leandro Lima da Silveira; Grazielle Betina Brandt	UNISC
17:15 – 17:30	AS IMPLICAÇÕES DA GOVERNANÇA NO DESENVOLVIMENTO DO APL DE VESTUÁRIO DE MURIAÉ-MG	Cecília Alves da Silva Antero; Magnus Luiz Emmendoerfer; Valdir Roque Dallabrida	UFV
17:30 – 17:45	DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E VULNERABILIDADE SOCIAL NOS ESTADOS DO NORTE, BRASIL	Josineide Aquino da Silva Amaral; Roselaine Navarro Barrinha	UNIOESTE - TOLEDO
17:45 - 18:00	MUDANÇA ESTRATÉGICA EM UM HOSPITAL FILANTRÓPICO DO NOROESTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL: gestão social ou gestão estratégica?	Vanilson Viana Cardoso; Jorge Oneide Sausen; Airton Adelar Mueller	UNIJUÍ

**Dia 18/10/2018, quinta-feira, Mini Auditório PPGDRA, terceiro piso, tarde
ST6 - Desenvolvimento e governança nos territórios e regiões**

15:00– 15:30	INTERVALO PARA O CAFÉ		
15:30 – 15:45	DETERMINANTES DO RENDIMENTO DOMICILIAR <i>PER CAPITA</i> POR UF BRASILEIRA, 2010	Márcio Luiz Ribeiro Alberth Martins Batista; Jefferson Andronio Ramundo Staduto	UNIOESTE -TOLEDO
15:45 – 16:00	CADEIA GLOBAL DE VALOR: UM ESTUDO DA INSERÇÃO VIA COMÉRCIO INTERNACIONAL, DOS MUNICÍPIOS DOS COREDES MISSÕES, NOROESTE COLONIAL, FRONTEIRA NOROESTE E CELEIRO DO RIO GRANDE DO SUL	Bernardo Both; Nelson José Thesing; Dilson Trennepohl	UNIJUÍ
16:00 – 16:15	A COMPARATIVE ANALYSIS OF FEDERAL UNIVERSITY EFFICIENCY ACROSS BRAZILIAN REGIONS (2010-2016)	Ariel Gustavo Letti; Luis E. Vila; Mauricio Vaz Lobo Bittencourt	UFPR
16:15 – 16:30	INTEGRAÇÃO REGIONAL: BUSCANDO NOVAS INSTITUCIONALIDADES PARA CONSTRUÇÃO DE UM PROJETO DE PESQUISA TRANSFRONTEIRIÇA	Claudio Machado Maia; Mario Riedl	UFRGS
16:30 – 16:45	SOCIEDADES DE GARANTIA DE CRÉDITO (SGC) E AS MPME DA MICRORREGIÃO DE TOLEDO, OESTE DO ESTADO DO PARANÁ	Wilson Danilo da Silva Pedro; Ednise Maria Willers; Lucir Reinaldo Alves	UNIOESTE -TOLEDO
16:45 – 17:00	ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL: ANÁLISE DO PARQUE TECNOLÓGICO DE ITAIPU COMO UM SISTEMA TERRITORIAL DE INOVAÇÃO	Andrea Pavei Schmoeller; Emanuelle Carvalho Moreira; Guillermo Javier Díaz-Villavicencio	UNILA
17:00 – 17:15	A HETEROGENEIDADE SUBSTANTIVA DOS TERRITÓRIOS NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO - NOTAS CRÍTICAS SOBRE OS DESAFIOS POSTOS ÀS PRÁTICAS E ÀS TEORIAS DO PLANEJAMENTO	Carolina Galvanese; Arilson Favareto	UFABC
17:15 – 17:30	AGRICULTURA FAMILIAR CAMPESINA Y CADENAS CORTAS AGROALIMENTARIAS: LA FERIA MUNICIPAL DE YUTY – CAAZAPÁ (PARAGUAY)	Francisca Danaides Carreras Rios; Valdemar João Wesz Junior	UNILA
17:30 – 17:45	A DINÂMICA ECONÔMICA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL PARA OS ANOS DE 2005 E 2015	Vilmar Nogueira Duarte; Patricia Estanislau; Moacir Piffer	UNIOESTE -TOLEDO
17:45 - 18:00	UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – CAMPUS CERRO LARGO: A PERCEPÇÃO DA COMUNIDADE ACADÊMICA E DA COMUNIDADE EXTERNA APÓS CINCO ANOS DE SUA IMPLANTAÇÃO	Claudio Machado Maia; Taíz Viviane Dos Santos	UNOCHAPECÓ



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



**SESSÃO TEMÁTICA 1 - PROCESSOS SÓCIO HISTÓRICOS NA EVOLUÇÃO
DOS TERRITÓRIOS**

Clique sobre o título para acessar o artigo

Título	Páginas
Desenvolvimento social e econômico: crescimento populacional e capital social no município de Caraguatatuba/SP	20-40
Nova Mutúm Paraná: a heurística do medo e crise socioambiental em um assentamentos forçado	41-62
O desenvolvimento local de Rafaela (Santa Fe-Argentina): Uma análise a partir da história econômico nacional	63-86
Distribuição regional do valor bruto da produção agropecuária da UEMOA, África, entre 2000 e 2016	87-108
Análise diferencial e estrutural para Terra Roxa entre 1990 a 2016: o APL como dinamizador da socioeconomia local	109-132
Transferências constitucionais, economia e desigualdades sociais: IDH-M e programa bolsa família no Paraná	133-155



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



**DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ECONÔMICO: CRESCIMENTO
POPULACIONAL E CAPITAL SOCIAL NO MUNICÍPIO DE
CARAGUATATUBA/SP**

**SOCIAL AND ECONOMIC DEVELOPMENT: POPULATION GROWTH AND
SOCIAL CAPITAL IN THE MUNICIPALITY OF CARAGUATATUBA / SP**

Moacir José dos Santos¹
Edson Trajano Vieira²
Divina de Fátima dos Santos³

Sessão Temática: ST1 - Processos sócio históricos na evolução dos territórios.

Resumo: O município de Caraguatatuba passou por um forte processo de urbanização, acompanhado de acentuado crescimento demográfico nas últimas décadas. O objetivo do artigo foi demonstrar como o rápido crescimento populacional no município, derivado de uma forte migração nas últimas décadas, dificultou a formação das condições necessárias à constituição de capital social. O método consistiu na comparação entre dados secundários e os resultados produzidos mediante a aplicação de questionário para a caracterização do capital social da população de Caraguatatuba. Os resultados indicam que rápida expansão da população e o perfil das atividades econômicas presentes em Caraguatatuba produziu barreiras para a constituição do capital social. Conclui-se que as barreiras para o aumento da participação coletiva na elaboração das políticas públicas em razão da escassa confiança nas instituições e na efetividade da atuação coletiva, em relação ao poder público, decorrem das condições recentes da urbanização e expansão populacional.

Palavras-chave: Desenvolvimento social e econômico, crescimento populacional, capital social.

1. Doutor em História (UNESP). Professor e pesquisador do Centro Universitário Módulo (Caraguatatuba/SP) e do Programa de Mestrado em Planejamento e Desenvolvimento Regional da Universidade de Taubaté (UNITAU).

2. Doutor em História Econômica (USP). Professor e pesquisador do Centro Universitário Módulo (Caraguatatuba/SP) e do Programa de Mestrado em Planejamento e Desenvolvimento Regional da Universidade de Taubaté (UNITAU).

3. Doutora em Psicologia (PUC/SP). Professora e pesquisador do Centro Universitário Módulo (Caraguatatuba/SP).



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



Abstract: The municipality of Caraguatatuba underwent a strong urbanization process accompanied by marked demographic growth in the last decades. The objective of the article was to demonstrate how the rapid population growth in the municipality, due to a strong migration in the last decades, made difficult the formation of the necessary conditions for the constitution of social capital. The method consisted of the comparison between secondary data and the results produced through the application of a questionnaire to characterize the social capital of Caraguatatuba population. The results indicate that the rapid expansion of the population and the profile of the economic activities present in Caraguatatuba produced barriers regarding the constitution of social capital. It is concluded that the barriers to increase collective participation in the elaboration of public policies due to the lack of confidence in the institutions and the effectiveness of the collective action in relation to the public power, result from the recent conditions of urbanization and population expansion.

Keywords: social and economic development, population growth, social capital.

INTRODUÇÃO

A investigação dos fatores relacionados ao desenvolvimento econômico e social tem um papel ímpar para a formulação das políticas públicas. O desenvolvimento é um processo multidimensional, pois inclui a dinâmica econômica e a distribuição dos recursos derivados da elevação da produtividade sob uma perspectiva de redução da desigualdade de renda, bem como do acesso à saúde, educação, segurança, habitação, moradia, mobilidade e participação no processo político. O desenvolvimento social e econômico relaciona-se ao acesso a condições compatíveis com o potencial presente em uma determinada sociedade, o que pressupõe a redução das assimetrias sociais próprias de países como o Brasil, caracterizado por uma desigualdade social e econômica territorializada, correspondente às distinções e regionais e intrarregionais.

A complexidade do processo que pode conduzir ao desenvolvimento social e econômico implica a problematização dos fatores e das condições relacionadas à sua característica multidimensional. Entre os fatores pertinentes à multidimensionalidade do desenvolvimento está o capital social, conceito presente nos debates relativos à sociologia e à economia do desenvolvimento. O capital social possibilita compreender como ocorre a



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



constituição de redes de relacionamento e associação, com potencial para contribuir com o fortalecimento de determinados grupos sociais e de sua capacidade de formalizar as demandas e reivindicações perante o poder público e demais instâncias sociais.

O presente artigo apresenta parte de uma investigação realizada para relacionar o perfil socioeconômico do território intraurbano de Caraguatatuba, com o capital social da população do município. Para tanto, construiu-se uma base de dados sobre as características demográficas dos habitantes de Caraguatatuba, mediante a consulta às bases de dados secundários como o IBGE e à Fundação SEADE, assim como aplicação do instrumento de pesquisa junto aos munícipes. Os resultados permitiram caracterizar o capital social da população de Caraguatatuba a partir de uma perspectiva territorial.

O objetivo deste trabalho é demonstrar como o rápido crescimento populacional no município, derivado de uma forte migração nas últimas décadas dificultou a formação das condições necessárias à constituição de capital social subjacente às redes de sociabilidade efetivas para formalizar e expressar as demandas da população local. Para apresentar os resultados concernentes ao objetivo procedeu-se a divisão do artigo em 5 seções. A primeira seção é a introdução com o delineamento do tema e da pesquisa subjacente ao recorte proposto no presente artigo. A segunda seção busca apresentar o conceito capital social e seu potencial de contribuição para o desenvolvimento social e econômico. A terceira seção caracteriza o método, enquanto a quarta seção apresenta e discute os resultados. E a quinta e última seção descreve as considerações finais.

CAPITAL SOCIAL – ASPECTOS TEÓRICOS

Para Santos *et al* (2012), o desenvolvimento pode ser melhor compreendido em uma perspectiva multidimensional e interdisciplinar, que inclui as dimensões econômica, política, social e ambiental. Essa perspectiva implica uma visão integrada a respeito da interação entre essas dimensões. Denota-se que há aspectos transversais às dimensões do desenvolvimento, como o território, fundamental para o entendimento das especificidades do desenvolvimento nacional e seus desdobramentos sobre as regiões e cidades. Nesse



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



sentido, o território, enquanto unidade de análise, favorece o reconhecimento dos distintos efeitos do desenvolvimento assimétrico produtor e reproduzidor das desigualdades regionais e inter-regionais (BRANDÃO, 2011).

A perspectiva territorial do desenvolvimento social e econômico tem como correspondente a necessidade de se considerar os diversos fatores subjacentes a esse processo. Entre esses fatores está o capital social, especialmente para se compreender as diferenças entre as condições de desenvolvimento de cada região. Entretanto, o conceito capital social tem várias definições na literatura pertinente ao impacto das relações sociais territorializadas e suas relações com o processo de desenvolvimento social e econômico.

O capital social é a referência que permite a compreensão sobre como se constituem as redes de relacionamento e sociabilidade no território. Sua caracterização contribui para o entendimento de como os cidadãos relacionam-se e se organizam coletivamente. Entre as principais referências para a investigação do capital social e sua contribuição para o desenvolvimento está o trabalho de Putnam (1996). O autor associa trajetórias de êxito regional à presença expressiva do capital social no território. Para Putnam, a ação direta favorece a formação do capital social enquanto a expressão da confiança estabelecida entre os membros de uma comunidade para atender às necessidades da coletividade. Porém, o trabalho de Putnam pode ser objeto de crítica por apoiar-se em um determinismo quanto ao papel do capital social para o desenvolvimento regional. O autor não debateu a possibilidade de incentivo ao fortalecimento do capital social a partir de políticas públicas que estimulassem a participação popular nos processos decisórios ou das políticas públicas relacionadas ao desenvolvimento conduzido, a partir dos interesses abrigados no Estado.

Para Fukuyama (2001), a criação ou consolidação do capital social é um processo complexo, que ultrapassa capacidade das políticas públicas. Porém Durston (1999) compreende que o capital social pode ser gerado a partir da atuação de instituições aptas a contribuir com meios de representação e ação social não tradicionais. Para esse autor, capital social é um construto elaborado a partir da experiência contemporânea. Nota-se que Durston e Putnam estão em campos distintos em relação aos fatores pertinentes à formação do capital social. Durston entende o capital social enquanto possibilidade de um ativo social



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



institucionalmente elaborado não dependente do poder público para a necessária autonomia social. Sob perspectiva diversa, Putnam caracteriza o capital social como pertinente a características históricas territorialmente reconhecíveis e mobilizáveis para contribuir com processos de desenvolvimento.

As análises de Durston, Fukuyama e Putnam tem em comum a não problematização das relações de classe enquanto elemento relevante para a composição do capital social. Deste modo, se subtrai o capital social de uma perspectiva mais ampla, necessária para se reconhecer sua inserção em um conjunto de relações sociais dinâmicas e complexas associadas a divisão social do trabalho e suas expressões social e territorialmente constituídas.

A superação desta limitação decorre da observação sobre o capital social realizada por Bourdieu (1980). O sociólogo inclui os aspectos pertinentes às classes sociais e à sua existência associada a fatores econômicos e não econômicos, aptos a potencializar a compreensão das contradições relacionadas a grupos com perfil socioeconômico equivalente ou diferentes. Segundo Bourdieu, o que caracteriza o capital social é a existência e a preservação de uma rede permanente de relações, necessárias ao alcance de objetivos inatingíveis individualmente. Para Bourdieu, as redes de relações podem ser institucionalizadas com maior ou menor intensidade e sua existência relaciona-se necessariamente ao reconhecimento entre os participantes. Porém, a perspectiva de Bourdieu em relação ao capital social inclui a crítica às demais formas de se situá-lo socialmente. Para os demais autores, o capital social contribui para o desenvolvimento por possibilitar coesão social. E para Bourdieu, o capital social é um dos mecanismos pertinentes à competição social por recursos materiais e não materiais (prestígio, poder) vinculados e escassos, inserido na dinâmica de distinção social correspondente à manutenção dos privilégios de classe. Neste sentido, a efetiva compreensão do capital social exige referenciá-lo a partir das relações de classe, das disputas entre aqueles que detêm o privilégio e aqueles que lutam para superar condições desfavoráveis e necessitam do capital social para lutar contra as adversidades sociais e econômicas.



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



O posicionamento de Bourdieu quanto à relação entre estrutura econômica e estruturas não econômicas na produção dos fundamentos da distinção social converge para a perspectiva de Souza (2009), que examina as condições inerentes à disputa por recursos escassos na sociedade brasileira. Souza reconhece o capital social como associado ao capital cultural e ao capital econômico enquanto referência que explica a desigualdade social e econômica nacional.

Ostrom (2000) descreve outra perspectiva em relação aos processos sociais associados ao desenvolvimento em comparação à Bourdieu e Souza. Ostrom não se apoia explicitamente no conceito capital social quando analisa a cooperação enquanto alternativa para a elaboração de soluções pautadas na ação coletiva. Ostrom nega que os sujeitos apenas contribuem para a coletividade em situações excepcionais. A autora aponta a existência de recursos sociais pertinentes à sociabilidade adequados a instrumentalização em benefício da colaboração coletiva.

A ação coletiva decorre da prevalência de regra comuns aos partícipes de uma determinada comunidade. Esta condição é necessária para a percepção de uma condição equivalente à institucionalização de fatores necessários ao estímulo a cooperação e ao partilhar de ações com vistas a objetivos comuns, conforme nota Sabourin (2010). Esta perspectiva complementa as ponderações de Ostrom e indica que o processo de formação do capital social decorre das características pertinentes às formas de relacionamento, solidariedade e reconhecimento inerentes a um grupo social e territorialmente estabelecido. Infere-se a sugestão da existência de uma moralidade compartilhada e com particularidades para cada grupo social, com potencial para contribuir com a ação coletiva. O desafio relativo a essa asserção sobre o capital social corresponde à verificação de como os sujeitos conseguem identificar na ação coletiva os estímulos necessários à associação.

Neste debate sobre a ação coletiva e de como o capital social a suporta, nota-se o estabelecimento de linhas de análise distintas. Uma delas define o capital social enquanto conjunto de recursos que possibilita aos indivíduos a satisfação de seus objetivos, asserção pertinente a autores como Coleman (apud HIGGINS, 2005). Outra linha de análise decorre das ponderações de Ostrom, Sabourin e Fukuyama (2001). Esses autores e a produção a



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



eles associada concebem o capital social como o elo estabelecido entre sujeitos com origem em motivos pessoais, cujo efeito é a produção de normas comuns. E uma terceira forma de se perceber a formação e a função do capital social tem como fundamento as diferenças entre classes sociais e a constituição de mecanismos de distinção relativos à disputa por recursos socialmente escassos.

A partir da identificação das distintas formas de definição do capital social entende-se a necessidade de se fundamentar a pesquisa com critérios coerentes ao conhecimento estabelecido. A próxima seção descreve o método de pesquisa bem como os critérios adotados para a coleta e análise dos resultados.

MÉTODO

As concepções distintas quanto à formação e função do capital implicam pertinência de se considerar como realizar escolhas aptas a produzir uma investigação sólida. Uphoff (2000) sugere que se organize a investigação sobre o capital social a partir de sua definição em duas formas: estrutural e cognitiva. A forma estrutural corresponderia aos papéis, regras e relações sociais e a forma cognitiva refere-se à confiança, cooperação, reciprocidade e solidariedade. Entretanto, a sugestão é insuficiente para a consideração, distinções de classe e suas consequências, particularmente em uma perspectiva territorial.

A discussão sobre como investigar o capital social sem desconsiderar a materialidade subjacente à sua produção implica em relacionar aspectos como cooperação, a confiança e compreensão do papel cívico como elementos de coesão e o contexto social e econômico. E a associação entre condições materiais e os aspectos citados ocorre na dinâmica pertinente às instituições formais ou informais, como o núcleo familiar, as associações, grupos religiosos, entre outros. Neste amplo conjunto ocorre a articulação nas redes de relações, premissa fundamental do capital social descrito nas distintas concepções descritas na seção anterior. As normas inerentes à estruturação dos diferentes grupos sociais tem potencial para produzir confiança e reciprocidade necessárias à coesão subjacente à possibilidade de o capital social tornar-se recurso para a conquista de metas comuns



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



(HIGGINS, 2005). Nota-se que o conceito capital social contribui para a compreensão de como se estabelecem as condições pertinentes à sociabilidade e confiança, o que possibilita a descrição de situações com forte coesão até cenários de escasso potencial para atuação coletiva.

Destaca-se que o capital social orienta a compreensão das condições relacionadas ao desenvolvimento social e econômico, particularmente quanto aos efeitos da distribuição assimétrica dos recursos à disposição da população e sua respectiva atitude frente a essa realidade. As condições anteriormente descritas indicam que o conceito de capital social contribui para a problematização das políticas públicas, referente ao seu impacto para o desenvolvimento social e econômico (RATTNER, 2002).

A investigação para demonstrar como o rápido crescimento populacional no município, derivado de uma forte migração nas últimas décadas, dificultou a formação das condições necessárias à constituição de capital social foi realizada com a contribuição de duas fontes de informação. A primeira fonte refere-se à caracterização do capital social da população do município de Caraguatatuba. Para tanto, foi aplicado junto à população da área urbana a aplicação de um instrumento de pesquisa pautado em Grootaert *et al.* (2003). Amostra com margem de erro de 5% e índice de confiança de 95% compatível ao número de habitantes projetado no Censo IBGE para 2015, concernente a 113. 317 residentes (IBGE, 2015). Projetou-se o número mínimo de 594 questionários e obteve-se o número válido de 610 questionários aplicados em domicílios distribuídos de modo não probabilístico conforme a população de cada bairro do município. Os dados foram processados e analisados com a utilização do *software Sphinx* para a melhor compreensão das informações obtidas. um relatório com os dados consolidados e segmentados, considerando as variáveis sociodemográficas.

Os resultados relativos à caracterização do capital social da população de Caraguatatuba foram comparados com dados disponíveis em fontes secundárias como o IBGE e Fundação SEADE. Assim, foi possível compreender os fatores relacionados às condições do capital social dos munícipes, mediante a contextualização dos fatores subjacentes à expansão urbana e ao aumento da população do município. Os critérios



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



pertinentes à organização dos dados e sua interpretação relacionam-se à compreensão do desenvolvimento social e econômico como um processo multidimensional e dinâmico. Seu entendimento implica comparar como a dinâmica macroeconômica associada a condições locais delinea o desenvolvimento social e econômico no território, especialmente as assimetrias sociais e como a população local interage com o poder público, condição necessária a efetividade das políticas públicas.

CRESCIMENTO POPULACIONAL E CAPITAL SOCIAL

A origem do município remonta à colonização portuguesa e ao processo de conquista e ocupação do território. Esse processo envolveu o conflito com populações nativas e sua submissão desde o século XVI, com destaque para a criação da capitania de Santo Amaro, situado entre a foz do rio Juqueriquerê em Caraguatatuba até o atual município de Bertioga. Entre o século XVI e a primeira metade do século passado a trajetória de Caraguatatuba esteve associada às atividades agrícolas e extrativistas para subsistência da população local. Neste cenário, adquire relevância a criação da Fazenda dos Ingleses em 1927, cuja produção destinava-se à exportação de gêneros agrícolas tropicais (CAMPOS, 2000).

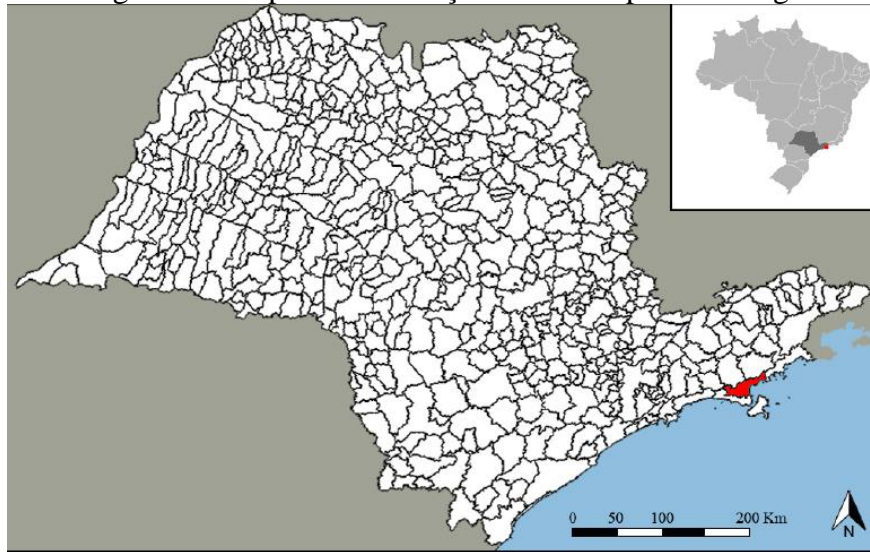
Contemporaneamente, Caraguatatuba é reconhecida por ter atividades relacionadas aos serviços turísticos. Essa condição adquiriu relevância a partir da segunda metade do XX, com a elevação da demanda por acesso ao sol e ao mar. O turismo foi fundamental para o expressivo crescimento urbano e populacional no município a partir de meados do século XX. O aumento da área urbana e o crescimento demográfico têm como impulso a urbanização turística associada à construção de casas de veraneio, hotéis, pousadas e demais estruturas concernentes à recepção dos turistas e oferta de serviços relacionados à sua presença no município. O turismo estimulou a migração mediante de trabalhadores para o setor da construção civil e serviços, com efeitos sobre a expansão demográfica e urbana.



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



Figura 1 – Mapa da localização do município de Caraguatatuba



Fonte: IBGE

A trajetória histórica de desenvolvimento social e econômico de Caraguatatuba está relacionada ao turismo e a investimentos públicos em obras de infraestrutura no litoral norte paulista. O contexto produzido mediante esse processo apresenta problemas socioespaciais relacionados à precariedade dos equipamentos urbanos na região, cujo destaque é a ocupação irregular do território associada à forte expansão populacional, o que elevou a demanda por políticas públicas em um ritmo superior à capacidade do Estado, particularmente das prefeituras. Em Caraguatatuba, há significativa presença da população no perímetro urbano, 95,8% do total residente no município (IBGE, 2010).

Barros (2004) aponta como o principal problema do crescimento urbano contemporâneo o crescimento espacial desordenado. Para o autor, o fenômeno da periferização agrega as consequências da rápida expansão urbana e sua sistemática exclusão social e econômica. A trajetória do município de Caraguatatuba possui áreas periféricas decorrentes da utilização das áreas urbanas mais centralizadas e com infraestrutura mais adequada para atender a demanda turística ou da população local com renda mais alta. O mercado imobiliário, dedicado ao atendimento da demanda turística, produziu a ocupação de áreas inadequadas nas encostas da Serra do Mar. Em consequência,



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



houve um impacto no crescimento da malha urbana do município, associado à expressiva migração não absorvida pelo mercado de trabalho formal (PANIZZA, 2004).

Esse cenário resultou ao longo das últimas décadas em um contexto urbano delineado por bairros, cuja característica é a insuficiência de serviços públicos adequados como abastecimento de água, sistema de despejo de esgoto, coleta de lixo, educação e saúde, transporte público e lazer. Esse desequilíbrio entre as áreas com a presença de equipamentos urbanos e recursos necessários à qualidade de vida e outras com expressivas carências indica como ocorreu o estabelecimento das assimetrias sociais e econômicas no município. Denota-se que esse processo persiste em Caraguatatuba, renovado durante a década de 2000 mediante investimentos públicos relacionados ao setor petrolífero e às atividades portuárias no município vizinho de São Sebastião. Trabalhadores do porto optam por residir em Caraguatatuba. E nos últimos anos, o fluxo de trabalhadores que migram para o município relaciona-se às obras de duplicação da Rodovia dos Tamoios, principal via de acesso ao litoral norte paulista.

Tabela 1 - População nas regiões selecionados no período de 1990 a 2018, em número de pessoas

Localidades	1990	2000	2010	2018	Varição 1990/2018
Município Caraguatatuba	50.569	78.628	100.634	113.208	123,87%
Estado de São Paulo	30.783.108	36.974.378	41.223.683	43.993.159	42,91%

Fonte: Fundação Seade (2018).

A Tabela 1 demonstra que a expansão populacional em Caraguatatuba foi muito superior à média do estado de São Paulo nas últimas três décadas. Esse cenário pode ser captado com mais acuidade nas informações apresentadas na tabela 2. A população com menos de 15 anos no município de Caraguatatuba cresceu 30,04% no período de 1990 a 2018. Enquanto a população com 60 anos ou mais cresceu 341,98%. No estado de São Paulo a população jovem teve um aumento de 5,31% e a população idosa 172,78%. Nota-se que em todos os estratos selecionados o crescimento da população jovem foi



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



significativamente inferior ao da população idosa. Porém, as condições peculiares da expansão urbana e demográfica no município de Caraguatatuba, produziram um de crescimento superior dos estratos pertinentes a tabela 2.

Tabela 2 – Crescimento da população por faixas etárias, selecionadas.

Localidades	1990	2018	Variação 1990/2018
Município de Caraguatatuba			
População de até 15 anos	17.724	23.049	30,04%
População com 60 anos ou mais	3.504	15.487	341,98%
Estado de São Paulo			
População de menos de 15 anos	9.551.998	9.044.993	5,31%
População com 60 anos ou mais	2.327.203	6.348.213	172,78%

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da Fundação Seade (2018)

A diferença expressiva entre os dados relacionados à população do Estado de São Paulo e os dados populacionais de Caraguatatuba deriva da forte migração para o município. Define-se a taxa de migração como o quociente entre o saldo migratório e a população da localidade no mesmo período. A Tabela 3 apresenta a taxa de migração do município de Caraguatatuba e a média do estado de São Paulo de 1991 a 2010. Verifica-se que em 1991 a taxa de migração para o município de Caraguatatuba é praticamente 10 vezes superior à média estadual. Em 2000 a taxa de migração no município chegou a 28,45%. Em 2010, mesmo com a redução da taxa de migração, tanto no estado quanto no município, a taxa municipal é praticamente 12 vezes maior em comparação a estadual.

Tabela 3 - Taxa de migração, nas regiões selecionados no período de 1990 a 2010, em percentual

Localidades	1991	2000	2010
Município Caraguatatuba	18,17%	28,45%	14,32%
Estado de São Paulo	1,90%	4,31%	1,21%

Fonte: Fundação Seade (2018).



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



Esse cenário mantém a expansão populacional em razão da possibilidade de trabalho para os migrantes e da continuidade da urbanização turística, que contribui para a periferização da população residente de baixa renda. Comparativamente, o crescimento populacional do município foi, em média, três vezes maior que o do estado. No período de 1990 a 2018 o crescimento da população do município de Caraguatatuba foi de 123,87%, enquanto o estado do São Paulo apresentou crescimento populacional de 42,91%, aproximadamente um terço do crescimento do município e da Região de Governo.

O forte crescimento demográfico derivado da migração impactou o processo de constituição do capital social da população de Caraguatatuba. Conforme pressuposto adotado no presente artigo, o desenvolvimento social e econômico é multidimensional, pois associa resultados econômicos e fatores não econômicos como o acesso à educação, à saúde, à segurança, à mobilidade urbana, à informação e à participação política. Entre as condições necessárias à potencialização do desenvolvimento econômico e social está o capital social, que consiste em recurso não econômico que pode favorecer ou dificultar, em razão da sua fragilidade, força ou densidade, a trajetória de desenvolvimento social e econômico. O capital social é subjacente à constituição das redes sociais necessárias para o alcance de objetivos em favor da coletividade, correspondente à formalização das demandas dos munícipes. Observa-se que o capital social pode contribuir com a articulação das demandas da população para a articulação de políticas públicas de enfrentamento das desigualdades territorializadas no município.

Porém, o capital social dos moradores do município apresenta limites importantes, particularmente quanto à possibilidade para formalizar a participação dos munícipes para a efetivação de políticas públicas em favor da população. A rápida urbanização e crescimento demográfico das últimas décadas, pode ter contribuído decisivamente para os limites do capital social da população de Caraguatatuba. A fragilidade do capital social está relacionada ao crescimento urbano e demográfico que produziu dificuldades para a constituição dos laços sociais aptos para ampliar o capital social. Neste contexto, a interlocução com o poder público é muito limitada. As redes de relacionamento e associação necessárias para o debate com o poder público restringem-se



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



predominantemente aos familiares, perfil mais presente nos bairros mais carentes de recursos econômicos e infraestrutura pública. O núcleo familiar foi privilegiado como apoio fundamental para o enfrentamento dos problemas particulares ou coletivos.

A escassa confiança no poder público, associações de bairro, igrejas ou vizinhos evidencia o desinteresse para a organização de ações coletivas. Os munícipes não relacionam a reduzida capacidade de organização coletiva a efeitos sobre a dificuldade para elevar a qualidade de vida da população. Há fragmentação das redes sociais e das condições adequadas à interlocução com o poder público no município, o que favorece os habitantes com acesso a recursos econômicos e sociais privilegiados, redes de relacionamento e capital cultural condizentes à sua posição social. Deste modo, se preservam vantagens quanto à competição por recursos sociais e públicos escassos.

A urbanização de Caraguatatuba, mediante a expressiva migração, correspondeu a recente fixação de parte significativa da população no território municipal. Essa condição esclarece a fragilidade do capital social caracterizado com a pesquisa, relacionado ao cenário demográfico e econômico local. Nota-se que crescimento econômico não é sinônimo de conversão dos resultados em benefícios para a população. No caso de Caraguatatuba, o crescimento econômico produziu desequilíbrios que impactam a qualidade de vida dos munícipes. No município há bairros com expressiva carência de recursos econômicos e de acesso a serviços de qualidade como esgoto, água, transporte público, segurança, saúde, entre outros, e, ao mesmo tempo, há locais com realidade distinta, com acesso à estrutura urbana adequada e mais qualidade de vida. O ritmo rápido de crescimento populacional a partir da migração das últimas décadas definiu as condições desfavoráveis para a formação do capital social da população de Caraguatatuba. Ressalta-se que o capital social é necessário para a organização coletiva e interlocução com o poder público, pertinente à articulação de políticas públicas dedicadas ao enfrentamento das assimetrias territorializadas no município.

Os dados econômicos relativos ao desempenho econômico do município contribuem para a compreensão de como a trajetória pregressa contribuiu para a fragilidade do capital social em Caraguatatuba. O ritmo intenso do crescimento econômico estimulou a



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



forte migração em um período de tempo exíguo, o que produz dificuldades para a necessária sedimentação das relações sociais e a constituição de processos identitários e de associação.

A trajetória do Produto Interno Bruto (PIB) de Caraguatatuba apresenta informações que evidenciam como o crescimento econômico local está relacionado a desequilíbrios no município, pois associa o aumento da riqueza com atração de imigrantes e manutenção de um percentual significativo da população em condição precária, inclusive quanto ao acesso ao trabalho. Observa-se, na tabela 4, que no período situado entre 2003 e 2012, o município de Caraguatatuba apresentou crescimento econômico de 141,78%, duas vezes acima da média do estado de São Paulo, com crescimento de 63,84%. Deste modo, compreende-se o crescimento populacional e as assimetrias presentes no território como associadas à expansão econômica do município.

Na mesma tabela nota-se o crescimento do PIB em todas as esferas administrativas selecionadas no período entre 2009 a 2012. Posteriormente, entre 2012 e 2015, há estagnação do crescimento econômico com redução do valor, tanto no município de Caraguatatuba como no estado de São Paulo, quadro decorrente da crise econômica brasileira, com retração do PIB nacional em 3,5% em 2015 (IBGE, 2018).

Tabela 4 – Produto Interno Bruto (PIB) – mil reais de 2015, corrigido pela inflação oficial

	2003	2006	2009	2012	2015	Crescimento do PIB 2003/2012
Município de Caraguatatuba	1.142,95	1.251,71	1.991,01	2.763,48	2.720,21	141,78%
Estado de São Paulo	1.195.311,03	1.419.954,97	1.682.957,34	1.958.343,07	1.939.890,06	63,84%

Fonte: Fundação Seade (2018)

Faz-se necessário notar o impacto da crise no setor petrolífero no município, delimitada pela queda dos preços internacionais do petróleo de U\$ 110 dólares o barril em 2012 para U\$ 50 dólares em 2015 (MARIANI, 2016). O cenário internacional afetou negativamente as atividades econômicas em Caraguatatuba. Os problemas sociais se



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



manifestam como consequência do crescimento econômico e demográfico sem a efetividade de políticas públicas aptas a apresentar ações pertinentes ao cenário local. E a crise econômica do Brasil produz efeitos que agravam a desigualdade social no município. A Tabela 5 indica que no município de Caraguatatuba o número de postos trabalho formais em 2018 foi menor em comparação a 2011. No município, a maior retração ocorreu entre 2011 e 2015.

Tabela 5 – Emprego Formal – dados de janeiro de cada ano

<i>Localidade</i>	<i>2007</i>	<i>2011</i>	<i>2015</i>	<i>2018</i>	<i>Varição 2011/2018</i>	<i>Varição 2015/2018</i>
Município de Caraguatatuba	16.781	21.670	20.343	19.741	- 8,90%	- 2,96%
Estado de São Paulo	9.764.327	11.832.288	12.716.425	11.833.161	- 0,01%	- 6,95%

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) - (2018).

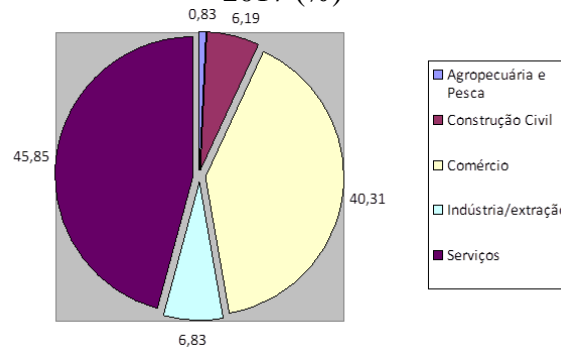
No Gráfico 1 apresenta-se o percentual de trabalhadores ocupados por setor de atividade em Caraguatatuba. Comércio (40,31%) e serviços (45,85%) somam 86,16% do total de empregos formais. As demais atividades representam 13,84%. Nota-se que nos setores que mais empregam no município há mais trabalhadores informais não identificados. E que no período entre 2011 e 2018 ocorreu uma brutal redução do emprego formal de 8,90%, o que torna precárias ainda mais as condições de vida em Caraguatatuba. Salienta-se, no entanto, a dependência de um setor que gera um número reduzido dos postos de trabalho formais no contexto local, a indústria, especialmente com a extração de petróleo e gás. Em 2015, o setor produziu 48,66% de toda a riqueza gerada no município, responsável por 6,83% dos empregos formais. A extração de petróleo e gás é um dos seguimentos representativos para a geração de renda no município, mas não tem a mesma participação na geração de empregos.



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA



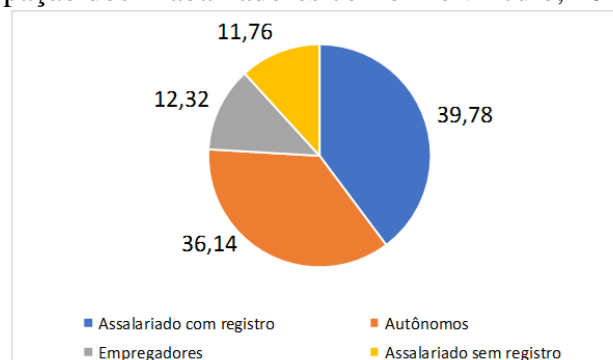
Gráfico 1 – Ocupação dos Trabalhadores formais, conforme setor de atividade - janeiro de 2017 (%)



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) - (2018).

O Gráfico 2 aponta que 39,78% dos trabalhadores tem vínculo formal de emprego, 36,14% são autônomos, 12,32% são empregadores e 11,76% trabalhadores assalariados sem registro. Os dados sobre ocupação em Caraguatatuba indicam as consequências da rápida urbanização, sem articulação entre planejamento urbano e regional. A precariedade das condições de vida pertinentes à parte significativa da população equivale à própria precariedade do crescimento econômico local, associado a empregos formais e informais com reduzido efeito multiplicador. Neste sentido, a urbanização turística responsável por impulsionar o setor da construção civil, os serviços relacionados ao atendimento da demanda turística e à expansão da população produziu as condições subjacentes às assimetrias territorializadas em Caraguatatuba.

Gráfico 2 – Ocupação dos Trabalhadores conforme vinculo, 2017. Em percentual.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2017.



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



A caracterização do capital social da população do município comparada com a trajetória relativa à urbanização e migração, associada ao crescimento demográfico, evidencia como a territorialização do crescimento econômico tem consequências sobre as condições do desenvolvimento e multidimensionalidade que o caracteriza. Nesse sentido, a escassez de políticas públicas concernentes ao enfrentamento das consequências do crescimento econômico produz assimetrias sociais e limites para a sua superação. Constatase o delineamento de um paradoxo. A forte migração e a expansão urbana precária dificultam a formação do capital social enquanto recurso para a constituição de redes de solidariedade e cooperação entre os munícipes. E a escassez de capital social é um entrave à elaboração de políticas públicas necessárias ao planejamento do território e redução das assimetrias sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Caraguatatuba apresentou nas últimas décadas forte processo de urbanização com acentuado crescimento demográfico. A partir deste contexto, o objetivo do artigo foi demonstrar como o rápido crescimento populacional no município, derivado de uma forte migração nas últimas décadas, dificultou a formação das condições necessárias à constituição de capital social necessário a redes de sociabilidade efetivas para formalizar e expressar as demandas da população local. A rápida expansão da população e o perfil das atividades econômicas presentes em Caraguatatuba produziram barreiras à constituição do capital, em especial no que se refere à dificuldade de processos de identidade e solidariedade social.

Neste sentido, a aplicação do instrumento de pesquisa indicou a reduzida confiança dos munícipes para com o poder público e demais instâncias da sociedade civil. A solidariedade e a confiança se concentram quase que exclusivamente no núcleo familiar, identificado como o recurso mais eficiente para o enfrentamento dos desafios do cotidiano.



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



Percebeu-se a desvalorização da organização coletiva, pois o reduzido envolvimento coletivo dos munícipes é identificado como pouco impactante para a vida dos munícipes.

A comparação entre os dados econômicos e demográficos com os resultados da mensuração e caracterização do capital social da população de Caraguatatuba reflete as consequências da rápida expansão demográfica e crescimento urbano dissociado da produção de relações comunitárias, pautadas na confiança e na formação de mecanismos de sociabilidade necessários à ação coletiva.

Os resultados obtidos com a aplicação do instrumento de pesquisa indicam que a população do município enfrenta um paradoxo relativo ao processo de desenvolvimento e sua multidimensionalidade. O aperfeiçoamento e aprofundamento das políticas públicas necessárias para a efetivação do desenvolvimento social e econômico depende da elevação da participação da população. Porém, há barreiras para o aumento da participação coletiva na elaboração das políticas públicas, em razão da escassa confiança nas instituições e na efetividade da atuação coletiva em relação ao poder público. Superar as condições que produziram esse paradoxo é o principal desafio para o processo de desenvolvimento em um município com o perfil de Caraguatatuba.

Agradecimentos: agradecemos o apoio da FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo) à pesquisa “Desenvolvimento social e econômico: caracterização do capital social da população do município de Caraguatatuba/SP” (Processo nº 2015/23720-4).



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



REFERÊNCIAS

BARROS, J.X. **Urban growth in Latin American Cities. Exploring urban dynamics though agent-based simulation.** University of London, 2004. Disponível em: Acesso em: 27 mar. 2015.

BOURDIEU, P. **Le capital social.** Actes de la recherche en sciences sociales. Vol. 31, janvier 1980. p. 2-3.

CAMPOS, J. F. de. **Santo Antônio de Caraguatatuba: memórias e tradições de um povo.** Caraguatatuba: Fundacc, 2000.

DURSTON, J. **Construyendo capital social comunitário.** In: Revista de La Cepal, n. 69, dez. 1999.

FUKUYAMA, F. **Social capital, civil society and development.** Third World Quarterly, vol 22, n. 1, p. 7-20, 2001.

GROOTAERT, C. et al. **Questionário Integrado para Medir Capital Social (QI-MCS) (Integrated Questionnaire for the Measurement of Social Capital) (SC-IQ).** Grupo Temático sobre Capital Social. Banco Mundial 23 de junho de 2003. Disponível em: <<http://www.contentdigital.com.br/textos/comunidades/Questionario%20Integrado%20para%20medir%20Capital%20Social%20Banco%20Mundial.pdf>>. Acesso em: 13 jun. 2015.

HIGGINS, S. S. **Fundamentos teóricos do capital social.** Chapecó: Argos, 2005.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Conceitos e Definições.** https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pnad_continua/primeiros_resultados/analise01.shtm, acesso fevereiro de 2018.

MARIANI, Daniel, et. al. **Um histórico visual da queda do preço do petróleo.** Nexo Jornal, publicado em 18/01/2016.

MINISTÉRIO DO TRABALHO EM EMPREGO. **Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED).** http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_perfil_municipio/loading.php Acessado em março de 2018.

OSTROM, E. **Collective Action and the Evolution of Social Norms.** The Journal of Economic Perspectives, vol. 14, n. 3, summer, 2000, p. 137-158. Disponível em: <<http://links.jstor.org/sici?sici=08953309%28200022%2914%3A3%3C137%3ACAATEO%3E2.0.CO%3B2-V>> Acesso em: 13 jun. 2011.



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



RATTNER, H. **Prioridade: construir o capital social.** Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/arquivo/rattner.htm>>. Acesso em: 4 jan. 2015.

SABOURIN, E. **Manejo dos recursos comuns e reciprocidade: os aportes de Elinor Ostrom ao debate.** Sustentabilidade em Debate. 2010. Disponível em: <<http://www.red.unb.br/index.php/sust/article/viewFile/1689/1311>>. Acesso em: 4 jan. 2011.

SANTOS, E. L. et al. **Desenvolvimento: Um conceito multidimensional.** Revista Eletrônica do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade do Contestado. Ano 2, n.1, Julho/2012.

SEADE - Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - **PIB municipais** - www.seade.gov.br acessado em abril de 2018.

SOUZA, S. C. **Elites Políticas em Caraguatatuba (1970-2000).** I Seminário nacional de Sociologia e Política. UFPR, 2009. Disponível em: <http://www.humanas.ufpr.br/site/evento/SociologiaPolitica/GTsONLINE/GT2/EixoIV/elitepoliticas-SamuelSouza.pdf>. Acesso em: ago.2011.

PANIZZA, A. C. **Imagens Orbitais, cartas e coremas: uma proposta metodológica para o estudo da organização e dinâmica espacial, aplicação ao município de Ubatuba, Litoral Norte, Estado de São Paulo.** Universidade de São Paulo. Brasil, 2004. 299p Disponível em: Acesso em: 25 maio.2015.

PUTNAM, R. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna.** Rio de Janeiro: FGV, 1996.

UPHOFF, Norman. **Understanding social capital: learning from the analysis and experience of participation.** In: DASGUPTA, P.; SERAGELDIN, I. Social Capital. A multifaceted perspective. Washington: The International Bank for Reconstruction and Development; The World Bank, 2000. p. 215-253.



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



**NOVA MUTÚM PARANÁ: A HEURÍSTICA DO MEDO E CRISE
SOCIOAMBIENTAL EM UM ASSENTAMENTOS FORÇADO**

NOVA MUTÚM PARANÁ: THE HEURISTICS OF FEAR AND SOCIO-
ENVIRONMENTAL CRISIS IN A FORCED SEATING

Jacira Lima da Graça³

Flávio de São Pedro Filho⁴

Jackson Sales Miranda Júnior⁵

SESSÃO TEMÁTICA: ST1 - Processos sócio históricos na evolução dos territórios.

Resumo: A heurística do medo (temor) faz referência ao medo que desperta para ação com responsabilidade, uma escolha responsável de se ter zelo e cuidado pela vida hoje e no futuro. A pergunta a ser respondida é: Como se caracterizam as implicações éticas da insegurança socioambiental no assentamento forçado na municipalidade portovelhense em Nova Mutum Paraná? Como argumentação aplica-se a Teoria U e a Teoria do Ecodesenvolvimento. O objetivo geral deste trabalho é estudar a heurística do medo no sistema social do assentamento forçado situado em Nova Mutum Paraná, municipalidade de Porto Velho, Estado de Rondônia; e os objetivos específicos são: levantar o fenômeno causa-efeito do medo no sistema social forçado no assentamento portovelhense Nova Mutum Paraná (1); caracterizar a responsabilidade socioambiental decorrente do assentamento forçado (2); e apontar a via de convergência possível em face da aplicação da Teoria U (3). Aplica-se o método estudo de caso e seus procedimentos. Como resultado as implicações éticas da insegurança socioambiental no assentamento em estudo se caracterizam em responsabilidade legal e responsabilidade ética. A inovação na hipercomplexidade de um sistema que provoca desalojamento, desterritorização, exige capacidade para operar a partir dos campos mais profundos da emergência social e ativar as fontes dos campos sociais. Devem ser ajustados (ou afinados) em todos os envolvidos: a mente aberta, o coração aberto e a vontade aberta; educar para a prudência com a heurística

³ Mestranda em Administração pela Universidade Federal de Rondônia, Brasil, Grupo de Pesquisa em Gestão Da Inovação e Tecnologia – GEITEC/UNIR/CNPq. E-mail: jaciara.lima.graca@gmail.com

⁴ Pós Doutor em Gestão e Economia pela Universidade da Beira Interior (UBI)- Portugal, Professor na Universidade Federal de Rondônia. Coordenador do Grupo de Pesquisa em Gestão da Inovação e Tecnologia (GEITEC/UNIR/CNPq), Brasil. E-mail: flavio1954@gmail.com

⁵ Mestrando em Políticas Públicas e Desenvolvimento na Universidade Latinoamericana (UNILA), membro do Grupo de Pesquisa em Gestão da Inovação e Tecnologia (GEITEC/UNIR/CNPq) Brasil. E-mail: jackson.miranda7@gmail.com



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



da esperança. Este trabalho interessa a pesquisadores e demais envolvidos em questões teóricas para delineamento de investigações no eixo das ciências sociais aplicadas.

Palavras-chave: Assentamentos forçados. Inovação social. Responsabilidade socioambiental. Heurística do medo. TeoriaEcodesenvolvimento.

Abstract: The heuristics of fear refers to the fear which awakes as a responsible action, wise choice to be care and attention to life today and in the future. The question to be answered is how is the ethical involvement regarding the social-environmental insecure in the settlement in Porto Velho at Nova Mutum Paraná? As argumentation, apply the U Theory and Eco-development Theory. The principal objective of this article is to analyze the heuristics of fear in a social system in the settlement established in Nova Mutum Paraná, City of Porto Velho, Rondonia, Brazil; and the specific objectives are the following: seek the cause-effect phenomenon of the fear in the social system in the Novo Mutum Paraná settlement (1); establish the social-environment responsibilities due to the settle (2); and indicate the possible convergence in perspective of the U Theory (3). Apply the study of cases method and its procedures. As consequence of the ethical implications of social-environmental unsafe in the settlement is delineated by the legal responsibility and the ethical responsibility. The innovation in the hyper-complexity of the system which causes eviction, deterritorialization requires the ability to operate from the deepest fields of social emergency and activates the sources of social fields. Should be adjusted (tuned) in every single involved, as following: open mind, open heart, and open goodwill; educate to be prudent with the heuristic of hope. This article will be the concern to researchers and other people involved on theoretical questions to delineate investigations about applied social sciences.

Keywords: Forced settlements. Heuristic of fear. Socio-environmental responsibility. Theory U. Theory of Ecodevelopment.

INTRODUÇÃO

A heurística do medo (temor) faz referência ao medo que desperta para ação com responsabilidade pela vida hoje e no futuro, onde o temor e o respeito pelo ser são as condições fundamentais e inalienáveis para a formulação da ética da responsabilidade. Com a implantação da hidroelétrica do Jirau, municipalidade portovelhense, capital do Estado de Rondônia, houve uma desterritorialização dos habitantes locais da Vila de Mutum Paraná que implicou em sofridas consequências e perdas que os meios compensatórios jamais suprirão. A questão a ser respondida é: como se caracterizam as implicações éticas da



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



insegurança socioambiental no assentamento forçado na municipalidade portovelhense em Nova Mutum Paraná?

Esta pesquisa objetiva estudar a heurística do medo no sistema social do assentamento forçado situado em Nova Mutum Paraná, municipalidade de Porto Velho, Estado de Rondônia. Especificamente tem por objetivos: levantar o fenômeno causa-efeito do medo no sistema social forçado no assentamento portovelhense Nova Mutum Paraná (1); caracterizar a responsabilidade socioambiental decorrente do assentamento forçado (2); e apontar a via de convergência possível em face da aplicação da Teoria U (3).

Este trabalho, após esta introdução, divide-se em a revisão teórico-conceitual tratando das principais abordagens levantadas da literatura, a metodologia do preparo, os resultados conforme os objetivos expostos, a conclusão respondendo a pergunta de pesquisa, e as referências das obras acessadas que suportaram este estudo.

REVISÃO TEÓRICO-CONCEITUAL

Conceitos de heurística do medo e assentamentos forçados na municipalidade são considerados essenciais, uma vez que, na municipalidade de Porto Velho, Estado de Rondônia, existe uma crise socioambiental específica em assentamento de desalojados em virtude da construção de hidroelétricas, gerado forçosamente. Para substanciar o objeto em estudo foram inseridas a Teoria do Ecodesenvolvimento e a Teoria U, que pareceram as mais adequadas a possibilitar o reconhecimento das causas dos problemas existentes e via de convergência à solução desses problemas.



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



Conceitos Sobre A Heurística do Medo (TEMOR), Ética e Assentamentos Forçados na Municipalidade

Decisões e respostas podem ser complexas, difíceis ou não, porque o ser humano usa atalhos mentais chamados de heurísticas, técnicas de pensamento e comportamento inerentes ao ser humano que reage, quase que intuitivamente, procurando achar respostas imediatas e fáceis às suas preocupações, não importando se certas ou erradas. Para o assentamento forçado Nova Mutum Paraná, decisões foram tomadas ocasionando efeitos socioambientais na municipalidade portovelhense, que ora necessitam de soluções.

Conceitos Sobre Heurística Do Medo (TEMOR) E Ética

Segundo Abramovay (2016), os indivíduos são conduzidos a se fecharem sobre seus grupos sociais de referência, a persistirem na legitimidade de seus estilos de vida e a negarem mudanças em seus hábitos; uma conclusão de estudos do comportamento humano sob o ângulo da cultura, da psicologia e da ética. Estudos em Moreira (2016), baseados no princípio da responsabilidade do filósofo Hans Jonas, abordam conceito de ética como orientadora das ações humanas nessa realidade contemporânea, advertindo para uma ética de responsabilidade, capaz de frear o progresso descomunal com sensatez, impedindo o poder dos homens de se autodestruírem, conceito que permeará este trabalho.

Em estudos de Pereira (2016) são abordados efeitos do processo de racionalização moderna, tais como as duas Guerras Mundiais, quando filósofos questionavam o projeto de modernidade e suas consequências, identificando duas posições: os que olham com bons olhos e os que apontam para os riscos e limites produzidos. O autor compara afirmações dos filósofos Zygmunt Bauman e Hans Jonas que alertam para os riscos na existência humana. Para Bauman o projeto da modernidade se resume em estabelecer uma ordem social artificial mediante um distanciamento sistemático do que foge da ordem racional, sendo esse projeto contraditório, pois aquilo que ele nega constitui a força que o coloca em movimento, ou seja, a ambivalência (contingência). Zolet (2016) aborda Hans Jonas que



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



apresenta a situação limite que leva à racionalização moderna das soluções imediatas apresentadas pela técnica aos problemas diários; o homem chega ao extremo de colocar em risco a existência. Bauman e Jonas convergem no que tange ao processo de racionalização da modernidade e suas consequências negativas.

Quando o medo é um medo responsável, torna-se convite à ação e não à estagnação; esse é necessário e positivo. Por isso, torna-se uma questão de ética de responsabilidade para com as futuras gerações; afirmações de Battestin e Nogaro (2017). Nodari (2014) corrobora afirmando que esse tipo positivo de temor que é repensado por se ter vontade de que o pior seja evitado é essencial e leva a uma atitude ética que é fundamental, possibilitando refletir e agir sobre o amanhã da humanidade.

Por isso, a heurística do medo (temor), não faz referência ao medo patológico e sim àquele que desperta para ação com responsabilidade. Não é o temor inviabilizante do futuro, e sim uma escolha responsável de se ter zelo e cuidado pela vida hoje e no futuro. Zolet (2016) afirma que, para Jonas, o temor e o respeito pelo ser são as condições fundamentais e inalienáveis para a formulação da ética da responsabilidade e que essa heurística do medo (temor) é imbuída de esperança de se evitar males maiores, transformando-a em heurística de esperança.

Conceito de Assentamentos Forçados e Seu Sistema Social

Segundo Nascimento (2017), com o advento de Estados políticos há, historicamente, assentamentos forçados; aqueles onde o Estado e ou grupos sociais diferentes e mais fortes têm forçado outros grupos a desocuparem seus espaços para outros, pela força do Estado em favor de empreendimentos que visam o lucro ou melhoria de toda uma nação; como é o caso da construção de grandes hidroelétricas, a exemplo do assentamento forçado de Nova Mutum Paraná.

Ribeiro e Moret (2014), ao tratarem sobre essas comunidades remanejadas, abordam os reflexos negativos nas condições econômicas e culturais, e sobre o enfrentamento em rotinas alheias ao seu conhecimento tradicional, agravado pelo ócio decorrente do



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



desemprego estrutural e da desmobilização da mão de obra da construção das Usinas Hidrelétricas que passou a inchar a comunidade assentada.

Nascimento (2017) afirma que no conflito capitalista, capital e trabalho se chocam, existindo um movimento em busca das condições de produção com baixo custo, objetivando lucro; não poucas vezes, levando à destruição de paisagens geográficas e de deslocamento forçado de populações periféricas; a ganância pela produtividade e lucratividade que tem levado empresas e Estados a se cooptarem, em detrimento de populações sem poder de ação; foi o que aconteceu com a Vila Mutum Paraná. Como consequência da implantação da hidroelétrica do Jirau, houve uma desterritorialização dos habitantes locais que implicou em sofrimentos, visto que o indivíduo sentiu a perda do que foi construído durante anos e que constituía sua própria realidade onde estava articulada sua estrutura, sua funcionalidade e seus valores simbólicos. A mudança implica em adequação ao novo ambiente, em satisfação das necessidades básicas de mantimento, habitação e sociabilidade, incluindo a prática religiosa, a dignidade humana, a família e a criação de filhos; direito constitucional.

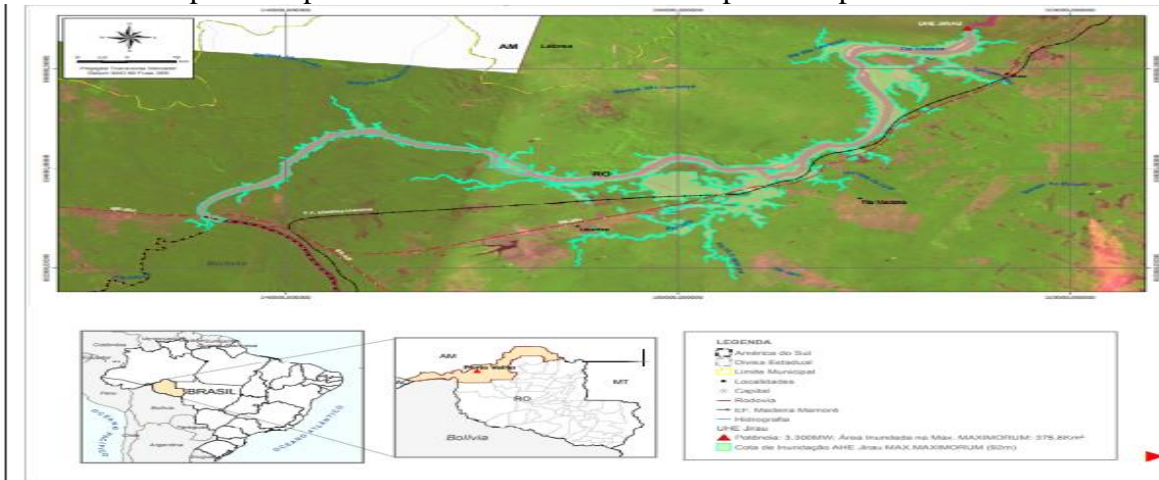
Legalmente, o princípio deve ser o da submissão do Estado ao Direito. O autor continua afirmando que o problema recai na inexistência de demanda suficiente de um trabalho extenso de conscientização da população, desinteressante ao poder público, uma vez que o povo é esclarecido de seus direitos e de como agir para obtê-los. Torna-se ameaça real para a classe política dominante e que manipula seus próprios interesses econômicos e de poder. Neste caso, a educação socioambiental depende da atuação de: órgãos do governo, da família, da escola e da sociedade. Os poderes públicos devem legislar e proporcionar à totalidade da população a educação ambiental necessária; o que está normatizado há décadas, cabendo ao Estado o dever de adotar medidas para preservação do meio ambiente, bem como a recuperação e restauração de áreas degradadas, punição a infratores e conscientização da sociedade. A seguir, no Mapa 1, apresenta-se a Hidroelétrica Jirau na área da municipalidade portovelhense.



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



Mapa 1: Mapa Hidroelétrica Jirau na municipalidade portovelhense



Fonte: Adaptado de Aneel (2007).

À época a população da Vila de Mutum Paraná girava em torno de mil e seiscentos habitantes que viveram durante meses a expectativa de remoção à nova vila que veio a ser denominada de Nova Mutum Paraná. No Mapa 2 apresenta-se a localização da antiga Vila de Mutum Paraná.

Mapa 2: Mapa da localização da Vila de Mutum Paraná



Fonte: Adaptado de Moret e Ferreira (2009).

Nascimento (2017) afirma que aquelas famílias ficaram quase sem o registro histórico de suas memórias, a não ser por alguns artigos e trabalhos científicos, o que significa rasgar uma identidade coletiva que teve seu começo em meados do século XVIII,



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



pela chegada de seringueiros e garimpeiros. A Estrada de Ferro Madeira Mamoré e a BR 364 cruzavam a antiga vila, épocas de expectativas de progresso; hoje, com as hidroelétricas, as expectativas continuam para a nação e terminam para o povo de Mutum Paraná.

Conceitos Sobre Municipalidade

Em estudos de Pena (2017), há diferença entre conceitos de cidade e município: um faz referência à ocupação humana e o outro à delimitação territorial por divisas. Município é uma divisão legal de determinado território, parte de um Estado, administrado por uma prefeitura. Já, cidade é a área urbana de um município, delimitada por um perímetro urbano e que faz separação entre a cidade (área urbana) e o campo (área rural). O município, por previsão legal, pode ter outras cidades menores, além do distrito-sede. Essas não têm autonomia política suficiente para emancipação. São as vilas, os povoados, os distritos e outros.

Na abordagem de Pena (2017), cidades há que ocupam toda área da municipalidade e, assim são cidade e município ao mesmo tempo. Existem, também, cidades que são unidas fisicamente a outras cidades, por vezes separadas por uma rua; embora diferentes, formam um espaço contínuo chamado de conurbação. Quando uma grande cidade tem várias conurbações, significa que várias cidades estão ligadas a uma cidade maior. A isso denomina-se região metropolitana, que possui caráter funcional, destinando-se a se integrarem na organização, planejamento e execução das funções públicas de interesse comum, conforme trata Mendes (2016).

Mendes (2016) afirma que municipalidade contém um conceito de poder jurisdicional, ou seja, limitado por uma jurisdição legal outorgada por poder maior. Esse poder é aplicado por meio de leis e políticas desenvolvidas para que um determinado espaço geográfico seja governado; diz respeito a um município, cuja municipalidade faz parte da divisão administrativa de um Estado e, os dois, de um país. O poder municipal está



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



restrito a um território específico e diz respeito a organizações e instituições que permitem executar determinadas medidas governamentais dentro de um município específico e que, conseqüentemente, obedece a leis estaduais e federais. O poder municipal é dependente do governo estadual e ambos do poder central federal.

Conceitos Sobre a Teoria do Ecodesenvolvimento

Em estudos de Silva (2013) sobre os preceitos de Ignacy Sachs, autor da teoria do ecodesenvolvimento, este trata sobre a conservação da biodiversidade, do respeito e da gestão territorial como um ideal ético e cuidados para que as futuras gerações possam se manter neste planeta. Silva (2013) afirma que, para Sachs, a criação de reservas florestais representa política auto derrotada do ponto de vista da preservação ambiental; uma vez que viola o direito à vida por incorrer na retirada da população habitante e dependente de determinados espaços e recursos naturais correspondentes, como único meio de sobrevivência pelo viés do ecodesenvolvimento.

Estudos em Pedro Filho (2015) apontam o dualismo tensionado na década de 70, em Estocolmo, que persiste até hoje, entre desenvolvimentistas a qualquer custo e os defensores do meio ambiente, acima do desenvolvimento. Naquela época, teoria de desenvolvimento econômico, interpretativa do capitalismo, desconsiderava componentes ambientais, renováveis ou não; não havia a pressão das atividades humanas sobre o meio ambiente chegado a um estado crítico.

As conseqüências do desenvolvimento econômico a qualquer custo, da biosfera às gerações que virão, expõem a questão da responsabilidade ética diante da natureza e do ser humano, que, segundo Sachs (1981, p, 14), trata-se de gerir a natureza de forma a assegurar aos homens desta geração e a todas as gerações futuras a possibilidade de se desenvolver; o que para Hans Jonas, em estudos de Moreira (2016), trata-se do Princípio da Responsabilidade, onde todos os humanos têm responsabilidade direta com a natureza, com a vida e o futuro dos filhos e outras gerações, coletivamente: Imperativo Ecológico (e ético)



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



de Jonas; diferentemente do imperativo categórico de Kant, restrito ao comportamento individual (privado).

A Teoria do Ecodesenvolvimento foi lançada pelo canadense Maurice Strong no início da década de 70. O conceito de ecodesenvolvimento, conforme trata Pedro Filho (2013), não permite a separação entre o meio ambiente e o desenvolvimento, concomitantemente exige obedecer três critérios fundamentais: equidade social, prudência ecológica e eficiência econômica; bom senso no uso de recursos locais sem esgotar a natureza, conciliando crescimento econômico com aumento de produtividade dos recursos, redução de materiais processados, aliados a conservação do meio ambiente e redistribuição de renda, preceitos de Sachs em meados da década de 80, abordados em Pedro Filho (2015)

Neste trabalho, o assentamento forçado de Nova Mutum Paraná, na municipalidade de Porto Velho, Estado de Rondônia, é estudado sob a perspectiva da teoria do ecodesenvolvimento na confluência da Teoria U, face a heurística do medo produzido na população assentada de forma unilateral.

Conceitos Sobre Inovação com Base na Teoria U

Desenvolvida por Otto Scharmer, Adam Kahane, Peter Senge e Joseph Jaworski, a Teoria U tem sido utilizada de diferentes formas envolvendo a organização ou toda cadeia produtiva de um país; possibilita o reconhecimento das causas dos problemas existentes e oportuniza inovações adequadas para solucioná-los, afirma Maia (2013); divide-se em três fases: Sentir (1), presenciar (2) e realizar (3); esta leva à criação de protótipos e atuação prática, onde exista a possibilidade de se fazer *feedback* e novos ajustes. O autor continua afirmando que a Teoria U proporciona ao indivíduo percorrer um caminho para que possa compreender os próprios modelos mentais e sua inserção à realidade vivida, levando-o a refletir e compreender a realidade em toda sua extensão, estando pronto para iniciar uma positiva inovação; surgem novas ideias a serem colocadas em prática. Todo o processo precisa ser recomeçado e revisto, se necessário for; propiciando mudança na forma de ver e perceber o mundo, mantendo essa compreensão enquanto realiza suas atividades.



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



Metodologia

Para o alcance dos resultados foi utilizada a relação causal envolvendo uma comunidade vulnerável assentada forçosamente na Amazônia Ocidental, focando na responsabilidade ética. A pesquisa tem abordagem qualitativa e caráter descritivo; segue-se pelo rito de investigações no eixo das ciências sociais aplicadas à gestão socioambiental, tratando os dados secundários; foi aplicado o Método de Estudo de Caso e os procedimentos compatíveis. Segundo Siena (2011), é um método que conduz ao aprendizado a partir de suas partes e de informações detalhada, bastante usual no trato de questões em Administração.

Siena (2011) conceitua procedimento como o processo de coleta, processamento e análise de dados, sendo neste estudo, realizada revisão teórico-conceitual a partir da literatura disponível, com consulta a acervos atualizados e manuais acadêmicos, visitas a websites e outros, o que possibilitou compreender, tratar e explicar o a relação causal em resposta ao problema de pesquisa. Foi ainda utilizada respostas de pesquisa efetuada famílias residentes no Assentamento estudado em Nascimento (2017).

Estudo Da Heurística do Medo no Sistema Social do Assentamento Forçado

O assentamento forçado, objeto deste estudo, tem como cenário a municipalidade de Porto Velho, Capital do Estado de Rondônia, situada na Região Norte do Brasil, que faz parte da Amazônia Ocidental. Conforme IBGE (2010), a população de 428.527 habitantes, foi estimada para 2017 em 519.436 habitantes; índice de pobreza é de 21,89%, IDH de 0,736 e uma população não alfabetizada de 5,21%. O mesmo órgão informa 7,5% de desempregados, e uma renda salarial média de 3,5 salários mínimos. O Coeficiente de Gini é 0,47 e a população residente padece de severa crise na segurança pública, tendo registrado na última estatística o padrão de 21,2% de criminalidade (assaltos, latrocínios, assassinatos, estupros). Buscas em sites especializados revelam descalabros relacionados a desastres naturais nos últimos cinco anos, como a histórica enchente do Rio Madeira em 2014.



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



Segundo Ribeiro (2011), com o advento da recente construção de duas Usinas Hidroelétricas a população aumentou em aproximadamente 45 mil habitantes, enquanto o poder público não supre com suficiência e qualidade os serviços de segurança, educação, saúde, transporte e outros requeridos para o mister; por consequência, o agravo ultrapassa o nível suportável que o indivíduo poderia absorver: a violência saiu do controle, o trânsito ficou caótico, os serviços ficaram mais saturados, houve aumento de tempo médio de espera para a internação hospitalar (40 dias), além de doentes internados e deitados no chão do principal pronto-socorro da cidade.

Este quadro de degradação atinge o residente em uma lógica espúria que aponta a lógica da pobreza extrema experimentada pela maioria, em especial aqueles indivíduos lançados a ermo às periferias, conforme trata Lima (2017). Dentro desses destaques há um assentamento forçado denominado Nova Mutum Paraná, que surgiu com o desalojamento de uma população inteira de uma vila denominada Mutum Paraná, onde a heurística do medo foi claramente trazida à tona, diante do futuro incerto na Nova Vila.

Levantamento do fenômeno causa-efeito do medo no sistema social forçado

Neste subtópico será tratado sobre o fenômeno da causa-efeito, tendo como objeto o medo no sistema social forçado e o assentamento portovelhense Nova Mutum Paraná como *locus*, resultado da desestruturação da lógica local da vila Mutum Paraná, cuja população possuía identidade com valores objetivos como: família, casa, plantações; e subjetivos como: emocionais, sentimentais, conforme estudos em Nascimento (2017), demonstrando-se a heurística do medo entre os assentados. Como causas: a construção das Usinas hidroelétricas, a fim de dotar o Brasil de infraestrutura de energia elétrica necessária para permitir o seu desenvolvimento com maior segurança; busca pela produtividade e lucratividade, em detrimento de populações sem poder de ação. Como efeito a desterritorialização dos habitantes locais, resultando no assentamento Nova Mutum Paraná, cuja população maior de idade, inexistindo diferença entre homens e mulheres, apresentava baixo nível de escolaridade onde, aproximadamente, 50% possuía o primeiro grau

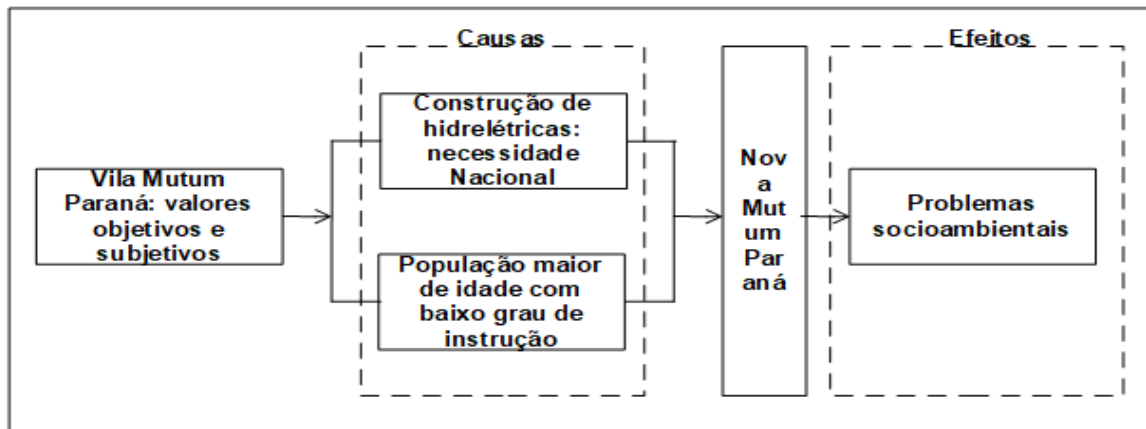


V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



incompleto e 15% nenhuma escolaridade; e somente 2,5% com formação superior, sendo estes, homens. A maioria possuía casa própria e vivia o medo de perda monetária com as indenizações, além do medo do não ressarcimento, manifestando, ainda, tristeza por sair da vila e medo de sentir falta de algo que não teria na Nova Vila (temor subjetivo), latente na vida dos moradores da antiga Vila Mutum Paraná. A seguir a figura 1 remete a essa relação de causa-efeito.

Figura 1: Relação causa-efeito do medo no sistema social do assentamento forçado Nova Mutum Paraná



Fonte: Elaborado pelos autores.

A necessidade nacional aliada ao baixo grau de instrução formal ocasionou na população da Vila Mutum Paraná o medo de: mudança para o assentamento forçado Nova Mutum Paraná, recomeçar a vida, problemas como desemprego, moradia inadequada, insegurança, violência. Essa população, pela falta de instrução, ficou suscetível ao medo do futuro. Como resultado, tem-se os efeitos socioambientais. No reservatório da hidrelétrica e imediações, a natureza se transformou: o clima mudou, espécies de peixes desapareceram,



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA

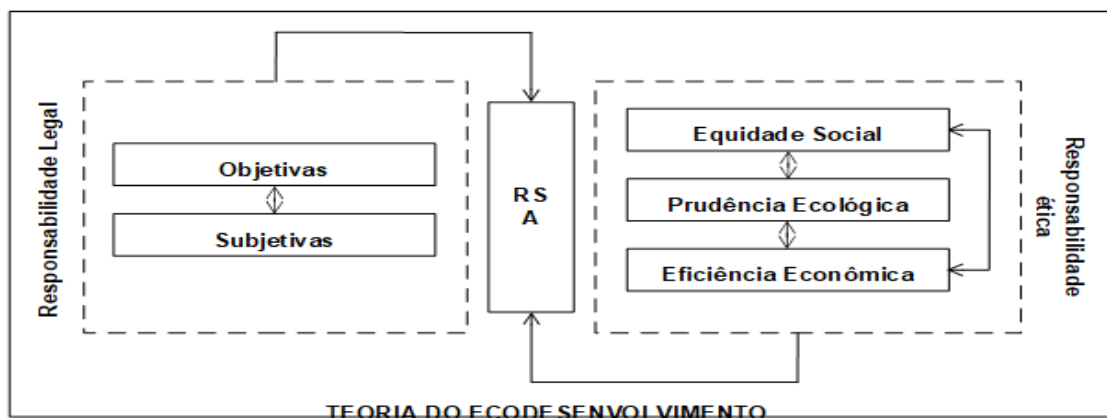


animais fugiram para refúgios secos, árvores viraram madeira podre debaixo da inundações; houve impacto social, uma vez que as pessoas deixaram suas casas e suas formas de sustento e precisaram recomeçar suas vidas sem perspectivas, com perdas de laços comunitários, separação de famílias e comunidades, destruição de locais sagrados, além de outros que têm consequências sem precedentes.

Caracterização da responsabilidade socioambiental decorrente do assentamento forçado.

Passa-se, a seguir, à caracterização da responsabilidade socioambiental decorrente do assentamento forçado Nova Mutum Paraná, compromisso permanente das instituições privadas, dos governos em todas as instâncias, dos diversos grupos sociais e de cada indivíduo; uma questão de ética de responsabilidade onde os impactos sociais e ambientais devem ser priorizados, antes de se pensar em desenvolvimento econômico, conforme Figura 2.

Figura 2: Caracterização da responsabilidade socioambiental (RSA) decorrente do assentamento forçado Nova Mutum Paraná.



Fonte: Elaborado pelos autores.



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



Quadro 1: Descritivo da Responsabilidade Socioambiental, conforme figura 2

Responsabilidade Socioambiental (RSA)	Descritiva	Detalhamento
Responsabilidade Legal	Objetivas	Segurança, moradia, indenização, saúde, educação, compensações do Consórcio de energia, dentre outros.
	Subjetivas	Arquivo e memória histórica da vila Mutum Paraná, crenças, laços sociais, dentre outros
Responsabilidade Ética	Equidade social	Implica em dizer que todos os indivíduos da sociedade têm os mesmos direitos e oportunidades. Visa destruir as barreiras que resultem em exclusão, desigualdade.
	Prudência ecológica	Significa agir de forma responsável, percebendo as consequências desconhecidas e potencialmente perigosas, agindo de forma a minimizar os efeitos das atividades humanas.
	Eficiência econômica	Relaciona-se com a maneira mais equilibrada na utilização de insumos para a produção, produzindo mais com menos recursos, sem desperdícios.
Teoria do Ecodesenvolvimento	Meio ambiente e desenvolvimento	Meio ambiente e desenvolvimento não podem ser desvinculados; devem ser tratados conforme o conteúdo, as modalidades e a utilização do crescimento.

Fonte: Elaborado pelos autores

Via de convergência em face da aplicação da Teoria U.

No contexto do assentamento forçado Nova Mutum Paraná, após uma década, poucas foram as mudanças. Para que em novos projetos que visem o desenvolvimento e lucratividade não ocasionem o aumento da pobreza, a degradação da qualidade de vida com a consequente desigualdade social, há ingente necessidade e urgência de políticas públicas que garantam, não simplesmente os direitos básicos para desalojados: é prioritária a educação, o que não significa a implantação de escola tradicional, mas uma escola que seja libertadora e se proponha a uma ruptura com toda perspectiva neoliberal existente. Para tanto, a Teoria U traz a inovação para que líderes envolvidos possam atuar efetivamente, mudando seus atalhos mentais para a heurística da esperança.

A inovação genuína na hipercomplexidade de um sistema que provoca desalojamento, desterritorização, exige capacidade para operar a partir dos campos mais

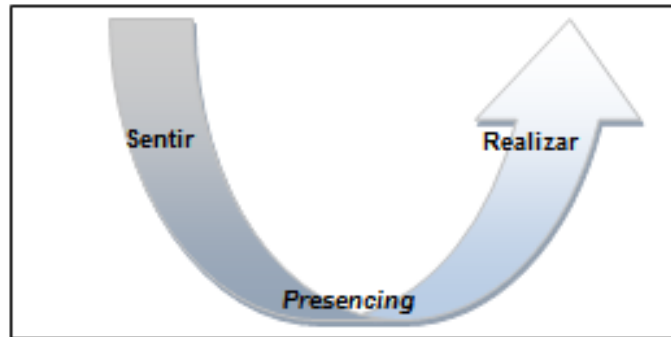


V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



profundos da emergência social; o que requer um processo que integre três movimentos: abrir-se para contextos que importam (*co-sentir*), conectar-se à fonte de quietude (*co-presencing*) e prototipar o novo (*cocriação*); necessário acessar e ativar as fontes mais profundas dos campos sociais. Três instrumentos devem ser ajustados (ou afinados) em todos os envolvidos: a mente aberta, o coração aberto e a vontade aberta.

Figura 3: Pontos da Teoria U



Fonte: Adaptado de Scharmer (2010)

Percorrer o U e atingir o Realizar exige um compromisso de servir o todo e a capacidade de reintegrar a inteligência da cabeça, do coração e das mãos, o que se torna alcançável por meio da educação. A Figura 3 e o respectivo quadro 2, demonstram o caminho a ser percorrido após a superação de barreiras.



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



Quadro 2: Descritivo dos pontos da Teoria U, conforme figura 3

Ponto de inflexão	Etapas	Descritiva	Barreiras
Sentir	Suspender	Suspender os julgamentos a fim de que seja possível visualizar a realidade objetiva com que o indivíduo se defronta; perceber a realidade dos desalojados assentados na Nova Mutum Paraná e os efeitos causados pela construção das usinas.	Sem a capacidade de desligar (ou suspender) a voz do julgamento, não haverá nenhum progresso para acessar a criatividade e dificilmente serão atingidos os níveis mais profundos do U.
	Redirecionar	Voltar a atenção do objeto para o processo, a fim de ajudar os liderados verem o sistema de uma perspectiva que lhes permita entender como suas próprias ações contribuíram para o(s) problema (s).	As emoções da desconexão, tais como cinismo, arrogância e frieza são impeditivos para o redirecionamento; não permitirão entender as próprias ações.
	Deixar Ir	Identificar os modelos utilizados (que antes pareciam ser causados puramente por forças exteriores) e perceber as influências internas. Etapa de deixar ir os velhos modelos.	O medo de: deixar ir o eu e o mundo conhecido; ir em frente; se render no espaço do nada; se desvincular de velhos modelos educacionais ineficazes.
Presenciar	<i>Presencing</i>	Ponto inferior do U marca o movimento de retirar-se e refletir; o que abrange a etapa de <i>Presencing</i> (termo em inglês criado por Otto Scharmer para designar o estado de presença + sensibilidade), onde ocorre o silêncio para percepção do ocorrido na descida, permitindo que o saber interior emerja para o novo.	Impedir o <i>Presencing</i> ; não preparar-se para essa fase, descartando a etapa “sentir”.
Realizar	Deixar Vir	Consiste em antever o novo a partir do futuro que se busca emergir; novo direcionamento do modo exterior ao modo interior de ver, visualizando novas formas de promover a educação para inovação junto aos assentados em Nova Mutum Paraná.	Exige um compromisso de servir o todo e a capacidade de reintegrar a inteligência da cabeça, do coração e das mãos.
	Colocar em Prática	O desenvolvimento do modo interior de ver transformar a visão interior para a ação exterior; etapa onde se coloca em prática o novo. Planejar a prática possível para educação transformadora aos assentados de Nova Mutum Paraná e para a municipalidade portovelhense.	Estagnação; medo de não conseguir planejar a prática possível para essa educação libertadora.
	Corporificar	Transformar o novo em ações, infraestruturas e práticas; incorporar o novo no contexto educacional no ecossistema.	Medo da não aceitação de novos paradigmas educacionais, da falta de compromisso em servir

Fonte: Elaborado pelos autores

Educar para a prudência com a heurística da esperança, tornará possível co-criar o futuro emergente para os desalojados de Vila Mutum Paraná, para outros assentamentos forçados já existentes na municipalidade e para outros que virão. Battestin e Nogaro (2017) afirmam que a educação transformadora, embora ainda silenciosa, fundamenta a prática de



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



ações que visam o bem estar e a defesa da vida. O caminho da mudança passa, necessariamente, pelas relações comportamentais e não apenas pelos aspectos físicos e ou econômicos.

O Estado, o consórcio e as universidades deveriam estudar e implantar um projeto de educação para todo assentamento, antes que, efetivamente, acontecesse a desterritorialização. Não com o intuito de que os futuros assentados aprendessem a lutar pelos seus direitos tão somente; mas, principalmente para que se sentissem preparados para enfrentarem a nova vida no novo assentamento, com perspectivas mais concretas de trabalho mais qualificado. É uma legítima preocupação com um tipo de educação que contribua para a efetiva formação de seres humanos que tenham consciência de suas potencialidades enquanto sujeitos históricos. O objetivo maior desse tipo de educação nos assentamentos seria a implantação real de escolas que fossem instrumentos de transformação social. Escolas onde houvesse uma proposta educativa que proporcionasse conhecimentos e, também, experiências concretas de transformação da realidade onde os assentados pudessem estar preparados crítica e criativamente para serem inseridos no real processo de mudança de suas realidades.

Nova Mutum Paraná é realidade; a antiga vila já desapareceu. As pessoas continuam e o que se tem a considerar é que os atos de fazer e realizar ações são consequência de equilíbrio entre valores e sentimentos; estes, juntos e equilibrados, personificam um potencial altamente transformador quando usados com mente aberta a quaisquer inovações sem pré-julgamentos. Mente, coração e mãos precisam trabalhar numa mesma direção, num mesmo foco, possibilitando o surgimento das inovações.



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



CONCLUSÃO

Conviver com a imparcialidade e a dúvida diante de projetos cotidianos é desafiador; quanto mais diante de projetos grandiosos como a construção de hidroelétricas, cujas consequências, prognósticos catastróficos ou otimistas é uma constante. Isso não isenta o estabelecimento de critérios, normas e regulamentação diante de qualquer responsabilidade assumida por todos (ou qualquer) os envolvidos, quais sejam: o poder público, as instituições privadas, a população, as instituições religiosas, familiares e educacionais. Todos deveriam estabelecer critérios de precaução, prudência e responsabilidade ética.

A heurística do temor, perspectiva de Jonas, é visionária, pois, através da antecipação dos perigos, pode-se guiar e assumir uma postura prudente e responsável, protegendo as gerações que virão. Entretanto, a educação é vital e tem muito a contribuir no processo de alerta e precaução para os perigos da técnica, podendo possibilitar a interligação do saber técnico-científico com um saber ético responsável, juntamente com ajustes em todos os envolvidos: a mente aberta, o coração aberto e a vontade aberta, uma reflexão filosófica que vai da radicalidade dos velhos paradigmas à efetiva inovação (Teoria U). A Responsabilidade enquanto critério mediador, além de ajudar a formar sistemas capazes de aumentar a capacidade de prevenção, pode ampliar a dimensão do cuidado com a vida, representando, assim, um papel extremamente educativo diante da ampliação do conhecimento sobre as consequências de ações de cada indivíduo, principalmente aquelas que causam impactos diretamente ao meio ambiente (Teoria do codesenvolvimento aliada às afirmações de Jonas).

Há solução para o assentamento forçado dos desalojados da Vila Mutum Paraná em Rondônia, bem como para outros de assentamentos forçados, importando educar para que consequências desastrosas aparentemente inevitáveis sejam substituídas por novas e prazerosas formas de viver o desenvolvimento para toda a Nação, a partir de processo de inovação profunda e efetiva (Teoria U).



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



Agradecimentos:

Agradecemos a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), ao Grupo de Pesquisa em Gestão da Inovação e Tecnologia (GEITEC/UNIR) e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. A heurística do medo muito além da precaução. **Revista Estudos Avançados - Estud. av.** vol 30 n.86 São Paulo jan./abr. 2016

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA (Brasil) (ANEEL). **Edital de geração. Anexo2 – Apêndice C – Imagem satélite.** Disponível em: <http://www2.aneel.gov.br/aplicacoes/editais_geracao/documentos/ANEXO%20%20-%20Ap%C3%AAndice%20C%20-%20Imagem%20Satelite.pdf>. Acesso em: 30/11/2017.

BATTESTIN, C.; NOGARO, A. Educar para a Prudência: convergências com a heurística do temor. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 16, n. 1, p. 205-214, jan/jul 2017. ISSN 1677-9509.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Brasileiro de 2010.** Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

LIMA, S. M. Política social do conhecimento: sobre futuros do combate à pobreza. **Quaestio: revista de estudos em educação**, [S.l.], v. 2, n. 1, p. p. 101-104, mar. 2013. ISSN 2177-5796. Disponível em: <<http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/quaestio/article/view/1452>>. Acesso em: 13 dez. 2017.

MAIA, P. **Teoria U – Um Caminho para Inovação e Liderança.** Disponível em: <<http://hilarioseara.blogspot.com.br/2013/10/teoria-u-otto-scharmer.html>>. Acesso em: 15/12/2017.

MENDES, G. F. *Série IDP – Linha Administração e Políticas Públicas - Gestão Pública e Direito Municipal: tendências e desafios.* São Paulo: Saraiva Educação, 2016.

MORET, A. S.; FERREIRA, I. A. As Hidrelétricas do Rio Madeira e os impactos socioambientais da eletrificação do Brasil. Rio de Janeiro. **Ciência Hoje**. vol. 45. N. 265. P. 49-51. Disponível em:<http://www.riosvivos.org.br/arquivos/site_noticias_655936282.pdf>. Acesso em: 05/12/2017



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



MOREIRA, J. C. **A Teoria da responsabilidade em Hans Jonas**. Dissertação apresentada ao Departamento de Filosofia da Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia, como requisição parcial à obtenção de Mestre em Filosofia. Área de concentração: Ética. Orientação: Prof. Dr. Bruno Batista Pettersen. Belo Horizonte. 2016.

NASCIMENTO, S. G. **Subjetividade e direito ao não sofrimento em Mutum Paraná**. Rio de Janeiro: Mover, 2017

NODARI, P. C.; PACHECO, L. A. Responsabilidade e Heurística do Temor em Hans Jonas. Caxias do Sul, **Conjectura: Filos. Educ.** v. 19, n. 3, p. 69-95, set./dez/ 2014

PEDRO FILHO, F. S. Paradigmas e perspectivas estratégicas para o ecoturismo indígena em Rondônia. **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, 227-252, ago, 2013.

_____. **Apostila de Gestão Socioambiental**. Programa de Pós-Graduação Mestrado em Administração. Universidade Federal de Rondônia. Porto Velho: PPGMAD, 2015.

PENA, R. F. A. **Cidade e Município: qual é a diferença?**. Brasil Escola. Disponível em <<http://brasilecola.uol.com.br/geografia/cidade-municipio-qual-diferenca.htm>>. Acesso em: 17/12/2017.

PEREIRA, G. N.; SILVA, E. A contingência necessária: um paralelo entre Bauman e Jonas. **Cadernos Zygmunt Bauman**, v. 6, n. 11, 2016. ISSN 2236-4099.

RIBEIRO, A. A usina que explodiu. Revista Época. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI221328-15223,00.html>>. Acesso em 15/12/2017.

RIBEIRO, A. M. MORET, A. S. A construção da Hidrelétrica de Santo Antônio e os impactos na sociedade e no ambiente. **Interfaces Científicas - Humanas e Sociais**, AracajuSE, ISSN 2316-3348, v. 2, n. 3, 81 – 92, jun, 2014

SACHS, I. **Espaços, tempos e estratégias do desenvolvimento**. São Paulo: Vértice, 1981.

SCHARMER, Claus Otto. Teoria U como liderar pela percepção e realização do futuro emergente. Rio de Janeiro. Elsevier. 2010

SIENA, O. **Metodologia da pesquisa científica: elementos para elaboração e apresentação de trabalhos acadêmicos**. Porto Velho: 2011



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



SILVA, D. D. A. Resenha: Caminhos para o desenvolvimento sustentável. **Revista Eletrônica Georaguaia**, Barra do Garças - MT, n. Especial, p. 232-235, Setembro 2013.

ZOLET, L. A. S. JONAS, Hans. O princípio responsabilidade: ensaio de uma ética para uma civilização tecnológica. **Revista Jurídica Cesumar - Mestrado**, v. 16, n. 1, p. 233-239, jan./abr. 2016 - ISSN 1677-6402.



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



**O DESENVOLVIMENTO LOCAL DE RAFAELA (SANTA FE-ARGENTINA):
UMA ANÁLISE A PARTIR DA HISTÓRIA ECONÔMICO NACIONAL⁶**

THE LOCAL DEVELOPMENT OF RAFAELA (SANTA FE-ARGENTINA): AN
ANALYZE FROM HISTORICAL ECONOMIC NATIONAL

Luciano Martin Espinosa⁷

Thiago José Arruda de Oliveira⁸

Waldecy Rodrigues⁹

SESSÃO TEMÁTICA: ST1 - Processos sócio históricos na evolução dos territórios.

Resumo: As políticas de desenvolvimento local são definidas como a uma mudança abrupta no modelo de acumulação vigente. Em vista disso, as localidades desenvolvem ações que buscam a incorporação de novas formas organizacionais e tecnológicas. Assim, surge-se um ambiente inovador que promove a entrada de vantagens competitivas e que aumentam a produtividade, eficiência e competitividade das suas empresas. Nesse sentido, o objetivo desta pesquisa consiste em analisar as diferenças que a rede produtiva da cidade de Rafaela (Santa Fé-ARG) manifestou ao longo do tempo, e que hoje explicam parte da sua atual estrutural econômica. Para tanto, utiliza-se como referencial teórico as transformações políticas ocorridas na Argentina. Ao final da pesquisa, concluiu-se que as mudanças macroeconômicas foram fundamentais no processo de incorporação das inovações e vantagens competitivas ao ambiente produtivo em Rafaela.

Palavra-chave: Formação econômica. Estrutura econômica. Rafaela.

⁶ Este artigo tem como base os principais resultados da dissertação “Agglomeraciones Productivas Locales en Argentina: un análisis de la experiencia de Rafaela (Santa Fe)”.

⁷ Graduado em Ciências Políticas pela Universidad Nacional de Río Cuarto (UNRC). Mestre em Desenvolvimento Regional na Universidade Federal do Tocantins (UFT). Graduando em Ciências Econômicas na Universidad Nacional de Río Cuarto (UNRC). Email: espinosaluciano@hotmail.com.

⁸ Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Doutor em Desenvolvimento Regional e Agronegócio (UNIOESTE). Bolsista nível pós-doutorado da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Email: thiago.arruda85@gmail.com. Sítio eletrônico: www.idtcentronorte.com.br.

⁹ Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Doutor em Estudos Comparados de Desenvolvimento (UnB). Professor associado da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Email: waldecy@terra.com.br. Sítio eletrônico: www.idtcentronorte.com.br.



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



Abstract: Local development policies can be defined as responding to an abrupt change in the accumulation model. Consequently, a complex of actions is developed according to the incorporation of organizational and technological innovations, due to an innovative environment which promotes the incorporation of competitive advantages to increase productivity, efficiency and competitiveness. It begins analyzing historically the productive development of the city of Rafaela, considering the Argentine economic policy of each period as a theoretical framework of general understanding. The object of this work is to show the differences that the productive net of the city of Rafaela manifested, and that today explain part of its trajectory. At the end of the work, it was concluded that the meso-economic differences were fundamental in the task of incorporating innovations and competitive advantages to the productive environment of the city of Rafaela.

Keywords: Economic training. Economic structure. Rafaela.

INTRODUCCIÓN

Se considera el desarrollo local (DL) como un conjunto de respuestas a la desintegración del modelo fordista. Se caracteriza por subrayar la importancia de un entorno territorial innovador que auxilie a las empresas en la labor de incorporar innovaciones y ventajas competitivas al interior del tejido productivo (ALBUQUERQUE, 2004A). El DL afirma la importancia del componente local en lo que hace a la producción, además de insistir en la flexibilidad productiva y diversificación para ganar competitividad. De las intervenciones propuestas, se destacan aquellas del tipo mesoeconómicas y microeconómicas. Rafaela desarrolló una industria sobre los sectores de alimentos y bebidas, metalmecánico y autopartes. Desde sus comienzos se relacionó íntimamente con el sector agropecuario: teniendo en ese ámbito amplias ventajas comparativas, merced a las condiciones de su suelo y clima, ubicándose Rafaela sobre la principal cuenca láctea latinoamericana (FERRARO y COSTAMAGNA, 2000).

Actualmente presenta una base industrial relativamente pequeña pero diversificada (FERRARO y COSTAMAGNA, 2000); entre sus principales características, se destaca el hecho que la tonelada exportada por Rafaela supera en precio (US\$ 3.734), a la media nacional (US\$ 600), dato que sugiere mayor agregación de valor a lo producido (ALBUQUERQUE, 2010)



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



En razón de ello, se optará por realizar un trabajo que tenga como problema de investigación el progreso particular del tejido productivo rafaellino, en relación a la evolución económica de Argentina. Se espera analizar los aspectos que diferencian su industria de las demás ciudades del interior del país, como es por caso el aprovechamiento de sinergias y recursos locales, el entorno territorial innovador y el grado de institucionalidad alcanzado.

Para esto, se utilizará información secundaria conseguida mediante revisión bibliográfica y documental e información primaria, obtenida del trabajo de disertación (2018) de maestría titulado “Aglomeraciones Productivas Locales en Argentina: un análisis de la experiencia de Rafaela (Santa Fe)”, el cual supuso la producción de conocimiento mediante la realización de entrevistas semi-estructuradas.

Estas entrevistas, fueron realizadas sobre las principales instituciones del desarrollo del tejido productivo rafaellino. Se realizó un muestreo cualitativo donde no se buscó extrapolar los resultados, sino conocer las interpretaciones que hacían las principales instituciones de la localidad. Además esta selección se basó sobre los trabajos realizados sobre la institucionalidad de Rafaela de Ferraro y Costamagna (2000). Una vez diseñadas las preguntas y teniendo los ejes específicos de investigación, se aplicaron las entrevistas en abril de 2017.

ÁREA DE INVESTIGACIÓN

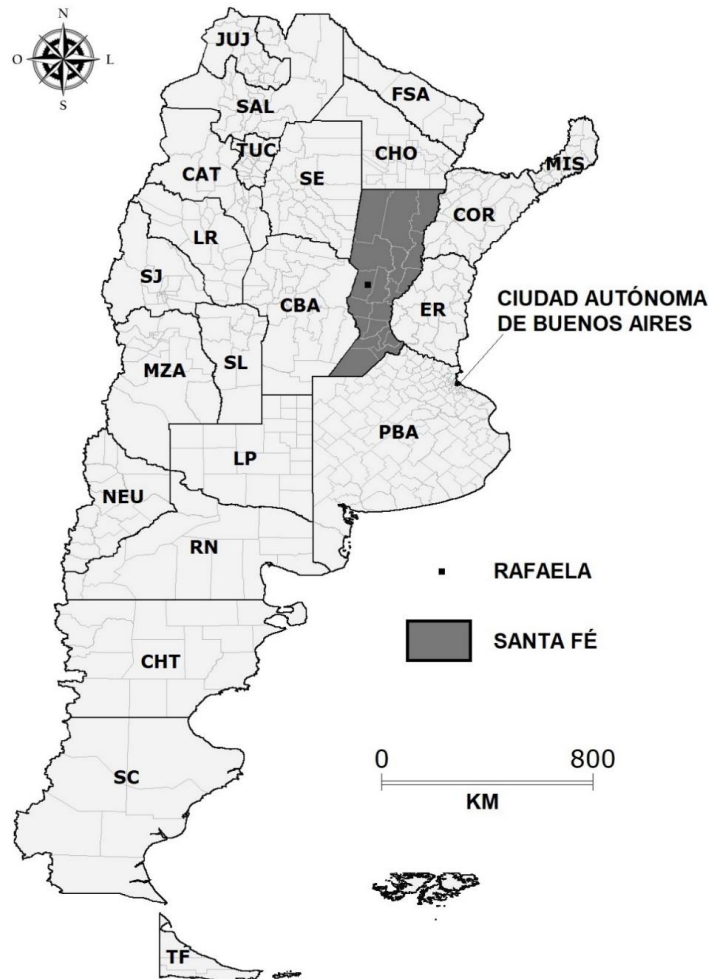
Según el censo nacional de 2010, Rafaela tiene una población de 92.945 habitantes (IDEC, 2010). La misma, se encuentra ubicada en el centro oeste de la provincia de Santa Fe, dentro del departamento de Castellanos (178.092 habitantes) a 540 km de Ciudad Autónoma de Buenos Aires y 90 km de Santa Fe capital, como se puede observar en el mapa:



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



Figura 1. Ubicación geográfica de la provincia de Santa Fe y da ciudad de Rafaela



Fuente: Elaboración propia.

La provincia de Santa Fe, que se puede observar en color gris en la Figura 1, tiene 3.195.000 de habitantes (INDEC, 2010), siendo la tercera provincia argentina más poblada, después de Buenos Aires (PBA) y Córdoba (CBA), pero la segunda más rica. Presenta condiciones de suelo y clima muy auspiciosas para actividades agrícolas, teniendo además el 21% de las tierras cultivables y el 20% de las cabezas de ganado del país. Tiene además salida al mar, mediante el río Paraná, que luego converge con el río de la Plata. En el centro oeste de la provincia de encuentra el departamento de Castellanos, que tiene por capital a la



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



ciudad de Rafaela. Se ubica sobre una llanura plana de clima templado que hacen de la zona, un lugar óptimo para las actividades pecuarias.

Con respecto a la actividad económica llevada a cabo en Rafaela, se debe mencionar que su industria estuvo asentada sobre los sectores de alimentos y bebidas, metalmeccánico y autopartes. Además desde sus comienzos se relacionó íntimamente con el sector agropecuario: teniendo en ese ámbito amplias ventajas comparativas, merced a las condiciones de su suelo y clima, ubicándose Rafaela sobre la principal cuenca láctea latinoamericana (FERRARO; COSTAMAGNA 2000).

Uno de los momentos más importantes en el proceso económico rafaélino, se da en los años 1990, con la adopción de estrategias de desarrollo local. La misma busca la mejora de la producción, abogando por una producción flexible y el emplazamiento de un entorno territorial innovador que auxilie a las empresas en la labor de incorporar innovaciones al interior del tejido productivo, generando ventajas competitivas (ALBUQUERQUE, 2004A).

Una de tales intervenciones innovadoras, aconteció a nivel mesoeconómico en las instituciones que conforman el entorno productivo rafaélino. A decir de Quintar et al (1993) el funcionamiento coordinado de los agentes ha supuesto una clara ventaja para las empresas integrantes del cuasi-distrito rafaélino, explicando además el notable dinamismo del mismo.

Lo realmente llamativo de Rafaela, es la cantidad de instituciones que participan indirectamente en el proceso productivo, generando una institucionalidad más que adecuada para acompañar las empresas en su puja competitiva. Esto no es casual ya que en Rafaela “el 97% de los establecimientos tienen menos de 100 ocupados. El 82% de los establecimientos tiene hasta 10 empleados y aproximadamente el 15% tiene entre 10 y 100 ocupados. Sólo el 3% del total de establecimientos industriales tiene más de 100 empleados” (ALBUQUERQUE 2010, p. 6).

Dada esta cantidad de pequeñas y medianas empresas en la localidad, su tejido institucional procura mancomunar los esfuerzos de estas unidades productivas, buscando la generación de algunas ventajas de escala que les permitan competir en otros niveles.



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



FUNDAMENTACIÓN TEÓRICA

Primera etapa: el modelo agroexportador (1816-1929)

Tal como señala North (1977), el éxito en la base exportadora de una región es un hecho fundamental que explica la tasa de crecimiento y algunas otras variables de la economía. Esto en Argentina es particularmente evidente cuando se analiza en perspectiva histórica su aparato productivo, con su necesaria estructura política-institucional.

El 9 de julio de 1816, se logró la independencia, merced a la labor de una clase económica comercial y ganadera autóctona: los criollos (PIGNA, 2010). Luego de mediados del siglo XIX, la misma, generó la suficiente organización interna, para que el país ingresara al como proveedor de materias primas de base alimenticia al mercado mundial (PIGNA, 2007).

Otro de los elementos necesarios que sentaron las bases del modelo, fue la construcción de una infraestructura moderna (CORTÉS CONDE, 1997). Es así como comenzó la edificación de canales, rutas, vías, puertos, muelles, telégrafos, entre muchas otras cosas que tenían la tarea de bajar los costos de transacción y conectar los recursos naturales autóctonos con las grandes ciudades del período, en su mayoría europeas.

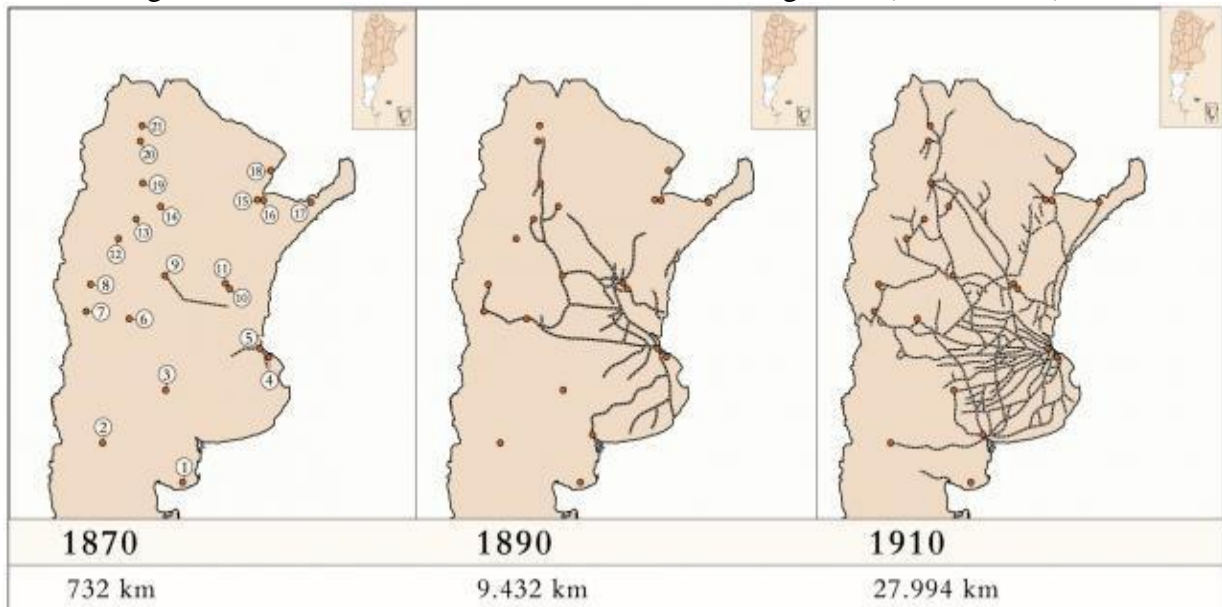
El ferrocarril era la necesidad más urgente. Tanto es así que, el grueso de la inversión extranjera, especialmente de Gran Bretaña, estuvo orientada a la construcción del tendido férreo nacional, que tenía el doble propósito de sacar las materias primas al exterior, e ingresar los productos importados a las grandes ciudades del interior. El mismo tiene una clara orientación a los puertos, fundamentalmente al de Buenos Aires. La fisionomía de las vías, muestra contundentemente el perfil exportador del modelo, como puede verse en la siguiente imagen:



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



Figura 2. Evolución del tendido ferroviario en la Argentina (1870 a 1910)



Disponible en: BAHÍA SIN FONDO (2012)

Siguiendo con las bases del modelo, se debe hacer alusión a otro pilar sumamente importante: el factor trabajo. A decir de este, y ante el gran faltante del mismo, se generaron políticas de atracción de mano de obra, que generaron un verdadero aluvión inmigratorio. En su mayoría fueron ciudadanos europeos que venían al país a probar suerte. El Estado argentino, promovió la llegada de los mismos, los cuales ocuparon sobre todo la pampa húmeda (DÍAZ ALEJANDRO, 1970). Entre las acciones más importantes se encuentran la promulgación en 1876 de la ley de colonización e inmigración; la creación del Hotel de los Inmigrantes; apertura de oficinas de promoción en algunas ciudades europeas, etcétera.

En este contexto surgirá Rafaela. Vale aclarar que desde mediados del siglo XIX, se fueron instalando en lo que actualmente es la ciudad, sus primeros pobladores. Su composición fue algo heterogénea (COSTAMAGNA, 2000), pero con marcada presencia de italianos, españoles, suizos-alemanes, etc. Este primer asentamiento, estuvo constituido mayormente por arrendatarios, y el espíritu que los motivó fue el lucro que las tierras prometían.



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



La llegada de extranjeros, generó cambios estructurales en todos los ámbitos del país (RAPOPORT, 2017). Argentina fue el segundo país que mayor cantidad de inmigrantes recibió entre 1850, y las primeras décadas del XX.

Tabla 1. Estructura de la población (por porcentajes) – 1869/1914

Censo	Argentinos	Extranjeros	Pob. Rural	Pob. Urbana
1869	87,9	12,1	67,0	33,0
1895	74,6	25,4	58,0	42,0
1914	70,2	29,8	42,0	58,0

Fuente: RAPOPORT (2017).

La unidad productiva por excelencia en este esquema es el latifundio: una parcela de tierra muy grande que supone, como contracara, una concentración inusitada de este factor en muy pocas manos. El mismo no solo tiene consecuencias económicas, sino sobre todo políticas: en la primera etapa de la organización argentina, los resortes eran controlados por los hacendados más prominentes. Estos dos fenómenos se iban reforzando mutuamente en un proceso circular y constante, que crearon la clase social dominante de la época: la oligarquía.

El Estado argentino, confundido con la oligarquía gobernante, era una institución para pocos, que profesaba una fuerte desconfianza a todo lo que no encontraba semejante. Este hecho lleva a autores como De Pablo a hablar de la maldita pampa húmeda “porque el desarrollo basado en la especialización internacional – por ejemplo, el centrado en la explotación de la pampa húmeda– genera fuertes beneficios en algunos sectores, pero dificultades y quebrantos en otros.” (2011 p. 167). En esta primera etapa, pueden diferenciarse ciclos económicos con algunas particularidades notables:

El primer ciclo económico que desarrolló el país estuvo asociado a la ganadería: “Hacia 1850 la Argentina inició el llamado ‘ciclo de la lana’ basado en el paulatino reemplazo de la estancia vacuna tradicional, productora de cueros y tasajo para la exportación, por la estancia lana y el predominio de la producción y exportación de lanas.” (RAPOPORT, 2017, p. 70).



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



Este sub-período, se explica por la reciente industrialización de Gran Bretaña, Francia y Bélgica, que requería lana en cantidades mayúsculas. Aquí se produce el gran tirón de los mercados internacionales, que modificará sucesivamente la estructura productiva interna.

El despegue de la lana es espectacular y de “7.681 toneladas vendidas al exterior en 1850 se llegó a 103.900 toneladas en 1881, año en que la exportación del tasajo sólo fue de 22.400 toneladas” (RAPOPORT, 2017 p. 70). La aparición del frigorífico y la posibilidad de congelar carnes, van a aumentar la rentabilidad de esta exportación.

Es notorio en esta etapa, como el crecimiento del ovino aumenta desenfrenadamente hasta el punto de superar en cantidad de cabezas de ganado a la vaca. Según el Comité Nacional de Geografía, a finales de siglo XIX, el ganado lanar llegaba a las 74 millones de cabezas, casi el triple que los vacunos disponibles en la Argentina.

Luego, con el avance de los frigoríficos, el refinamiento de la carne vacuna y la prohibición de su venta en pie (por causa de la aftosa), se daría el segundo ciclo económico del modelo agroexportador basado en los productos cárnicos. Es aquí donde se vivió un verdadero aumento de la exportación de carne vacuna que entre 1905 y 1909, sobrepasaría ampliamente al ganado ovino (RAPOPORT, 2017).

A comienzos del siglo XX, el modelo agroexportador se asentó en la agricultura, los productos característicos de esta etapa serán el trigo, el maíz, el lino, entre otros granos, dando origen al tercer ciclo. En la reciente división internacional del trabajo, Argentina vendía productos agropecuarios, debido a sus ventajas naturales (por ejemplo de tipo de suelo y clima). El período que va desde comienzos del siglo XX hasta 1929, es sin duda el auge de esta relación con el globo: siendo conocido el país como el granero del mundo (CORTÉZ CONDE, 1997).

Se debe recordar que en este período la expansión de la agricultura es sorprendente: se pasó de un país importador de granos que contaba con menos de 600.000 hectáreas sembradas en 1872, a contar con 22 millones de las mismas en 1914 con un perfil netamente exportador. Este período marcó un perfil productivo que llega hasta nuestros días.



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



Será justamente en este contexto de auge económico donde hará su aparición la ciudad de Rafaela, fundada en 1881 por el empresario Guillermo Lehmann (1840-1886). Esta fundación es contemporánea con muchas otras que se dieron en el interior de la Argentina a finales del siglo XIX, al aumentar la frontera agrícola en el marco del modelo imperante.

Dado el boom comercial de la época, el tendido de vías que pasaban sobre la ciudad y la rápida llegada de inmigrantes, Rafaela en menos de 15 años llegaría a contar con 2.228 habitantes según el Censo de 1895, convirtiéndose así en la sexta aglomeración urbana en cantidad de habitantes de la provincia de Santa Fe.

Tal como señala Tonon (2011, p. 3): “Las características físicas del terreno donde está emplazada la localidad, la hicieron óptima para que se desarrollara la producción agropecuaria como actividad por excelencia” Así comenzaba el ciclo triguero de la localidad, que además incorporaba la ciudad a la base de exportación nacional.

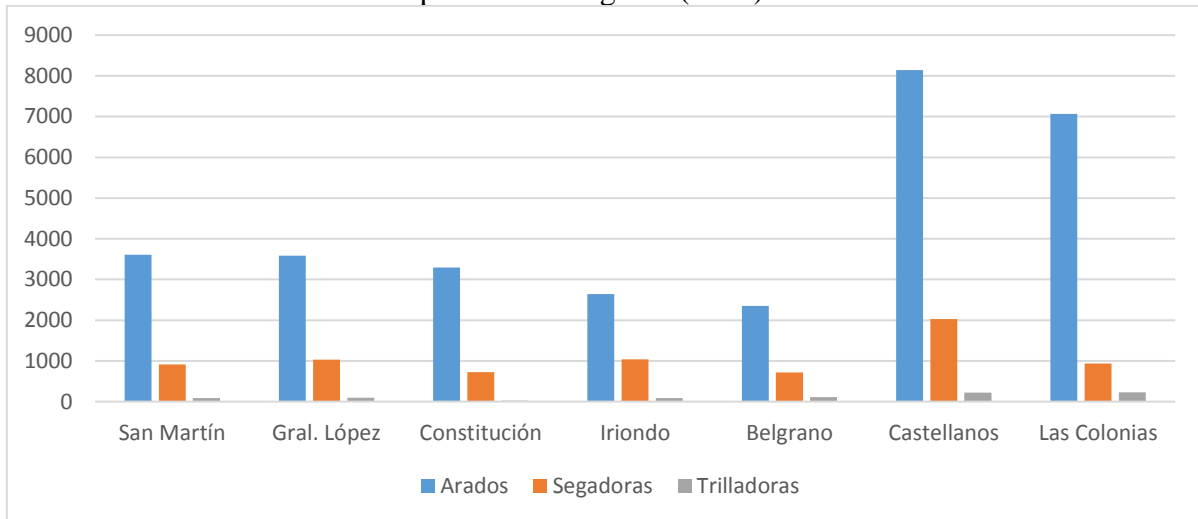
El aumento productivo fue considerable, lo que logró que el Departamento de Castellanos lidere la producción provincial del trigo, sembrando el 27% de sus tierras con este cereal, superando las 150.000 hectáreas, y ocupando al 71,14% de su población (TONON, 2011). El gráfico 2 muestra los motivos de este fenómeno:



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



Gráfico 2. Número de arados, segadoras y trilladoras en los departamentos de mayor producción triguera (1895).



Fuente: TONON (2011).

Así mismo, la base productiva rafaeline contará con un elemento distintivo que diferenciará su perfil hasta nuestros días: la incorporación de tecnología y mejoras. En este primer período la diferenciación se basó en la obtención de maquinaria agrícola para mejorar la productividad.

Segunda etapa: la industria por sustitución de importaciones (1929-1976)

Luego del crack de la bolsa de Wall Street en 1929, La Argentina enfrenaba muchos problemas al comenzar la década del 30, entre los que se destacan la caída de los términos del intercambio, la reducción de las exportaciones en más de un 6% (DÍAZ ALEJANDRO 1970)

Este período trajo un elemento nuevo e impensado: la intervención del Estado argentino en la economía. Ahora bien, es importante recordar que este elemento fue contemporáneo con otro: el aumento de la producción industrial. Uno y otro serán los pilares del segundo modelo económico: la Industria por Sustitución de Importaciones (ISI).



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



La ISI, impulsó fuertemente el desarrollo de la industria: la respuesta ante el aumento del desempleo, eran programas públicos de incentivo a la producción nacional, que comenzaron a remplazar algunos importados. El Estado, buscaba generar condiciones beneficiosas para las fábricas asentadas en el país: regulación de importaciones, aplicación de tarifas aduaneras para algunos productos, generación de líneas de créditos acordes a las necesidades fabriles.

Luego de desatada la crisis del 29, se procedió con políticas ortodoxas que buscaban equilibrar el déficit fiscal y desplegar medidas de austeridad, como son por caso la rebaja de salarios públicos y las restricciones presupuestarias. Así mismo hasta 1933 no se generaban brotes verdes y la impaciencia generalizada hacía dudar de las medidas liberales clásicas.

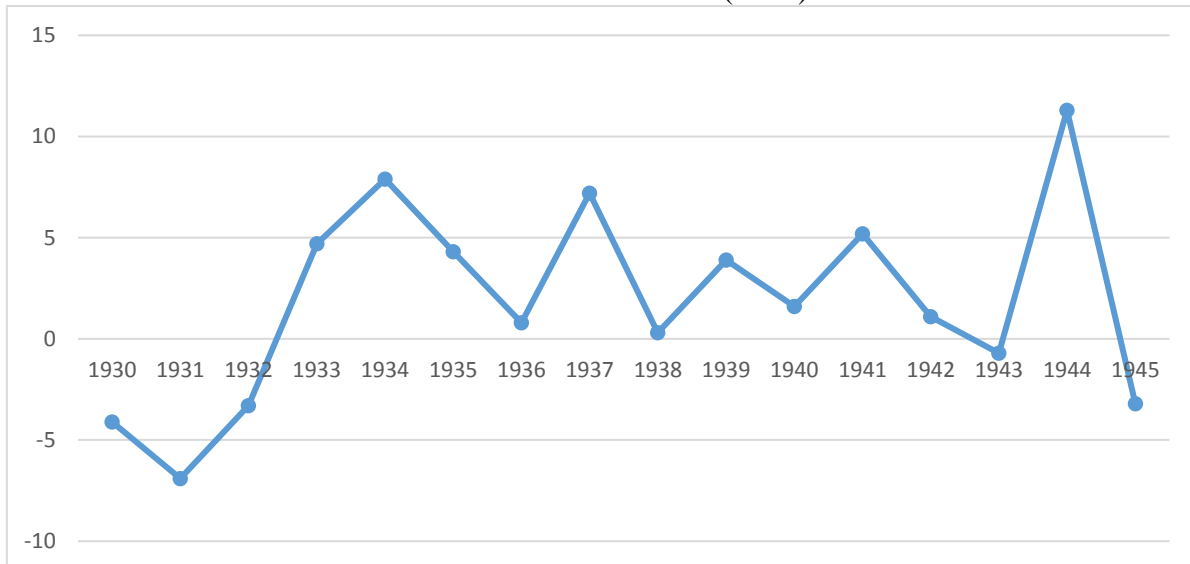
La respuesta gubernamental se relaciona con la implementación del plan de reactivación económico de Pinedo y Prébisch, el cual detentaba algunos instrumentos keynesianos que buscaban fortalecer la balanza de pagos, aumentar los ingresos y la producción nacional; dirigiendo la atención hacia el mercado interno y aumentando la demanda general de bienes y servicios. (RAPOPORT, 2017). Estas políticas, tuvieron como consecuencia la reactivación económica de 1933 y el aumento de la riqueza nacional, tal cual puede observarse en el siguiente gráfico:



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



Grafico 2. Tasa de crecimiento del PBI (en %) – 1930/1945



Fuente: RAPOPORT (2017).

Los rubros más dinámicos eran aquellos extensivos en mano de obra y menos demandantes de capital. Además era indispensable que no necesitasen de gran cantidad de innovación y tecnología. Tal cual señala Díaz Alejandro (1970), la industrialización en esta etapa se hizo entorno a bienes de consumo final: los llamados productos de fácil sustitución.

Así mismo, este proceso de industrialización en el cual el Estado era un actor clave, no buscó morigerar las grandes diferencias que perduraban en el territorio nacional; muy por el contrario se procedió a la amplificación de contrastes, que hicieron de Argentina, tal como el economista Alejandro Bunge señaló, un país abanico, donde el 20% del territorio ubicado sobre la ciudad de Buenos Aires, concentraba 67% de la población, el 87% de la superficie sembrada de cereales y el 78% de las inversiones en industrias extractivas y manufactureras (RAPOPORT, 2017).

Tal como señala North (1977) sobre un país que detente una determinada base exportadora, aun pudiendo esta basarse en productos primarios, surge un sector secundario y terciario por demanda de la población de artículos manufacturados y servicios. Esto es



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



justamente uno de los rasgos más distintivos de la industria que nacería en Rafaela durante la segunda década del siglo XX (Tonon 2011).

Es importante recordar que a partir del crack de la bolsa de valores de Nueva York (1929) en Rafaela “comienza a estructurarse un sistema de producción de manufacturas que tuvo en la transformación de los productos primarios locales y en la producción de maquinaria agrícola sus dos ejes principales” (FERRARO y COSTAMAGNA, 2000, p. 8).

Ahora bien, en la evolución de industrial rafaeline, es muy importante el gran crecimiento de la actividad ganadera sobre la agrícola. En principio, se consolidó el perfil productivo rafaeline y “favoreció la instalación y el desarrollo de queserías, cremerías y mantequerías, el surgimiento de los primeros frigoríficos y curtiembres, que fueron perfilando parte del tejido industrial de la ciudad” (TONON, 2011, p. 8).

Con la llegada de la primera guerra mundial (1914-1918), se produjo una gran difusión del tambo, debido a la paralización de las explotaciones de grano (FERRARO y COSTAMAGNA, 2000). Esto, fue acompañado por el aumento del sector ganadero y el establecimiento de la primera industria frigorífica en el territorio, que trajo consigo grandes ventajas a la economía local, no está de más recordar la vital importancia capital, que asumía el frigorífico en los albores del siglo XX.

En esta etapa, el sector industrial más importante era el de alimentos y bebidas, y se asentaba preponderantemente sobre las actividades cárnica y láctea. En lo que hace a los factores de localización de las industrias alimenticias, fue muy importante el hecho de la cercanía con los recursos naturales y los medios de transportes disponibles (TONON, 2011).

Contrario a lo que generalmente se puede creer, la guerra iniciada en el 1939 trajo consecuencias muy graves para la industria nacional. De los más grandes problemas generados se destaca la interrupción de las importaciones de capital e insumos intermedios, siendo que la dependencia a los mismos era sumamente elevada y el perjuicio desatado sobre los principales productos exportados: el trigo y el maíz (DÍAZ ALEJANDRO, 1970).

Luego de la segunda guerra mundial, y en el marco de un crecimiento inusitado del producto bruto global, la actividad metalmeccánica rafaeline se expande comprendiendo



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



además de la fabricación de maquinaria agrícolas, la producción de autopartes, “y con posterioridad en un dinamismo compartido con productores de maquinarias y equipos para la industria alimenticia y de insumos para ganado” (FERRARO y COSTAMAGNA, 2000, p. 8).

Hay una característica que será definitoria del aparato productivo rafaeliniano, y que a la postre explica muchos de los éxitos relativos de la localidad: la vocación por exportar sus productos. Tal como señala Tonon (2011), siguiendo el Plan Director de Rafaela de 1964, casi el 29% de los productos industriales eran exportados, sobre todos aquellos bienes de origen cárnico; y casi un 35% restante, eran despachados a otras provincias del país. Este dato, da cuenta de una gran generación de excedentes, siendo de las causas más probables de su éxito, tal como previamente se comentó, la baja en los costos de transacción que tornaron más atractivos los productos rafaelinianos que de otras ciudades del interior del país.

Terminada la guerra y merced a la demanda de reposición por parte del parque automotor y el relativo retiro de las principales firmas del proceso de sustitución de importaciones, Rafaela afianzó otra rama industrial que venía desarrollándose: el sector autopartista. Pero aquí lo distintivo, tal como señala Tonon (2011, p.9-10), es que:

[...] las empresas comienzan a expandir sus actividades dedicándose ya no sólo a proveer insumos a los utilitarios de la región, sino a fabricar en condiciones de competencia y calidad, transformándose muchas de ellas en proveedoras de terminales automotrices de nivel mundial. Los casos más sobresalientes son dos valvuleras, Edival y 3 B, ambas de capitales locales (aunque la primera de ellas fue vendida a la empresa alemana Mahle, en 2007).

A nivel nacional, la ISI presentó varios límites que los sucesivos gobiernos no pudieron resolver. Años de grandes lotes de inversión, no habían podido terminar con el perfil dependiente de la economía nacional, a decir verdad, la ISI solo había cambiado una vulnerabilidad externa por otra, que en algunos casos era aún mayor. No se había generado la industria básica necesaria para lograr el tan mentado autoabastecimiento de insumos y



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



equipos de producción, la industria no se podía valer así misma en la medida que no era competitiva fuera de las fronteras nacionales y no generaba las divisas que necesitaba.

Tercera etapa: el modelo neoliberal (1976-1990)

El Estado promotor, que funcionaba como una palanca de transformación en los asuntos económicos, llegaría a su fin con el golpe militar del 24 de marzo de 1976. Aquí se procede, mediante un gobierno sin legalidad ni legitimidad, a dar un viraje de timón absoluto en lo que hace a la política económica del país. El estado abandona su carácter de incentivador (RAPOPORT, 2017) y se retira, inaugurando el Estado neoliberal en Argentina. Lo que sigue es un proceso de desregularización, un verdadero cambio de paradigma en la organización económica, que sería profundizado en el gobierno de Carlos Menem.

Este proceso es caracterizado por la rápida desindustrialización que el país padeció, la liberalización de su economía, la privatización de sus firmas de bandera como Aerolíneas Argentinas, Ferrocarriles Argentinos, Gas del Estado, Entel, Yacimiento Petrolíferos Fiscales, entre muchas otras empresas fundamentales del patrimonio público.

Bajo ese nuevo contexto general, las empresas debieron realizar un gran cambio en su puja por sobrevivir: en este nuevo esquema, la innovación y la eficiencia dejaron de ser opcionales. Ahora bien, algunas de las particularidades de Rafaela, hicieron que la historia sea diferente en su tejido industrial. Por un lado, tal como señala Tonon (2011, p.11):

Los años ochenta encontraron un sector industrial rafaélino diversificado. A las ya conocidas ramas alimenticia, autopartista y de producción de maquinaria agrícola, se agregó la producción de maquinarias, equipos, aparatos y motores para industrias de procesamiento de producción agropecuaria, con un sector especializado en la fabricación de tanques y depósitos metálicos. También se desarrollaron firmas proveedoras de partes como productos plásticos, productos metálicos, maquinarias y equipos no comprendidos en otras partidas [...].



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



Quizá uno de los desafíos más grandes para la industria rafaeline llegaría en la década de los 1990. Desaparecida la ventaja del tipo de cambio, merced a la implementación del régimen de convertibilidad, y acontecido un programa de apertura irrestricto que obligaba a competir con empresas internacionales de probada eficacia. Aquí la tradición manufacturera, el tejido institucional que rodea a las empresas y la relativa diversificación productiva, explican la adaptación llevada a cabo por Rafaela. Es así como “el escenario de reformas estructurales y la profundización del proceso de apertura de los años noventa tuvo un impacto menor que en otras partes del país debido a que no sorprendió a las industrias con estructuras tan obsoletas ni con capacidad ociosa muy alta” (FERRARO Y COSTAMAGNA, 2000, p. 6).

Una de tales intervenciones innovadoras, aconteció en el nivel mesoeconómico, más precisamente en las instituciones que conforman el entorno productivo rafaeline. El funcionamiento coordinado de los agentes territoriales, han supuesto una clara ventaja para las empresas integrantes del cuasi-distrito rafaeline (QUINTAR *et al*, 1993), explicando además el notable dinamismo del mismo. Otro de los elementos importantes que convergieron para capear la crisis de los años 90, se explica debido a que:

[...] las firmas diversificaron, en doble sentido, su canasta de clientes: por una parte, en casi ninguna empresa la cartera de clientes está muy concentrada -a diferencia de otro tipo de empresas Pymes argentinas que trabajan para un grupo pequeño de clientes- y por otro lado, las firmas de Rafaela exportaron una parte de su producción con clara anticipación estratégica, lo cual les permitió operar contracíclicamente o compensar distintas situaciones de mercados. (Quintar *et al*, 1993 p. 14)

Hay otro dato que no debe ser soslayado, el tejido industrial rafaeline está compuesto por una gran cantidad de pequeñas y medianas empresas (FERRARO y COSTAMAGNA, 2000), lo que ante una gran crisis sectorial, puede permitir una más rápida reconversión productiva. En lo que hace a la crisis de la década de los 1990, la



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



respuesta de las industrias rafaelinas estuvo asociada con la inversión en procesos de innovación, tecnología y gestión.

RESULTADOS Y DISCUSIONES: EL CASO DE RAFAELA

La diferencia de Rafaela, consta en la relativa diversificación que presenta su tejido industrial (FERRARO y COSTAMAGNA, 2000); la búsqueda incansable de colocar su producción fuera del territorio nacional (ALBUQUERQUE, 2010) y el entramado institucional que hace de soporte a la producción (QUINTAR *et al.*, 1993) produciendo todo esto un marcado dinamismo.

A sabiendas del gran número de pymes que integran el tejido productivo rafaestino, desde 1990 se dispuso la generación de un conjunto de instituciones públicas y privadas, que tienen por objeto mejorar la idoneidad de las compañías. La apuesta central radica en que las empresas accedan concertadamente a innovaciones tecnológicas y organizativas, generando con ello ventajas competitivas (ALBUQUERQUE, 2004A) que a la postre diferenciarán sus productos. Rafaela cuenta con un gran número de instituciones que convergen en un modo de desarrollo peculiar, que por defecto denominamos rafaestino.

Es de notar que en los tiempos que corren, tal como afirma Albuquerque (2004B) las empresas no se presentan solas en el vacío, no permanecen aisladas, muy por el contrario, se apoyan y explican por un entorno territorial que es vital para la supervivencia de la unidad productiva, y tiene como misión la transformación de los sistemas los sistemas productivos locales (SILVA, 2005).

Esta institucionalidad rafaestina, es un hecho que detenta gran responsabilidad para explicar el devenir económico de la localidad, y la consecuente diferenciación que la misma ha tenido del Departamento de Castellanos, la Provincia de Santa Fe y la Argentina. Es de resaltar que luego de la década de 1970 comienzan a desaparecer locales industriales en consonancia con el proceso de desindustrialización del país: así mismo la tendencia es contraria en Rafaela.

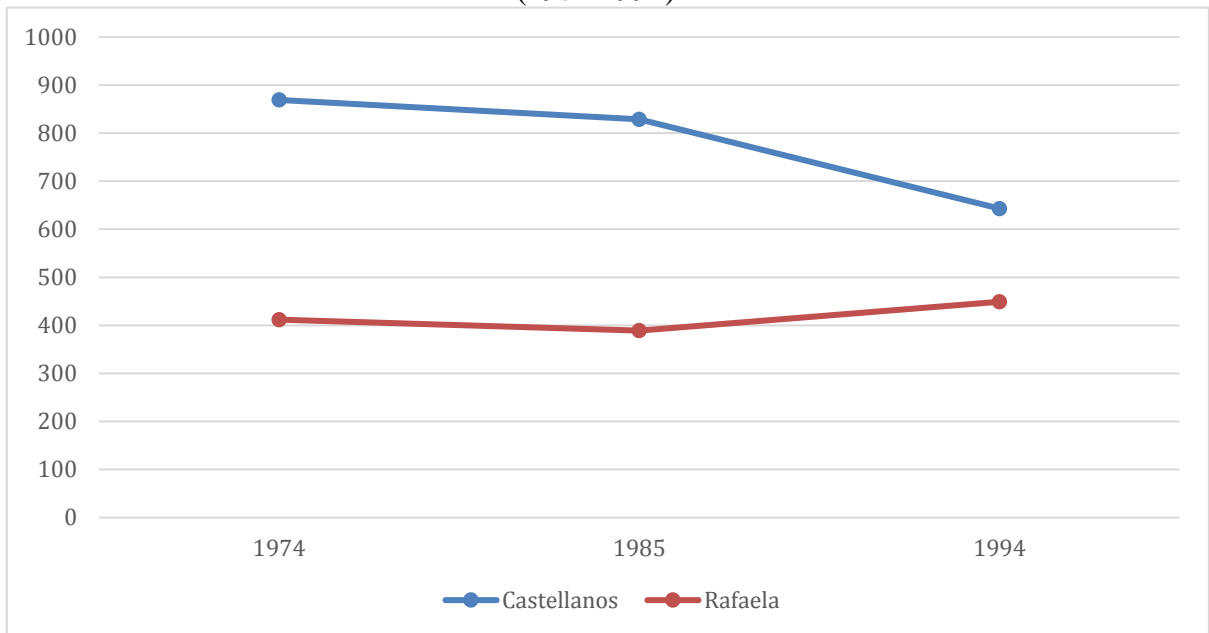


V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



Tanto en la Argentina como en Santa Fe, se constató un cierre de los locales industriales, pasando el país de 126.308 en 1974 a 89373 en 1985 y de 15.103 a 10.472 la provincia, en el mismo período de tiempo. Este hecho tiene relación con un cambio en el modelo económico nacional, donde el Estado dejó de ser un promotor de la agregación de valor, y se pasó a un sistema de mercado con importaciones libres, de regiones con una tradición industrial que Argentina no contaba.

Grafico 3: Cantidad de locales industriales en el Departamento Castellanos y Rafaela (1974-1994)



Fuentes: TONON (2011).

Ahora bien, es de notar que en el gráfico precedente, la tendencia al cierre de locales industriales en Rafaela es contraria. Hacia 1985, continuando la propensión nacional, Rafaela sufre una baja en la cantidad de establecimientos existentes; sin embargo, debido a las políticas de desarrollo local implementadas en el ciudad, se logró primero parar el cierre de establecimientos, para luego generar las condiciones suficientes para que estos puedan alcanzar y superar los niveles de 1974.



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



Este hecho se explica en parte por la creación de una segunda generación de instituciones del desarrollo que propondrán intervenciones novedosas al sistema productivo local, según los recursos disponibles. En sintonía con ello, como menciona Albuquerque, se crea la Secretaría de Promoción Económica (1991) con el objeto de “desplegar un espacio orientado a la construcción de una visión estratégica para la ciudad, con el fin de fortalecer e impulsar el proceso de desarrollo económico local” (2010, p. 9).

Otra de las instituciones del período es la Cámara de las Pequeñas Industria de la Región (CAPIR), ésta tiene el objeto de aunar los esfuerzos de pymes, para que puedan acceder concertadamente a recursos que aumenten la competitividad del sector. Dado el distintivo perfil del entramado productivo rafaelino, constituido en su mayoría por pequeñas y medianas industrias (TONON, 2011) se procedió en razón de amalgamar institucionalmente estas unidades productivas, para mejorar sus posibilidades de competir en escenarios económicos globales.

Otra de las instituciones de apoyo a las empresas del ambiente territorial es la Fundación Para el Desarrollo Regional (FDR) creada en 1992, la cual tiene por objeto mejorar la calidad, productividad e innovación tecnológica de las empresas de la región.. Esto además es particularmente importante si recordamos el papel central que tiene la diferenciación de producto y los niveles de alta calidad en el modo de acumulación imperante.

En la actualidad, y siguiendo el trabajo de campo realizado en Rafaela (2017) en el marco de la tesis de maestría para la Universidad Federal de Tocantins, se llegaron a varias conclusiones que dan cuenta de la importancia del tejido institucional rafaelino, en el proceso de desarrollo de la localidad.

Primeramente, debemos mencionar el consenso alcanzado en el entramado, sobre el papel hegemónico que detenta la Municipalidad de Rafaela y la Cámara Comercial e Industrial de Rafaela y la Región (CCIRR). Estas entidades son de carácter público y privado respectivamente, lo que refuerza la complementación entre ambos sectores. Además los entrevistados manifestaron que el liderazgo existe, pero a decir del mismo, es inclusivo y busca integrar a los demás agentes, con una visión integradora.



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



Además se debe subrayar que las instituciones de la localidad lograron celebrar varios acuerdos mínimos, que hoy serían los puntos mínimos de entendimiento, que en principio nadie discute. Entre los más importantes se debe mencionar: que la cooperación genera competitividad e innovación; que las relaciones entre instituciones y empresas aumentan el proceso de innovación y desarrollo; que el sector público debe estimular la generación, difusión e incorporación de avances tecnológicos y que la complementación entre todas las entidades locales, aumenta las posibilidades de competir en escenarios globalizados.

Otro de los puntos salientes que arrojó la investigación realizada, fue la constatación de un grupo de códigos y reglas implícitas, que dan cuenta del factor diferenciador del tejido productivo rafaelino: su capital social. Entre la más importante de todas, está aquella que reza que las instituciones no deben salir de sus tareas y entrometerse en las funciones de las demás. Esto, en principio, tiene por base el respeto y reconocimiento sobre los roles asignados a otras instituciones, que en definitiva refuerzan el carácter complementario de las mismas.

Lo primero que se debe señalar es que el tejido productivo rafaelino, presenta una clara aglomeración de agentes. Lo cual genera proximidad territorial entre las unidades productivas e instituciones del desarrollo. Esto supone, la existencia de una concentración de empresas en dos puntos neurálgicos: el Parque Industrial de Rafaela (PIR) que cuenta con alrededor de 32 empresas, de origen 100% privado y que tiene como actividad económica central la metalmecánica y el Parque de Actividades Económicas de Rafaela (PAER) el cual tiene unidades de origen privado y público, divididos en razón de zonas, entre las que se destaca aquella de alto impacto, con producción del sector metalmecánico, otra con producción de alimentos y por último una zona que podría englobarse en la producción de TIC.

A esta comunión territorial de agentes, hay que sumarles la comunicación asidua que generan entre los mismos. Este papel es asumido por las instituciones del desarrollo, y su función fue crear una gobernanza orientada a la integración productiva y la superación concertada de problemas comunes.



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



También es menester señalar que Rafaela cuenta con cierta especialización productiva. Esta característica, no puede ser entendida en sentido fuerte, sino más bien con cierto carácter tendencial. Pero es de notar que el PIR y el PAER tienen un perfil metalmeccánico muy marcado, reforzado además por la presencia de grandes industrias del sector. Así mismo coexiste con agentes que producen otros artículos, entre los que se destaca el rubro de alimentos y bebidas.

Conclusión

A modo de cierre, esperamos haber transmitido una imagen lo más nítida posible del paso de Rafaela de una ciudad típica del interior argentino, a un verdadero centro de desarrollo local. Las condiciones macroeconómicas de un país son centrales para el futuro de las economías regionales, aun así Rafaela siempre buscó tener una guía estratégica consolidada y consensuada que, a pesar de los avatares nacionales, orientaron el proceso de industrialización, según las posibilidades de cada período: siendo esto lo que finalmente diferenció su proceso de desarrollo de las demás ciudades del interior argentino.

Lo realmente notorio de Rafaela es el producto de un conjunto de elementos socio-históricos inéditos e irrepetibles: su localidad. Ésta, se basó en la agregación de ventajas competitivas al interior de un tejido productivo integrado mayoritariamente por pymes, para tornar más atractivos sus productos, en el marco de la puja internacional.

Lo que diferencia a Rafaela de país, es de carácter mesoeconómico: la institucionalidad que logró generar a lo largo del tiempo. Cuando cayeron las ventajas del tipo de cambio en los 90, muchas ciudades argentinas se enfrentaron a un proceso de desindustrialización y pérdida de puestos de trabajo sin precedentes en la historia del país.

Para sortear tal dificultad, el gobierno de Rafaela llevó a cabo una batería de políticas económicas locales, junto a instituciones empresariales y obreras. Las medidas adoptadas buscaron impulsar y activar el proceso de desarrollo emprendido, generando adaptaciones novedosas que a la postre se mostraron exitosas.



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



Se produjeron un puñado de políticas a mediano plazo, que buscaron tornar más competitivos los productos locales. Sus acuerdos fueron consensuados por los actores locales: sindicatos, cámaras empresariales, gobierno y sociedad civil. Esto mismo facilitó la mantención de coherencia en decisiones que de otra manera habrían durado una gestión municipal. El resultado final fue la publicación en 1996 del Plan Estratégico de Rafaela, siendo este un documento que tiene por objeto definir el crecimiento de la ciudad en el mediano y largo plazo.

Esta nueva etapa está caracterizada por la creación de la Secretaría de Programación Económica (1991) que buscó articular la política de desarrollo del municipio con los actores productivos, según las necesidades del proceso de desarrollo local, buscando: apoyo a emprendimientos tecnológicos, apertura de nuevos mercados, capacitación de recursos humanos, vinculación entre el sector productivo y gubernamental con el sector educativo, ente muchas otras medidas.

Como puede apreciarse, el secreto de Rafaela en su reconversión productiva de los años 90`, ante el descalabro de la industria nacional, fue la producción de una institucionalidad público-privada sin parangón en las demás ciudades argentinas, que lograda a través de acuerdos y consensos, buscó mejorar la competitividad de la región.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, F. **El enfoque del desarrollo económico local. Cuaderno de capacitación No. 1.** Buenos Aires: Organización Internacional del Trabajo, 2004A.

_____. **Desarrollo económico local y descentralización en América Latina.** [S.L.]: Revista de la CEPAL número 82 de página 157 a 171, 2004B.

_____. **La experiencia del desarrollo local de Rafaela, Argentina.** (Resumen del trabajo realizado en 2003 por Carlo Ferraro, Pablo Costamagna, Roberto Mirabella y Rodrigo Carmona). [S.L.: s.n.], 2010.

BAHÍA SIN FONDO. **El ferrocarril transpatagónico sigue esperando.** Extraída em: <http://bahiasinfondo.blogspot.com/2012/07/el-ferrocarril-transpatagonico-sigue.html>. Acceso em 21 de diciembre de 2017.



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



CORTÉS CONDE, R. **La economía argentina en el largo plazo: siglo XIX y XX.** Buenos Aires: Sudamericana, 1997.

COSTAMAGNA, P. **La articulación y las interacciones entre instituciones: la iniciativa de desarrollo económico local de Rafaela, Argentina.** Santiago de Chile: CEPAL, 2000.

DE PABLO, J. **200 años de economía argentina.** Buenos Aires: Ediciones B, 2011.

DÍAZ ALEJANDRO, C. **Ensayo sobre la historia económica argentina.** Buenos Aires: Amorrortu, 1970.

FERRARO, C.; COSTAMAGNA, P. **Entorno institucional y desarrollo productivo local. La importancia del ambiente y las instituciones para el desarrollo empresarial. El caso de Rafaela.** Buenos Aires: CEPAL, oficina de Buenos Aires en el marco del Acuerdo de Cooperación con el Instituto de Capacitación y Estudios para el Desarrollo Local (ICEDEL) de Rafaela, 2000.

GAIGNARD, R. **La pampa argentina.** Buenos Aires: Ediciones Solar, 1989.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA Y CENSO. **Censo Nacional de Población, Hogares y Viviendas 2010 para la República Argentina.** Ciudad Autónoma de Buenos Aires, 2010.

NORTH, D. Teoria da localização e crescimento econômico regional In: J. SCHWARTZMANN (org.) **Economía regional e urbana: textos escolhidos.** Belo Horizonte: UFMG, p. 333-343, 1977.

PIGNA, F. **Los mitos de la historia argentina.** 25. ed. Buenos Aires: Planeta, 2007.

_____. **1810: la otra historia de nuestra revolución fundadora.** Buenos Aires: Planeta, 2010.

QUINTAR, A.; ASCUA, R.; GATTO, F.; FERRARO, C. Rafael.: n cuasi-distrito italiano “a la argentina”. **Documento de Trabajo N° 35** Buenos Aires: CEPAL, 1993.

SILVA Lira, Ivan. Desarrollo económico local y competitividad territorial en América Latina. **Revista de la CEPAL,** Santiago, n. 85, 2005.

TONON, M. C. Particularidades de los desarrollos sociales y productivos en la región pampeana. El caso de la ciudad de Rafaela en la provincia de Santa Fe. **Anuario.** Rafaela: Cent. Estud. Econ. Empresa Desarro ,v.3, n.3, p.167-206, 2011.



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



**DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DO VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO
AGROPECUÁRIA DA UEMOA, ÁFRICA, ENTRE 2000 E 2016**

REGIONAL DISTRIBUTION OF THE AGRICULTURA PRODUCTION GROSS
VALUE OF UEMOA, ÁFRICA, FROM 2000 TO 2016

Marcelino Armindo Monteiro¹⁰
Lucir Reinaldo Alves¹¹
Moacir Piffer¹²

SESSÃO TEMÁTICA: ST1 - Processos sócio históricos na evolução dos territórios.

Resumo: O objetivo do trabalho é analisar a localização e a especialização produtiva por meio de Valor Bruto da Produção (VBP) das 15 principais atividades nos países da União Económica e Monetária do Oeste Africano (UEMOA) nos anos de 2000 e 2016. Para isso, foi utilizado a base dados da FAOSTATS e aplicado para análise os métodos de Quociente Locacional (QL); Coeficiente de Localização (CL) e de Redistribuição (CR); Coeficiente de Especialização (CE); e, por fim o Coeficiente de Reestruturação (CRest.). Os resultados mostraram que os países da UEMOA apresentavam diferentes tipos de culturas. Quando se analisa a participação destas mesmas atividades nos países, percebe-se que poucas são as atividades que possuem participação maior que a da UEMOA como um todo e, ao mesmo tempo, alta participação no país individualmente, de pelo menos 10,00%. Na análise de CE, a Guiné-Bissau estava com valor muito próximo de um (1) indicando assim a sua estrutura produtiva não similar á macrorregião UEMOA. Esta situação foi confirmada na análise da CRest., que mostrou sinais de mudanças nos outros países da União, e a Guiné-Bissau foi o único onde praticamente se percebeu a inexistência das mudanças.

Palavras-chave: UEMOA; Valor; Bruto. Produção; Regional.

¹⁰ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE/Campus Toledo). Bolsista de CNPq. E-mail: yourna@gmail.com

¹¹ Professor do curso de Ciências Econômicas e do PGDRA da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE/Campus Toledo). Pesquisador do Núcleo de Desenvolvimento Regional (NDR), do Grupo de Pesquisas em Desenvolvimento Regional e Agronegócio (GEPEC) e do Grupo de Pesquisa Modelação, Ordenamento e Planejamento Territorial (MOPT). E-mail: lucir_a@hotmail.com, lucir.alves@unioeste.br

¹² Professor do curso de Ciências Econômicas e do PGDRA da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE/Campus Toledo). Pesquisador do Núcleo de Desenvolvimento Regional (NDR) e do Grupo de Pesquisas em Desenvolvimento Regional e Agronegócio (GEPEC). E-mail: mopiffer@yahoo.com.br.



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



Abstract: The objective of this work is to analyze the location and the productive specialization through the Gross Value of Production (VBP) of the 15 main activities in the countries of the West African Economic and Monetary Union (WAEMU) in the years 2000 and 2016. On the other hand, we used the already known database on the Gross Value of Production from the FAOSTATS database and applied the analysis of the Locational Quotient (QL) methods; Coefficient of Location (CL) and Redistribution (CR); Coefficient of Specialization (CE); and, finally, the Coefficient of Restructuring (CRest.). The results showed that WAEMU countries presented different types of crops. When analyzing the participation of these same activities in the countries, we can see that there are few activities that have a greater participation than WAEMU as a whole and, at the same time, high participation in the country individually, of at least 10.00%. In the analysis of EC, Guinea-Bissau was very close to one (1) indicating its productive structure not similar to UEMOA macro-region. This situation was confirmed in the CReest. Analysis, which showed signs of change in other WAEMU countries, and Guinea-Bissau was the only one where virtually no change was considered.

Keywords: UEMOA. Value. Gross. Production. Regional

INTRODUÇÃO

É indiscutível a importância do setor primário para a economia de qualquer país. Em muitos este setor tem se desenvolvido e consolidado cadeias produtivas agroindustriais muito importantes. Porém, a preocupação em aumentar a produtividade deste setor, na maioria dos casos a partir de aumento do uso de novas tecnologias e de técnicas modernas de produção, tem se refletido em diminuição da população rural, sendo esta uma das maiores preocupações nos processos de desenvolvimento regional. Nos países da África Ocidental, em especial da União Econômica e Monetária dos Estados da África Ocidental (UEMOA), a massa populacional ainda é maior nas zonas rurais, parcialmente explicado pelo uso, ainda limitado, de técnicas e tecnologias para melhorar a produtividade.

A criação da UEMOA ocorreu no final do século XIX, nos tempos em que os sete dos oito países ainda faziam parte da África Ocidental Francesa, exceto a Guiné-Bissau que foi colonizada por Portugal. Em 1945 a França criou a moeda Franco das Colônias Francesa em África (FCFA), para circular nestes países da África Ocidental e Central.



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



Depois da independência estes sete países decidem criar o Banco Central da África Ocidental - BCEAO - como substituto da parte francesa.

Em 1973 foi criada a União Monetária do Oeste Africano (UMOA), que ficou por um período de 20 anos, até 1994. Os chefes de Estado e Governos transformaram UMOA para a União Econômica e Monetária dos Estados da África Ocidental (UEMOA). No entanto, três anos depois, em 1997, a Guiné-Bissau integrou a União e passou a ser o oitavo membro (FERNANDES, 2007; DJALÓ, 2010; FERNANDES, 2011).

O Tratado Modificado da UEMOA, de 29 de janeiro de 2003, considera membro da união os países assinantes deste tratado: Benin, Burkina Faso, Costa do Marfim, Guiné-Bissau, Mali, Níger, Senegal e Togo. O mesmo documento elege como seus objetivos (no seu Artigo 04), os cinco pontos principais, sendo aqui apresentados dois deles, a propósito deste trabalho: no Artigo 04, na sua alínea (a) insta reforçar a competitividade das atividades econômicas e financeiras dos Estados-Membros, no quadro de um mercado aberto, competitivo, um ambiente legal racionalizado e harmonizado. No mesmo Artigo 04 na alínea (d), o tratado aborda o objetivo da coordenação das políticas setoriais comum, a implementação das ações conjuntas nas diferentes áreas: recursos humanos, uso da terra, transportes e telecomunicações, meio ambiente, agricultura, energia, indústria e mineração (UEMOA, 2003).

A integração regional destes países constitui um marco na luta contra diferentes problemas em comum e passa a ser visto como um instrumento que pode ajudar na resolução destes problemas. Mas a integração não é algo recentes nestes países, principalmente aqueles que foram colonizados pela França. Porém, a sua relevância acentuou-se sobretudo depois dos anos 60 (com a independência da maioria dos países africanos), atingindo o seu auge nos anos 1990 com o agravamento dos indicadores econômicos e nível crítico de desenvolvimento humano na África subsaariana (NSOULI, 1989; PEREIRA, 2012).

No entanto, ocorreu fortemente sobre os países da África Subsaariana quatro fenômenos importantes, num período razoavelmente curto, entre 1960 e 1990, que mudou a sua dinâmica de desenvolvimento: a) As independências da maioria dos países; b)



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



Programas de Ajustamento Estrutural nos anos 1980; c) Liberalização do comércio internacional que forçou abertura dos mercados africanos; e, d) As integrações regionais como a forma de redimir abertura de mercado sem condições interna para tal (NOBRE, 2007; PEREIRA, 2013).

No caso dos programas de ajuste ocorreram grandes mudanças, positivas e negativas, na conjuntura econômica em 1985-88. Do lado positivo, em 1985 deu-se o término da seca na África e permitiu o crescimento acima de três por cento em vários países da região. Do lado negativo, a África subsaariana apresentou uma queda de cerca de 20% em suas relações de troca em 1986-88. Este efeito pode ser relacionado também com abertura de mercado que, em maior parte, beneficiou os países mais industrializados e prejudicou os mais pobres (NSOULI, 1989; NOBRE, 2007).

Por outro lado, a integração permitiu constatar sinais de uma outra dinâmica interna, vinda dos próprios africanos, um compromisso dos africanos para uma África mais estável, mais equitativa, com olhar para inserir-se na economia global. Segundo Correia (2013), há uma visão mais centrada nos países e que devem apresentar margem de autossuficiência na produção alimentar, não depender excessivamente das importações, no abastecimento do mercado interno.

O certo é que nos países da UEMOA a agricultura é praticada ainda num sistema de subsistência, mesmo que se conste que a produção é diversificada e visa melhorar as condições de vida da população. Há a intenção, dos dirigentes destes países, de dinamizar as organizações dos produtores residentes nas áreas rurais. Talvez seja algo parecido a ideia defendido no Brasil por Ferrera de Lima (2010), de que o fenômeno social deriva da forma como os grupos sociais organizam seus meios de produção, seu consumo e a maneira como gerenciam sua vida em sociedade. Isto tudo também é influenciada pelas características geográficas, ou seja, as naturais.

A UEMOA conta com a Política Agrícola Comum (PAU), que dissemina seus objetivos em diferentes projetos agrícolas, com a finalidade de contribuir para o melhoramento da segurança alimentar na região. Os países apresentaram um crescimento na produção de cereais em 2016 (em relação a 2015), segundo os dados da FAO: o Senegal



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



apresentou 84%, a Guiné-Bissau com 28% e Mali e Burkina Faso tiveram a safra acima das suas médias (8% e 4,5% respetivamente), o Níger teve aumento de 4,6%, o Benin aumentou 2% e Togo 6% (FAO, 2016). Mas, existe preocupação como mostra Machado (2012), que a produtividade agrícola ainda é mais baixa em comparação com os países de outros continentes, fato que é considerado como maior entrave no desenvolvimento da agricultura africana.

É neste contexto que este artigo busca analisar a localização e a especialização produtiva das atividades agrícolas nos países membros da UEMOA. Partindo do pressuposto que a diversificação da especialização produtiva permitem garantir uma maior diversidade de exportações, aumento da renda local e dinamização do processo de desenvolvimento regional.

Assim, este trabalho está dividido em cinco pontos incluindo esta introdução. O segundo é o referencial teórico com as principais teorias sobre localização produtiva. O terceiro descreve os métodos e metodologia utilizados. O quarto ponto discorre sobre as 15 maiores atividades produtivas desenvolvidas nos países da UEMOA. O quinto ponto são as considerações finais do trabalho.

TEORIAS DE LOCALIZAÇÃO PRODUTIVA

As teorias a respeito da localização produtiva são diversas. Os mais conhecidos e difundidos são os considerados, pela academia, como os clássicos. O pioneiro é Von Thunen (em 1826) com trabalhos a respeito da localização da produção agrícola, seguido por Alfred Weber (em 1909), Walter Christaller (em 1933), August Losch (em 1940) e Walter Isard (em 1956-1973).

Van Thunen (em 1826) apontou que a localização das atividades agrícolas dependia da combinação da qualidade produtiva da terra, da distância do mercado e dos custos de transporte. Por outro lado, Alfred Weber (em 1909) focalizou seu trabalho na localização industrial e sublinhou a importância do custo de transporte de matérias-primas e produtos acabados em relação ao mercado consumidor, concluindo que é importante a localização da



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



mão de obra e as economias de aglomeração para o desenvolvimento da região – fatores até então relativamente negligenciados (WEBER, 1929; POLÉSE, 1998).

Na década de 1930, Christaller (em 1933) explicou os fatores que determinavam a concentração urbana, por hierarquias da população, do comércio e dos serviços. Quanto maiores os centros urbanos, mais sofisticados e diversificados seriam os serviços e comércio disponíveis, de forma que as cidades maiores abasteceriam as menores, ligadas por redes de transporte, e um serviço administrativo que controlava as ações formando uma região de atuação do polo. Losch (em 1940) reuniu as teorias anteriores, e mostrou que as atividades econômicas se localizavam nas dependências do mercado e, desta forma, o mercado seria um plano homogêneo ao longo da qual os consumidores seriam distribuídos de forma equitativa (LIBERATO, 2008; ALBERGARIA *et al.*, 2009; RIPPEL e FERRERA DE LIMA, 2009).

Toda via, o último neste grupo dos teóricos da localização é o Walter Isard (em 1956), conhecido pela sintetização das teorias e por fazer a integração do modelo de Von Thunen com a microeconomia, principalmente, a maximização de lucro e minimização de custo, tendo sido também o pioneiro na difusão dos estudos regionais (POLÉSE, 1998). Estes autores foram reconhecidos por suas teorias relacionadas à localização das atividades. Porém, quando se analisa a importância de determinada atividade produtiva no território, as teorias mais importantes surgem a partir da década de 1940.

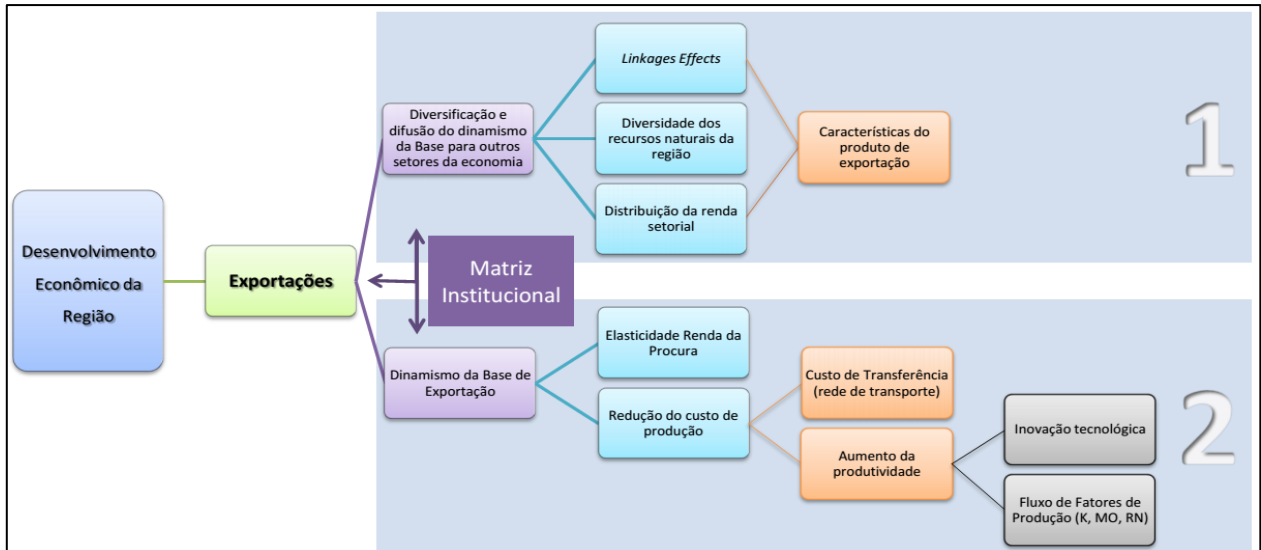
Um dos autores mais importantes foi Douglass C. North (1955). Ele considerou a exportação como a base fundamental para o desenvolvimento das regiões, com as vantagens locais agrícolas e criou a teoria da base de exportação. Com a sua teoria, ele fundamenta que a produção e a exportação agropecuárias são as atividades produtivas importantes no início do *take-off* da periferia capitalista (PAIVA, 2006). Uma síntese de sua teoria e dos reflexos da base de exportação numa região são apresentados pela Figura 1.



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



Figura 1- A base de exportação e seus fatores condicionantes, segundo Douglass North



Fonte: Alves (2016) adaptado de Schwartzman (1975) e Piffer (2009).

Para North (1955), o produto de exportação é fundamental para o crescimento de uma região, em consequência, do desenvolvimento do país. A região deve, inicialmente, conhecer seu potencial e criar mecanismos técnicos para os produtos de exportação e, com isso, fortalecer sua base de exportação. Para North (1977) e Alves (2016) as atividades primárias de subsistência, como extração, produção de cereais e pecuária, permitem o processo de desenvolvimento inicial das regiões, sendo que o sucesso da base de exportação pode gerar novas bases e novas vantagens comparativas. Conforme mostrou a Figura 1, uma característica importante nesse processo é o investimento e utilização de novas tecnologias, e quanto mais a base de exportação for diversificada, permitirá uma alternativa de desenvolvimento mais consistente e sustentável (PAIVA, 2006; SOUZA, ALVES e PIFFER, 2014; ALVES e ANELI, 2013).

Para Kon (1999), na fase de reorganização da economia rural para industrial, de forma geral, as principais mudanças acontecem em direção ao setor terciário, ocorrendo com mais ênfase no emprego e não no produto, ou seja, o setor primário continua a ser um dos mais importantes na formação do valor adicional, mas não na geração de empregos.



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA

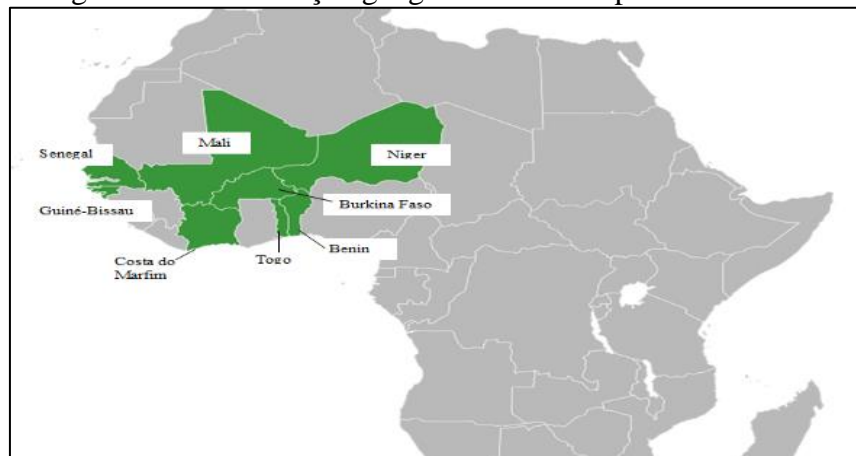


Assim como apontado na Figura 1, a participação das instituições é de suma importância nesse processo. Ferrera de Lima (2010) reforça esta característica quando analisa o desenvolvimento local, além do importante papel da cultura e do pensamento produtivo local, que são características diferenciadores dos processos de desenvolvimento e do dinamismo das regiões.

PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

Este artigo se utiliza de dados secundários, do Valor Bruto da Produção (VBP), coletados da base de dados da FAOSTATS, para os anos de 2000 e 2016, para os oito países que constituem a UEMOA (: Benin, Burkina Faso, Costa do Marfim, Guiné-Bissau, Mali, Níger, Senegal e Togo) destacados na Figura 2.

Figura 2 - A localização geográfica dos oito países da UEMOA



Fonte: adapta da UEMOA.

As atividades a serem analisadas são as 15 principais quando se analisa o VBP da UEMOA como um todo, sendo elas: amendoim com casca (cc), arrozal, carne indígena (gado), carne indígena (porco), castanha de caju com casca (cc), ervilhas secas, feijão seco,



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



fiapos de algodão, grãos de cacau, inhame, leite (fresco), mandioca, milho, painço, sorgo e ‘demais atividades’.

Para identificar a espacialização das atividades e a especialização produtiva dos países da UEMOA utilizou-se os seguintes indicadores de análise regional: o Quociente Locacional (QL), o Coeficiente de Localização (CL), Coeficiente de Redistribuição (CR), Coeficiente de Especialização (CE) e o Coeficiente de Reestruturação (CReest). Como assinala Delgado e Godinho (2011), estas medidas são de natureza descritivas, facilitando a caracterização das atividades, e o nível de especialização/diversificação das estruturas produtivas que apresenta.

O Quociente Locacional (QL) compara a participação percentual do VBP de um setor de um dado país com a participação percentual do mesmo setor da UEMOA.

Segundo Simões (2005) e Silva (2013), o QL¹³ é utilizado geralmente em diagnóstico iniciais para políticas de descentralização industrial de um determinado país e para caracterizar o padrão regional da distribuição espacial. A sua formula de cálculo é assim apresentado:

$$QL_{ij} = \frac{E_{ij} / \sum_i E_{it}}{\sum_j E_{ij} / \sum_i \sum_j E_{ij}} \quad (1)$$

Em que: E_{ij} = Valor Bruto da produção da atividade i do país j ; $\sum_i E_{it}$ = Total do Valor Bruto da Produção do país j ; $\sum_j E_{ij}$ = Valor Bruto da Produção da atividade i na UEMOA; $\sum_i \sum_j E_{ij}$ = Total de Valor Bruto da Produção na UEMOA.

Os resultados do QL variam de zero (0) ao infinito, sendo que quando forem maiores do que a unidade (1) serão considerados como uma atividade de grande especialização para o país sob análise. Conforme destacam Delgado e Godinho (2011), quando os $QL > 1$ mostrará um nível de concentração relativamente elevado num

¹³ Para Alves (2016), é comum a utilização do QL por diferentes autores e países, como: North (1977), Blakely e Leigh (em 2010) dos Estado Unidos; Delgado e Godinho (2011) de Portugal; Haddad (1989) e Lodder (em 1974) do Brasil, vistos como pioneiros; e outros que utilizam o QL em seus estudos, como Suzigan, Garcia e Furtado (em 005), Ferrera de Lima (em 2006), Paiva (em 2006) e Alves (em 2012).



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



determinado país, isso não significa que tal país seja a mais significativo no setor, mas apenas este país constitui um polo de concentração deste setor.

O Coeficiente de Localização (CL) permite identificar o grau de dispersão relativa das atividades econômicas, de forma a selecionar aquelas que teriam menor tendência à concentração num dado espaço, para tal, o uso das políticas de diversificação. Quanto mais próximo de 0, o setor estará distribuído regionalmente de forma semelhante ao conjunto de todos os setores, e quanto mais próximo a 1 o setor será considerado espacialmente concentrado. No caso deste artigo, utilizaram-se as seguintes condições para a análise de CL: setores com baixo (de 0,0000 a 0,2999), médio (de 0,3000 a 0,4999) e alto (de 0,5000 a 0,7000) CL.

$$CL_i = \frac{\sum_i (|j^e_i - j^e|)}{2} \quad (2)$$

Em que: j^e_j = a distribuição percentual do VBP no país j ; j^e_i = distribuição percentual do VBP setorial entre os países.

O Coeficiente de Redistribuição (CR) analisa se a distribuição espacial do VBP da atividade i se alterou no período de análise. Sua análise permite compreender se existe um padrão de concentração ou dispersão espacial ao longo do período estudado. Se próximo de 0 não terão ocorrido mudanças significativas no período analisado e se próximo a 1 as mudanças terão sido expressivas.

$$CR_i = \frac{\sum_J (|Ano1_{j^e_i} - Ano2_{j^e_i}|)}{2} \quad (3)$$

O Coeficiente de Especialização (CE) analisa se as estruturas produtivas dos países da União são similares à estrutura produtiva da UEMOA como um todo. Se esta for próximo de 0 o país da região possui composição setorial semelhante à da UEMOA e, se for próximo de 1 o país apresentará diferenciação, sendo que as mudanças podem ser



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



justificadas pela elevação de grau de especialização em atividades ligadas a um determinado setor ou, simplesmente, estar com uma estrutura de emprego diferente da composição setorial da região da UEMOA.

$$CE_j = \frac{\sum_i (|i^{e_j} - i^e|)}{2} \quad (4)$$

O Coeficiente de Reestruturação (CReest.) identifica padrões regionais de crescimento e avalia a estrutura produtiva ao longo do tempo, ou seja, indica se as estruturas produtivas dos países se alteraram no período de análise do ano 2000 (T0) e 2016 (T1).

$$CReest_j = \frac{\sum_i (|i^{T_0} e_j - i^{T_1} e_j|)}{2} \quad (5)$$

O modo de interpretar os resultados observados é se o valor de CReest. for próximo de 0 considera-se que não houve mudanças na composição setorial do país, e se for próximo de 1 indica que ocorreram mudanças significativas.

A DINÂMICA DAS ATIVIDADES AGROPECUÁRIA

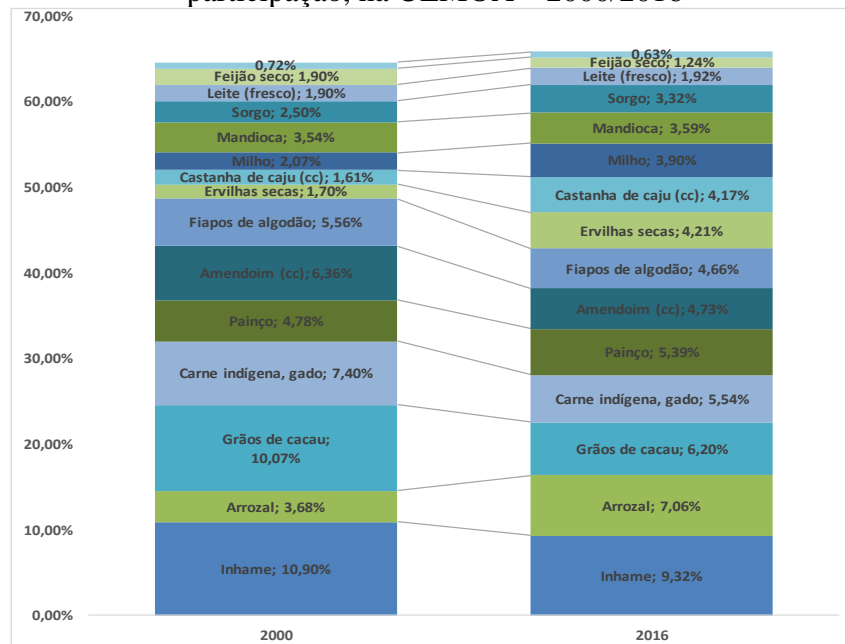
Quando se analisa as 15 atividades agropecuárias mais importantes na região da UEMOA nos dois anos (2000 e 2016) percebe-se que o valor bruto de produção mostravam-se concentrado num (ou em poucos) dos produtos agrícola quando se analisam os países individualmente, mas a região no todo, se mostrava diversificada. O Gráfico 1, apresenta a participação de cada uma das 15 atividades em relação ao total do VBP da UEMOA.



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



Gráfico 1 – Valor Bruto da Produção das 15 principais atividades agropecuárias, por participação, na UEMOA – 2000/2016

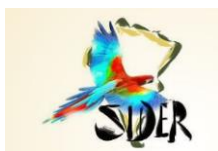


Fonte: Resultados da Pesquisa (2018).

Percebe-se que as atividades mais importantes em 2000 eram Inhame (10,90%), Grãos de cacau (10,07%), Carne de Gado (7,40%) e Amendoim com casca (6,36%), sendo que Carne de gado, Grãos de cacau, Amendoim, perderam participação quando se verifica o ano de 2016, e a Arroz, Painço, Ervilhas secas e Milho ganharam participação no total do VBP da UEMOA.

Quando se analisa os resultados do quociente locacional mostram como os países se diferenciam em relação as atividades de maior importância, sendo que em 2000, a maioria dos países apresentavam as atividades com quatro ou mais QIs maiores que 1, ressaltando certa diversificação produtiva em relação ao VBP.

O Mali foi o país com maior número dos QIs (8), que sinaliza a diversificação das atividades produtivas na economia maliana. O Mali é seguido por Burkina Faso com 7 QIs, e os outros três países com seis QIs, Benin, Níger e Senegal, como mostra a Tabela 1.



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



Tabela 1 – Quociente locacional das 15 principais atividades agropecuárias, na UEMOA – 2000/2016

BENIN		BURKINA FASO		COSTA DO MARFIM		GUINÉ-BISSAU		MALI		NÍGER		SENEGAL		TOGO	
2000	2016	2000	2016	2000	2016	2000	2016	2000	2016	2000	2016	2000	2016	2000	2016
0,52	0,47	0,87	1,20	0,09	0,15	0,59	1,08	0,60	0,69	0,47	1,03	6,27	4,21	3,48	4,24
0,23	0,40	0,56	0,50	0,84	0,96	3,28	1,86	2,47	2,13	0,27	0,03	1,28	2,15	0,61	0,36
0,38	0,53	2,31	1,41	0,11	0,21	0,67	0,83	1,49	1,69	2,90	1,81	1,36	1,04	0,14	0,08
0,49	0,45	3,08	2,98	0,24	0,24	9,27	9,40	0,18	0,12	0,18	0,09	1,64	1,73	5,11	6,42
1,32	0,95	0,24	0,62	0,62	1,75	16,12	8,21	0,03	0,67	0,00	0,00	0,32	0,09	6,68	1,23
0,00	0,00	1,83	1,81	0,00	0,00	0,00	0,01	0,87	0,23	3,06	3,79	0,78	0,30	6,21	2,69
1,65	1,78	0,00	0,00	0,12	0,26	0,00	0,00	3,17	1,69	0,15	0,23	0,00	0,00	5,93	8,34
2,39	1,14	2,01	3,05	0,82	0,55	0,13	0,12	1,14	1,39	0,07	0,02	0,19	0,21	0,70	2,07
0,00	0,00	0,00	0,00	2,59	3,38	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,34	0,45
2,49	3,01	0,09	0,04	1,87	2,23	0,00	0,00	0,02	0,06	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,08
0,76	0,67	0,88	0,78	0,08	0,07	7,68	6,20	1,50	0,95	2,62	2,05	1,38	1,23	0,56	2,70
4,24	4,54	0,01	0,01	1,11	1,28	0,36	0,39	0,02	0,07	0,29	0,10	0,33	0,75	0,76	1,03
3,14	1,81	2,10	2,15	0,71	0,34	0,72	0,05	0,65	1,98	0,02	0,03	0,45	0,70	0,70	0,38
0,08	0,03	1,99	1,33	0,03	0,03	0,33	0,12	1,27	1,18	3,76	3,13	1,90	1,27	0,00	0,00
0,58	0,22	4,52	3,02	0,04	0,03	0,53	0,20	1,53	1,25	1,34	2,00	0,74	0,46	0,72	0,53
0,63	0,78	0,87	0,86	1,06	0,97	0,72	0,63	1,35	1,14	1,17	1,19	0,73	1,15	0,68	0,61

Fonte: Resultados da Pesquisa (2018).

O Senegal diferente do Mali, mostrou uma concentração em um dos produtos, o Amendoim com casca que apresenta QL de 6,27, mesmo tendo apresentado outros 5 QLs com valores inferiores, porém maiores que 1.

O Togo apresentou 5 QLs, mas com uma concentração dos valores bem elevado, e é único país com 5 atividades com QLs entre 5,11 e 6,68. Os outros dois países, Costa do Marfim e a Guiné-Bissau ambos com 4 QLs. No entanto, a Guiné-Bissau na semelhança do Togo, nas suas atividades, principalmente a Castanha de caju com casca teve QL de 16,12 e da Carne suína com 9,27. Vale considerar, neste caso, o ano de 2000, como o ano em que os países da UEMOA concentraram suas atividades produtivos na produção de Carnes Bovino e Suína, Leite de Vaca fresca e Painço. São produtos com QLs acima de 1 em quatro países da UEMOA.

Diferente 2000, em 2016 os países aumentaram número QLs, exceto dois países dos oito da comunidade: Benin que no ano anterior (2000), tinha 6 QLs ficou com 5 e Costa de Marfim permaneceu com seus 4 QLs a semelhança de 2000. Portanto, há três países com 8 QLs e dois com 7, a Guiné-Bissau é o único com 5 QLs. No certo ponto, pode se considerar



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA

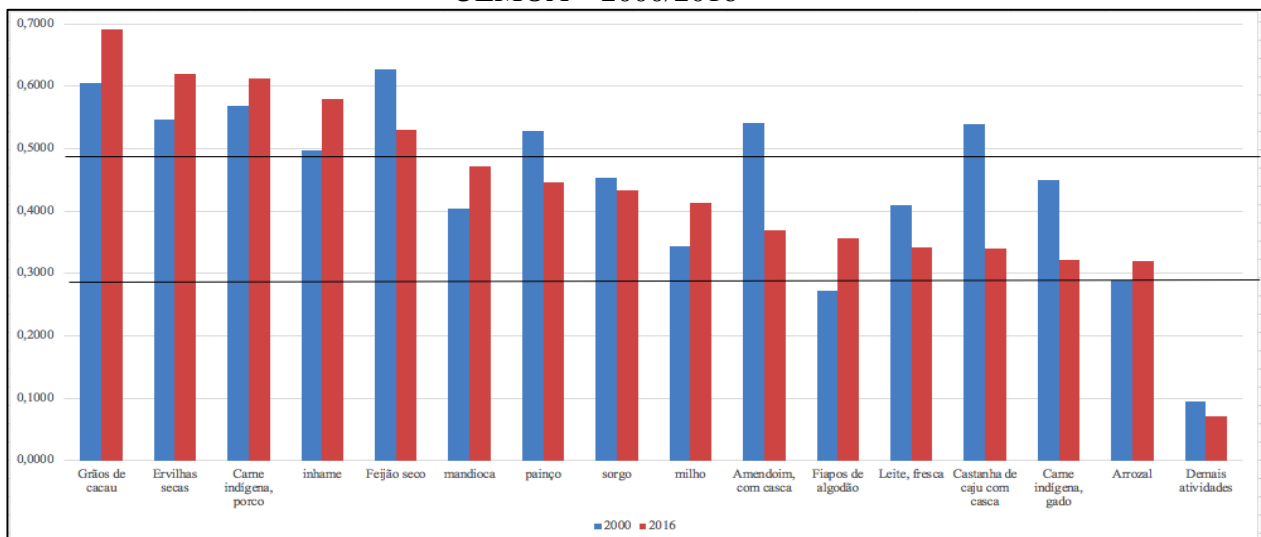


o Togo como o país com maior diversificação. Outro país com desempenho semelhante ao Togo, é Burkina Faso, também com oito QLs maiores que um (1).

O ponto central nesta análise de QL é a diversificação produtiva na atividade agropecuária da região. Deve-se ressaltar como questão relevante na atividade agropecuária da UEMOA, o clima, em especial a chuva. Em alguns países, como Mali, Níger e Senegal, parte dos seus territórios estão no início do deserto de Saara. Deferente dos outros como Benin, Burkina Faso, Costa do Marfim, Guiné-Bissau e Togo, estes gozam de um clima tropical, com bastante chuva no ano, possibilitando a produção em diferentes períodos do ano.

Quando se analisa o Coeficiente de Localização (CL), os resultados estão apresentados no Gráfico 2.

Gráfico 2 – Coeficiente de localização das 15 principais atividades agropecuárias, na UEMOA – 2000/2016



Fonte: Resultados da Pesquisa (2018).

Em 2000, três atividades apresentaram valores de CL baixo, Arroz e Fiapos de algodão, e as Demais atividades. Estas foram as atividades com melhor distribuição espacial entre os países da UEMOA. Na faixa de distribuição intermediária, seis atividades se classificaram: Carne bovina; Inhame; Leite de Vaca Fresca; Mandioca; Milho e Sorgo.



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



As atividades mais concentradas espacialmente, com CLs entre 0,500 a 0,700, foram Amendoim com Casca; Carne suíno; Castanha de caju com casca; Ervilhas secas; Feijão seco; Grãos de Cacau e Painço.

Neste grupo, vale citar a concentração que existe nas seguintes atividades: Amendoim com casca do Senegal (19,95 % de concentração), Castanha de caju com casca da Guiné-Bissau (34,22 % de concentração) e Grãos de cacau da Costa de Marfim (20,94 % de concentração). Para todos esses países e atividades os QLs foram maiores do que 1, reforçando a especialização produtiva existente nesses territórios.

Da mesma forma que em 2000, em 2016, a faixa dominante foi a média, com dez atividades: Amendoim com casca; Arroz (este que no ano 2000 constava na faixa baixa); Carne bovina; Castanha de caju com casca; Fiapos de algodão (também em 2000 estava na faixa baixa); Leite de vaca fresca; Mandioca; Milho; Painço e Sorgo. Pela literatura são considerados as atividades nesta faixa as que apresentam a localização relativamente independente, como caso dos alimentos.

Cinco atividades se enquadraram na terceira faixa: Carne suína; Ervilhas secas; Feijão seco; Grão de cacau e Inhame. A maioria deles são produtos direcionados ao consumo local e só Grão de caco é produto cujo seu destino maior é a exportação. No entanto, alguns produtos aumentou o CL, caso de Arroz (de 0,2887 para 0,3196), Carne suína (de 0,5685 para 0,6124), Ervilhas secas (de 0,5467 para 0,6202), Fiapos de algodão (de 0,2716 para 0,3568), Grãos de cacau (de 0,6049 pra 0,6909), Inhame (de 0,4967 para 0,5786), Mandioca (de 0,4046 para 0,4719) e Milho (de 0,3426 para 0,4127). Esse aumento indicam a tendência a se concentrar mais espacialmente.

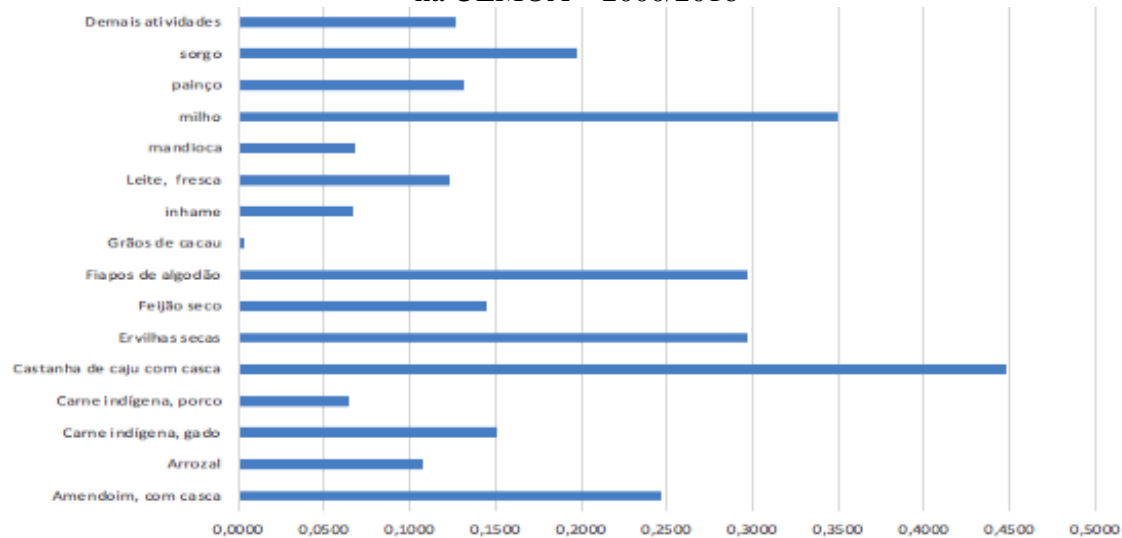
Quando se analisa o período como um todo, é possível constatar através do Coeficiente de Redistribuição (CR), as atividades que mais se redistribuíram e mais se concentraram, conforme mostra o Gráfico 4.



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



Gráfico 4 – Coeficiente de Redistribuição (CR) das 15 principais atividades agropecuárias, na UEMOA – 2000/2016



Fonte: Resultados da Pesquisa (2018).

A atividade que menos apresentaram mudanças espaciais foram Grãos de Cacau (com grande concentração na Costa do Marfim), seguido por três outras atividades (Mandioca, Inhame e Carne de suíno) com grande concentração em Costa do Marfim e Benin.

Por outro lado, as atividades que mostraram mudanças espaciais mais significativas foram a Castanha de caju com casca, Milho, Fiapos de algodão e Ervilhas secas. No caso da Castanha de caju com casca a mudança ocorreu devido a distribuição espacialmente nos países que foi sinalizado também no $QL > 1$ em três países dois períodos de análise. No caso do milho com casca a mudança ocorreu devido a sua distribuição espacialmente em todos os países da UEMOA, também no análise de $QL > 1$, foi apresentado em 2000 em dois países e em 2016 em três deles.

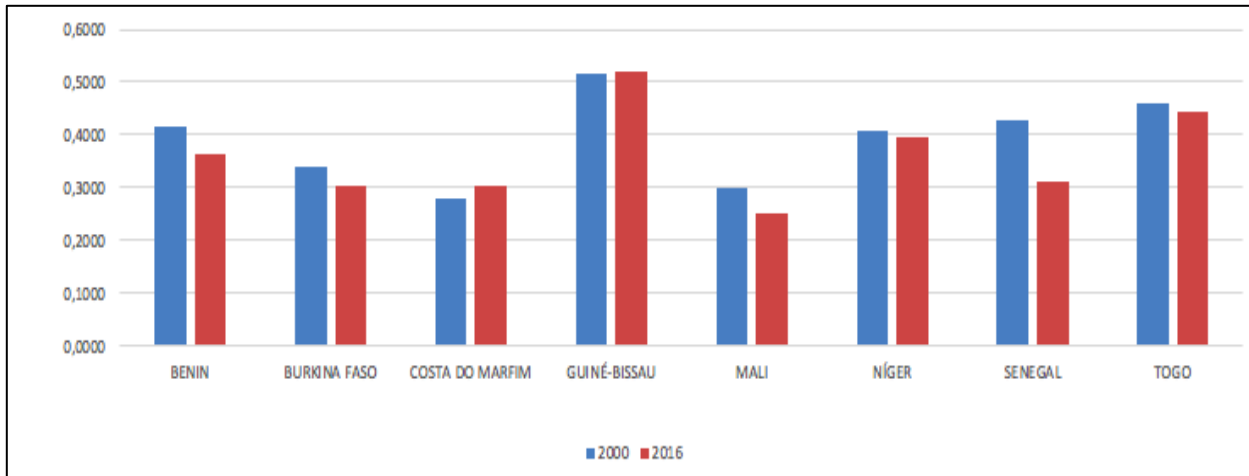
De forma a sintetizar a estrutura produtiva dos países da UEMOA o coeficiente de especialização apresenta resultados bastante interessantes. O Gráfico 3 de CE faz sintetiza esses resultados.



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



Gráfico 3 – Coeficiente de Especialização das 15 principais atividades agropecuárias, na UEMOA – 2000/2016



Fonte: Resultados da Pesquisa (2018).

Percebe-se que nenhum dos valores foi próximo a zero. Isso mostra que os países são bastante diferentes entre si quando se analisa suas estruturas produtivas em relação ao VBP. Em 2000, os valores mais próximos de zero, foram 0,2788 da Costa do Marfim e 0,2991 do Mali, e o maior valor foi de 0,4617 do Togo. Em 2016 não houve mudanças significativas em relação ao CE, sendo que Benin, Mali e Senegal foram os que apresentaram maiores mudanças e todos com diminuição dos valores, indicando uma maior diversificação das estruturas produtivas destes países. Os valores explicam que os países da região possuem composição setorial diferenciado à da UEMOA, devido as mudanças que podem ser justificadas pela elevação de grau de especialização em atividades ligadas a um determinado setor ou, simplesmente, estar com uma estrutura de emprego diferente da composição setorial da região da UEMOA (Caso de Grãos de cacau da Costa do Marfim).

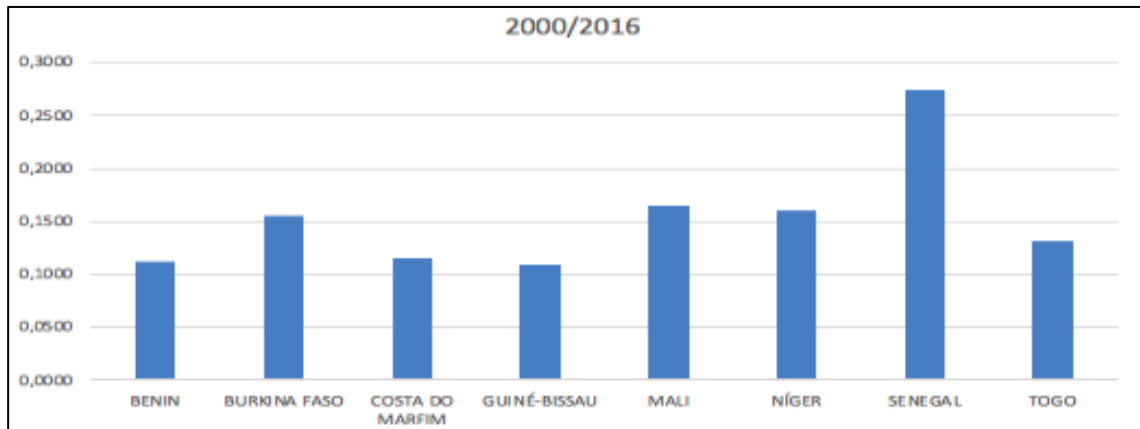
O Coeficiente de Reestruturação (CReest.) mostra os países que apresentaram maiores mudanças em suas estruturas produtivas, sendo os resultados colocados no Gráfico 5.



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



Gráfico 5 – Coeficiente de Reestruturação (CReest.) das 15 principais atividades agropecuárias, na UEMOA – 2000/2016



Fonte: Resultados da Pesquisa (2018).

O país com o menor valor de CReest. foi a Guiné-Bissau, com 0,108 e o país com maior valor foi o Senegal, com 0,274. Guiné-Bissau foi o país onde ocorreram menos mudanças. E o Senegal foi o país que apresentou mudanças, mesmo tendo sido pequenas. Neste caso, podemos usar os valores de $QL > 1$ para explicar as mudanças, em 2000, os QLs eram seis e o maior deles era 6,27, e em 2016, aumentou os QLs para sete e neste ano o maior valor era 4,21. Assim, todos os outros valores de QLs giram em torno de 1 a 2. Isso explica a dispersão das atividades produtiva neste país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do trabalho foi analisar a localização e a especialização produtiva por meio de Valor Bruto da Produção (VBP) das 15 principais atividades nos países da União Económica e Monetária do Oeste Africano, nos anos de 2000 e 2016.

Percebe-se que as atividades mais importantes dos países da UEMOA em 2000 eram Inhamé, Grãos de cacau, Carne de Gado e Amendoim com casca, já em 2016, eram Arroz, Painço, Ervilhas secas e Milho que ganharam participação no total do VBP na UEMOA.



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



Quando se analisa a participação destas mesmas atividades nos países, percebe-se que poucas são as atividades que possuem participação maior que a da UEMOA como um todo e, ao mesmo tempo, alta participação no país individualmente, de pelo menos 10,00%. No ano 2000, a atividade de produção de gado teve sua presença em mais países (4) o Níger, Burkina Faso, Mali e Senegal. Em 2016, a produção de Arroz foi a atividade com a presença em mais países (3) na Guiné-Bissau, Mali e Senegal.

Na análise de QL constatou-se que, em 2000, os países da UEMOA concentraram suas atividades produtivas na produção de Carnes Bovino e Suína, Leite de Vaca fresca e Painço. São produtos com QLS acima de 1 em quatro países da UEMOA. E, em 2016 os países aumentaram número QLS, e o ponto central nesta análise de QL nos dois períodos no intervalo de 16 anos, evidencia a diversificação produtiva na atividade agropecuária da região.

Assim, outra constatação se refere a concentração de certas atividades de agropecuária em alguns países, como Grãos de Cacau (Costa do Marfim), Mandioca, Inhame e Carne de suíno, também na Costa do Marfim e no Benin. Por outro lado, haviam as atividades com efetivas mudanças sem grande concentração são: a Castanha de caju com casca; Milho, Fiapos de algodão e Ervilhas secas. São atividade, em todo caso, distribuídos espacialmente pela maioria dos países da UEMOA.

Na análise de CE, a Guiné-Bissau foi país que apresentava valores muito próximo de um (1) indicando assim a sua estrutura produtiva não similar á macrorregião UEMOA. Esta análise pode ser confirmada quando se observa o CReest. De certo modo, nos outros países da União era possível encontrar sinais de mudanças, a Guiné-Bissau foi o único onde praticamente se considera a inexistência das mudanças.

O certo é que a atividade agrícola é a mais importante para a UEMOA, e a existência desta integração entre os oito países possibilita um planejamento conjunto em busca do desenvolvimento de uma base econômica consolidada e diversificada, que seja criada cadeias produtivas, gerando efeitos multiplicadores e efeitos de encadeamento fortes e diversificados, que dependem fortemente do papel das instituições e da evolução em como o processo é planejado e aplicado.



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



REFERÊNCIAS

ALBERGARIA, H.; RIBEIRO, J.C.; CARBALLO-CRUZ, F.; PONTES, J. P.; FIGUEIREDO, O. GUIMARÃO, P. A teoria de localização. In. COSTA, J. S.; KIJKAMP, P. **Compêndio de economia regional – volume I teoria, temática e política. Principia.** Novembro, 2009.

ALVES, L. R.; ANELI, A. C. S. Análise espacial da produtividade da agropecuária no estado do paraná – brasil (1970, 1996 e 2007). **REDES - Rev. Des. Regional**, Santa Cruz do Sul, v. 18, n. 3, p. 38 - 61, set/dez 2013.

ALVES, Lucir Reinaldo. **Reestruturação produtiva e desenvolvimento local -o caso do Município de Toledo, Estado do Paraná, Brasil.** Tese (Doutorado em Geografia, especialidade em Planejamento Urbano e Regional). Universidade de Lisboa, Instituto de Geografia e Ordenamento do Território, 2016.

CORREIA, A. M. A Agricultura Familiar versus Agricultura de Subsistência no âmbito da segurança alimentar no espaço dos países da CPLP. Apresentada na oficina de Segurança Alimentar e nutricional da CPLP na World Mutition Rio 2012. Instituto Superior de Agronomia, 2013.

DELGADO, A. P.; GODINHO, I. M. Medida de localização das atividades e de especialização regional. In. COSTA, J. S.; DENTINHO, T. P.; Nijkamp, P.(Orgs). **Compêndio de Economia Regional- Volume II: métodos e técnicas de análise regional.** Caisais: Prícipia, 2011.

DJALÓ, A. M. M. **Regionalização como busca de alternativas na África pós-colonial: a Guiné-Bissau e a União Econômica e Monetária da África Ocidental (UEMOA).** 110. p Monografia submetida ao curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito obrigatório para obtenção do grau de Bacharelado. Florianópolis, 2010.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). **Crop Prospects and Food Situation.** N. 1, Mar. 2016.

FERRERA DE LIMA, J. Integração e desenvolvimento regional: elementos teóricos. **Revista do Centro de Educação e Letras da Unioeste - campus de foz do Iguacu** v. 12 nº 1 p. 1º semestre de 2010.

FERNANDES, J. A. **A Integração econômica como estratégia de desenvolvimento do continente africano: proposta de fusão entre a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) e a União Econômica e Monetária da África**



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



Ocidental (UEMOA). 181. p. Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Florianópolis, SC, Abril de 2007.

FERNANDES, L. N. Economia política da integração regional na África Ocidental: a União Econômica e Monetária do Oeste Africano (UEMOA) como estratégia para o desenvolvimento regional. Tese submetido ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, Porto Alegre, 2011.

LIBERATO, R. de C. Revisando os modelos e as teorias da análise regional. Caderno de Geografia, Belo Horizonte, v. 18, n. 29, p. 127-136, 2o sem. 2008.

MACHADO, L. W. **As grandes potências em direção aos recursos naturais subsaarianos: participação nos conflitos locais**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ. Brasil, Jun. 2012.

HADDAD, Paulo R. **Medidas de Localização e Especialização**. In: Haddad, Paulo Roberto (Org.). Economia regional: teorias e métodos de análise. Fortaleza, CE: BNB, 1989.

NOBRE, F. de La V. R. De Portugal sobre a realidade africana: o ponto de vista de Fernando Nobre. Bamako e Djourou. Abril, 2007. IN. COLOQUIO: Pobreza, Dívida Externa e as três Instituições Irmãs FMI, OMC E BANCO MUNDIAL. Ciclo Internacional de Cinema, Debate e colóquios na FEUC 2006 - 2007.

NORTH, Douglass C. Location Theory and Regional Economic Growth. Journal of Political Economy, Vol. 63, No. 3, Jun. 1955, pp. 243-258.

NORTH, Douglass C. **A agricultura no crescimento econômico regional**. In: SCHWARTZMAN, Jacques. Economia Regional: textos escolhidos, Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1977.

NSOULI, S. M.. Ajuste estrutural na África subsaariana: Questões de políticas e desafios para os anos 90. Finanças & Desenvolvimento, Set.1989.

PAIVA, Carlos A. Desenvolvimento regional, especialização e suas medidas. **Indic. Econ. FEE**, Porto Alegre, v. 34, n. 1, p. 89-102, jul. 2006.

POLÈSE, Mario. **Economia Urbana e Regional**: lógica espacial das transformações econômicas. Coimbra-PT: APDR, 1998.

PEREIRA, J. M. Direito Comunitário Material e Integração Sub-Regional: Contributo para o Estudo das Mutações no Processo de Integração Económica e Monetária na África



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



Ocidental. Doutorado em Ciências Jurídico - Económicas (Especialidade de Direito Comunitário), Universidade de Lisboa, 2012.

PEREIRA, J. M. M. O Banco Mundial e a construção política dos programas de ajustamento estrutural nos anos 1980. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 33, nº 65, p. 359-381 – 2013.

PIFFER, Moacir. A Teoria da base econômica e o desenvolvimento regional do estado do paraná no final do século xx. Tese apresentada ao Programa de Pós-Gradua o –Mestrado e Doutorado – em Desenvolvimento Regional. Universidade Santa Cruz do Sul (RS), 03 de julho de 2009.

RIPPEL, R.; FERRERA DE LIMA, J. Polos de crescimento econ mico: notas sobre o caso do estado do Paraná. **REDES**, Santa Cruz do Sul, v. 14, n. 1, p. 136 - 149, jan./abr. 2009.

SILVA, R. G. da. Reestrutura o produtiva e especializa o geográfica na microrregião do agreste de lagarto. **ANOVI**, n  08, set. 2013, p. 140- 157.

Simões, R. F. Métodos de análise regional e urbana: diagnóstico aplicado ao planejamento / Rodrigo Simões. - Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2005.

SOUZA1, C. C. G. DE; ALVES, L. R.; PIFFER, M. Reestrutura o produtiva das mesorregiões do Brasil entre 1985 e 2010. **DRd – Desenvolvimento Regional em debate**. Ano 4, n. 1, p. 110-131, jan./jun. 2014.

WEBER, A. **Theory of the location of industries**. University of Chicado: Chicago, Illinois, 1929.

UEMOA. Portant ouverture, organisation et fonctionnement du guichet agricole au sein du Fonds d'Aide   l'Intégration Régionale (FAIR). Le conseil des ministres de l'union  conomique et mon taire ouest africaine (UEMOA). Dakar: 27 Jan., 2003.



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



**ANÁLISE DIFERENCIAL E ESTRUTURAL PARA TERRA ROXA ENTRE 1990 A
2016: O APL COMO DINAMIZADOR DA SOCIOECONOMIA LOCAL**

DIFFERENTIAL AND STRUCTURAL ANALYSIS FOR PURPLE EARTH BETWEEN
1990 TO 2016: APL AS DYNAMIZER OF LOCAL SOCIETY

Daiane Franciele Staback¹⁴

Priscila Laís Blanck¹⁵

Ednilse Maria Willers¹⁶

SESSÃO TEMÁTICA: ST1 Processos sócio históricos na evolução dos territórios

Resumo: Pretende-se, com este estudo, verificar a evolução constatando se o setor relacionado ao APL foi realmente um setor que desencadeou o dinamismo econômico social para o município de Terra Roxa. A análise do desenvolvimento regional tem sido realizada no sentido de se verificar se o desenvolvimento reflete fatores endógenos ou exógenos à região, a partir da aplicação da metodologia denominada de shift-share. Assim, a pesquisa procurou decompor os componentes do crescimento numa análise descritiva da estrutura produtiva local, identificando os componentes deste crescimento. Para tanto, concentrar-se-á na identificação de quais setores mais contribuíram para a evolução do dinamismo para esse município. Os resultados apontaram a força do APL na estruturação da economia do meio urbano.

Palavras-chave: APL da Moda Bebê. Terra Roxa. Shift-Share. Desenvolvimento Local.

Abstract: The aim of this study is to verify the evolution of whether the sector related to the APL was really a sector that triggered the social economic dynamism for the municipality of Terra Roxa. The analysis of regional development has been carried out in order to verify if the development reflects factors endogenous or exogenous to the region, from the application of the methodology called shift-share. Thus, the research sought to decompose the growth components into a descriptive analysis of the local productive structure, identifying the components of this growth. To do so, it will concentrate on identifying which sectors have most contributed to the evolution of dynamism for this municipality. The results pointed to the strength of the APL in the structuring of the urban economy.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE/Campus Toledo). E-mail: daiane.staback@hotmail.com.

¹⁵ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE/Campus Toledo). E-mail: priscila_lais@hotmail.com.

¹⁶ Doutora em Desenvolvimento Regional e Agronegócio. Professora do Curso de Secretariado Executivo da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Toledo. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Desenvolvimento Regional e Agronegócio (GEPEC). E-mail ednilse26@gmail.com.



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



Keywords: APL of Baby Fashion. Purple Earth. Shift-Share. Local Development.

INTRODUÇÃO

Na análise regional é comum o uso de indicadores para averiguação da realidade socioeconômica local, assim como para testar a validade das teorias explicativas de determinados fenômenos que ocorrem em uma região. Alguns indicadores, como o coeficiente de localização, o de associação geográfica e o de estruturação são obtidos de maneira simples e, justamente por causa disso, são os que mais aparecem na literatura acerca da análise regional.

Mas há outros indicadores que são eficientes quanto como por exemplo o shift-share. A análise shift-share também é conhecida como análise dos componentes de variação, a qual decompõe o crescimento de uma variável, medida em nível regional, em alguns fatores determinantes. Nessa análise, busca-se explicar as diferenças de crescimento entre várias localidades a partir de sua composição produtiva e das vantagens locais que, conforme Silva (2002) podem ser atribuídas às diferenças nos custos de transporte, no custo de aquisição dos insumos, na disponibilidade de fatores de produção no local e na qualidade e quantidade de mão de obra qualificada e capacitada.

É fato que algumas regiões crescem mais que outras por dinâmismos diferentes, sejam locais ou nacionais, além disso, algumas regiões com desempenho abaixo da média nacional podem possuir setores com maior dinamismo econômico. Identificar esses setores pode ser de grande valia, principalmente para o direcionamento de políticas públicas que possam alavancar estes setores dinâmicos o que permitiria aumentar o desempenho da região como um todo.

A análise do desenvolvimento regional tem sido realizada no sentido de se verificar se o desenvolvimento reflete fatores endógenos ou exógenos à região. As inovações realizadas pela chamada indústria motriz aumentam a sua competitividade, o que se reflete nas atividades ligadas, assim, a região torna-se exportadora, como resultado de seu próprio desenvolvimento.



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



O objetivo geral dessa pesquisa foi verificar se o setor relacionado ao Arranjo Produtivo Local (APL de Moda Bebê) foi realmente o setor que desencadeou o dinamismo econômico social no município de Terra Roxa, mesorregião Oeste do Estado do Paraná. O empreendedorismo urbano tem se destacado nos últimos vinte anos capitaneados pelas confecções de Moda Bebê, projetando o município no cenário nacional de confecções (atacado e varejo) de moda bebê até um ano, tendo por diferencial de mercado, enxovais bordados. Várias pesquisas destacam esse dinamismo, como exemplo, pode-se citar: STADUTO, WILLERS, AZEVEDO (2005a), STADUTO, WILLERS, AZEVEDO (2005b) e WILLERS (2006).

De forma mais específica, pretendeu-se estudar o comportamento do dinamismo das indústrias formalizadas no município para averiguar se o APL continua dinâmico quando se analisa o emprego. Para tanto se utilizou subsetor da base de dados do IBGE “subsetor” envolvendo o setor da agropecuária e demais setores da indústria de transformação para verificar se realmente é o APL o mais dinâmico.

A premissa teórica desta pesquisa parte do conceito de Arranjos Produtivo Local definido por Cassiolato e Lastres (2003). Segundo os autores, arranjos produtivos são aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais – com foco em um conjunto específico de atividades econômicas – que apresentam vínculos mesmo que incipientes. Em geral envolvem a participação e a interação de empresas – que podem ser desde produtoras de bens e serviços finais até fornecedoras de insumos e equipamentos, prestadoras de serviços, clientes e outros – e suas diversas formas de representação e associação.

REVISÃO DE LITERATURA

O conceito principal a partir do qual se propõe caracterizar arranjos produtivos locais é o de sistemas de inovação, em suas dimensões supranacional, nacional e subnacional. Um sistema de inovação pode ser definido como um conjunto de instituições distintas que conjuntamente e individualmente contribuem para o desenvolvimento e



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



difusão de tecnologias. Em termos gerais, tal sistema é constituído por elementos (e relações entre elementos) onde diferença básica em experiências históricas, culturais e de língua reflete-se em idiossincrasias em termos de: organização interna das empresas, articulações entre elas e outras organizações, características sociais, econômicas e políticas do ambiente local, papel das agências e políticas públicas e privadas, do setor financeiro, etc.

As vantagens de aglomerações produtivas, levando-se em consideração o processo de concorrência capitalista, foram inicialmente apontadas pelo economista inglês Alfred Marshall (1982), em fins do século XIX, o qual atribuiu às experiências analisadas o conceito de “Distrito Industrial”. Esse conceito foi utilizado para caracterizar as concentrações de pequenas e médias empresas localizadas nos subúrbios das cidades inglesas. A partir da pressuposição de retornos crescentes de escala, Marshall (1982) apontou que as firmas aglomeradas são capazes de se apropriar de economias externas geradas pela aglomeração dos produtores, que não obteriam sucesso caso estivessem atuando isoladamente.

Os retornos crescentes de escala emergem da condição de especialização dos agentes participantes do processo de divisão social do trabalho, propiciando, assim, às unidades envolvidas, ganhos de escala. Nessa perspectiva, Marshall (1982) apontou três tipos básicos de economias externas oriundas da especialização dos agentes produtivos concentrados geograficamente: o primeiro se refere à presença de economias externas locais, que é a possibilidade de transbordamento (spill-overs) de conhecimento e tecnologia. Essa proximidade facilita a circulação de informações e de conhecimentos, fomentando o processo de aprendizado¹⁷ local. A segunda forma de economia externa diz respeito à atração de fornecedores especializados em setores e segmentos da indústria e serviços ligados à atividade principal mantida no aglomerado produtivo. Por fim, a economia externa mais citada na literatura se refere à qualificação e ao treinamento de mão-de-obra, chamado por Marshall de aptidão hereditária: "Os segredos da profissão deixam de

¹⁷ O termo aprendizado se refere principalmente ao conhecimento tácito transferido entre pessoas ligadas à mesma atividade econômica sobre tarefas específicas do seu cotidiano.



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



ser segredos, e, por isso dizem, ficam soltos no ar, de modo que as crianças absorvem inconscientemente grande número deles" (MARSHALL, 1982, p. 234).

Segundo Lemos (2003, p. 80-81.):

O termo Arranjos Produtivos Locais pode ser definido como aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais, com foco em um conjunto específico de atividades econômicas e que apresentam vínculos e interdependência. Já os Sistemas Produtivos e Inovativos Locais são aqueles Arranjos Produtivos cuja interdependência, articulação e vínculos consistentes resultando em interação, cooperação e aprendizagem possibilitando inovações de produtos, processos e formatos organizacionais e gerando maior competitividade empresarial e capacitação social.

Os termos Arranjo Produtivo Local e Sistema Produtivo e Inovativo Local têm sido usados sem o devido rigor que merecem. Embora com certa semelhança, os Arranjos Produtivos Locais, segundo Campos (2004, p.59) envolvem um conceito que apresenta relações em níveis de consolidação de aprendizado, cooperação e inovação mais frágil (menos intensos) do que o conceito de Sistemas Produtivos Locais. No entanto, os elementos contidos nos Arranjos poderiam, após a sua consolidação, transformar-se em Sistemas Produtivos Locais. Assim, a formação de um Arranjo Produtivo Local pode ser vista como uma etapa do processo que antecede a configuração de um Sistema Produtivo e Inovativo Local.

O ponto de partida para a constituição de um APL se refere ao espaço geográfico. Esses podem ser municípios, áreas de um município, regiões etc., os quais não se limitam às fronteiras políticas. A concentração geográfica (aglomeração produtiva) leva ao compartilhamento de visões e valores econômicos, sociais e culturais e constitui fonte de dinamismo local, bem como diversidade e vantagens competitivas em relação a outras regiões. O processo de interação é de suma importância, ao permitir contatos e até a união entre as empresas potencializando ou até expandindo o aprendizado e a confiança entre os atores locais.

A troca de informações sobre insumos ou matérias-primas, processos produtivos e de comercialização entre fornecedores, empresas e instituições de um APL é um fator



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



importante para caracterizar um Arranjo Produtivo Local, uma vez que interação, ações conjuntas e cooperação por meio destes procedimentos conduzem a resultados positivos para o conjunto de empresas. Entretanto, as ações conjuntas e a cooperação ocorrem apenas a partir do processo de interação entre os atores.

Na análise desses períodos (1990, 2000, 2008 e 2016), busca-se verificar com o método de shift-share se o dinamismo ocorrido no município ocasionado pelas fábricas, indicando assim o setor da Indústria Têxtil, comparado a microrregião de Toledo. Sendo períodos que ocorreram em Terra Roxa, a sua ascensão, levando ao surgimento de novas empresas dentro do mesmo ramo, o declínio, ocasionado pelo endividamento e falência de muitas empresas e a sua recuperação.

No APL de Terra Roxa, a respeito das relações interempresariais, foram verificadas ações de empresas com outros fabricantes de produtos finais similares no APL, quer em atividades relacionadas à produção, comercialização e administração e, ainda, para a capacitação da mão de obra. A principal ação relatada pelos empresários foi a troca ou empréstimo de materiais e visitas aos fabricantes de produtos finais similares com a finalidade de trocar experiências, aprender ou realizar parcerias.

Há, com menor frequência, arrendamento de maquinário, ações para o desenvolvimento de produtos, treinamento de mão de obra e compra de matéria-prima. No que diz respeito às relações multilaterais, verificou-se que as empresas estão participando de programas de apoio coordenados por entidades locais ou outras instituições de apoio. As principais instituições de apoio são o SEBRAE e o Arranjo Produtivo Local de Moda Bebê de Terra Roxa, com palestras, cursos, feiras e treinamentos especializados. Várias empresas já participaram de alguma iniciativa coletiva interempresarial. Essas interações foram estabelecidas, especialmente, com a Associação Arranjo Produtivo Local de Moda Bebê de Terra Roxa, com o SEBRAE, com a Associação Comercial, Industrial e da Agricultura de Terra Roxa - ACIATRA e com a Prefeitura.

Isbasoiu (2007) afirma que os APLs exercem um papel significativo no desenvolvimento local mediante a geração de benefícios como: melhoria financeira e tecnológica das empresas, oportunidades de trabalho, geração de riqueza e renda e maior



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



nível de crescimento econômico global, quando comparado às regiões nas quais as empresas atuam de forma isolada. O APL de Moda Bebê de Terra Roxa, é um exemplo real de iniciativa local que desencadeou o desenvolvimento econômico local do município (WILLERS, 2006).

Foi somente com o surgimento das primeiras indústrias de confecção de moda bebê, na década de 1990, que o município retoma sua fase de crescimento econômico. Esta fase é capitaneada pela iniciativa da Sr.^a Celma Rossato que transformou seu talento de costura e de bordados infantis em um negócio promissor no qual, inspirou outros empreendedores locais a seguirem seu caminho. Nasce daí o APL de Moda Bebê de Terra Roxa (WILLERS, 2006).

É o que defende Schumpeter (1982), quando afirma que a prosperidade resulta no aparecimento de inúmeras novas empresas dentro de um determinado ramo de atividade, gerando novas vagas de emprego e renda, aquecendo o comércio e a construção civil, ou seja, desencadeando o crescimento e o desenvolvimento de vários outros setores locais.

Esse período é caracterizado pelo aparecimento de ondas de inovações e enxames de empresários. Esse enxame de novos empreendedores pode ser ocasionado por inúmeros fatores, principalmente resultado da observação de que o pioneiro no empreendimento vem obtendo valores expressivos e que o mercado em questão é aparentemente de fácil ingresso (SCHUMPETER, 1982, p.142).

A investigação sobre as vantagens das aglomerações de produtores que envolvem um processo de interação e cooperação entre diversos agentes no âmbito regional ou local foi enfatizada também por Schumpeter (1988), especialmente no que se refere à transmissão de conhecimento tácito entre as firmas. A partir do trabalho de Schumpeter, em seu livro Teoria do Desenvolvimento Econômico, o autor observou que a inovação cria uma ruptura no sistema econômico, no interior das indústrias, revolucionando as estruturas produtivas e criando fontes de diferenciação para as empresas. Foi a partir de um processo contínuo de destruição criativa, criando novas formas de organização, novos produtos e



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



novos materiais que Schumpeter mostrou como ocorria a dinâmica da economia capitalista, isto é, o “novo” destruindo o “velho”¹⁸.

Posteriormente, há um momento de recessão e depressão que leva muitos empresários a deixarem a atividade, sendo esse período de reajustes. Nessa fase empresas fecham as portas ou são incorporados pelas melhores estruturadas.

Esse processo de ajuste pode fomentar o desenvolvimento local, pois é um processo endógeno que ocorre em unidades territoriais capazes de promover o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população. Representa uma mudança nas bases econômicas e na organização social em esfera local, resultante da mobilização da sociedade que passa a explorar suas capacidades e potencialidades específicas (BUARQUE, 2002).

Mattos (2008) destaca que o desenvolvimento local abrange, pelo menos, três dimensões: a) econômica: caracterizada por um sistema específico de produção capaz de assegurar, aos empresários locais, o uso eficiente dos fatores produtivos e a melhoria dos níveis de produtividade que lhes garantem competitividade; b) sociocultural: na qual os atores econômicos e sociais se integram às instituições locais e formam um denso sistema de relações que incorpora os valores da sociedade ao processo de desenvolvimento e; c) política que se materializa em iniciativas locais, possibilitando a criação de um entorno local que incentiva a produção e favorece o desenvolvimento.

Nesse sentido os Arranjos Produtivos Locais (APL) enfatizam a importância dos aspectos locais para o desenvolvimento e a competitividade das empresas, o que pode favorecer o desencadeamento de uma série de ações que incentivam o empreendedorismo local e, com ele, o desenvolvimento econômico local dessas regiões.

O problema que guiará o desenvolvimento desta pesquisa consiste em responder a questão em verificar se o setor relacionado ao APL foi realmente um setor que gerou dinamismo para o município e qual a relevância da agricultura sendo

¹⁸ Esse conceito foi desenvolvido no livro *Capitalismo, Socialismo e Democracia* publicado em 1984, em uma edição brasileira.



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



que ela se mantém como um fator de desenvolvimento do município tendo um índice maior no PIB da economia de Terra Roxa.

A agricultura é considerada uma prática primordial para o desenvolvimento das sociedades. Uma prática econômica que cultiva vegetais para garantir a subsistência alimentar do ser humano e após isso produzir matéria-prima, que serão transformadas em produtos secundários em outros campos das atividades econômicas.

Com o passar das três revoluções industriais, a prática da agricultura atual fundamenta-se em procedimentos avançados, o uso da tecnologia, e outras formas de se adequar ao mundo moderno na agropecuária. Hoje, existem técnicas avançadas em manejo dos solos, máquinas e colheitadeiras que fazem o serviço de dezenas de trabalhadores em uma velocidade maior, além dos avanços com criações.

PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

Os procedimentos metodológicos norteiam o desenvolvimento das etapas fundamentais de um trabalho científico a fim de que os resultados sejam satisfatórios. Neste sentido, para o desenvolvimento deste estudo utilizou-se a abordagem quantitativa.

A pesquisa quantitativa implica medir relações entre variáveis para avaliar os dados e assim garantir uma boa interpretação dos resultados (ROESCH, 2007), sendo que esta abordagem será utilizada nos momentos de construção de gráficos. Na pesquisa quantitativa a avaliação formativa pode utilizar os resultados obtidos com a aplicação de um questionário. As principais técnicas de coletas de dados são a entrevista, o questionário, os testes e a observação (ROESCH, 2007).

O método de pesquisa utilizado foi o descritivo e o explicativo. Descritivo porque descreveu as características de determinado fenômeno, estabelecendo relações entre as variáveis deste fenômeno (GIL, 1999). Quanto a pesquisa explicativa, por utilizar o referencial teórico construído como base para a explicação do fenômeno pesquisado (COOPER e SCHINDLER, 2003).

Para a análise e coleta de dados, será utilizado o método shift-share, que decorre de ações



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



ou alterações, o que proporciona a separação das mudanças que ocorrem nas variáveis econômicas em diferentes componentes que possibilitam uma análise de como essas mudanças ocorreram.

O método se dá a partir da lógica de que uma variável básica pode ser maior em alguns setores do que em outros, ou maior em algumas regiões do que em outras. Dessa forma, é possível que uma região tenha um maior crescimento do que a média registrada nas demais regiões, seja por possuir uma maioria de setores mais dinâmicos, ou por possuir uma estrutura forte em uma das variáveis, que, independentemente de possuir setores mais dinâmicos, impulsiona o desenvolvimento.

Decompõem-se em três componentes o crescimento numa região numa análise descritiva de sua estrutura produtiva. 1) A *variação regional* é aquela que teria ocorrido se a região crescesse à taxa média da região de referência. Assim, é essa variação que determinará qual região será considerada dinâmica ou não, sendo dinâmica quando possuir uma variação superior a da região de referência.

A *variação estrutural*, também chamada de variação Proporcional, representa a variação no crescimento (positiva ou negativa) que uma região poderia ter como resultado de sua estrutura produtiva, isto é, a participação relativa dos setores considerados dinâmicos ou aqueles de crescimento lento. Assim, de acordo com Haddad (1989) e Alves (2012), a variação Estrutural total será positiva quando a região tiver se especializado em setores da economia nacional que apresentam altas taxas de crescimento, e negativa quando a região se especializar em setores que na esfera nacional apresentarem baixas taxas de crescimento.

Já, a *variação Diferencial*, ou competitiva, indica o montante positivo (ou negativo) de crescimento que a região apresenta pelo fato de a taxa de crescimento em determinados setores ter sido maior (ou menor) nesta região do que nos mesmos setores da região de referência. Isso ocorre, pois fatores de caráter especificamente regional, tais como economias de aglomeração, cultura empresarial regional, políticas econômicas eficientes dos governos regionais, dentre outros, podem interferir na dinâmica da região, de sorte que mesmo regiões com uma estrutura produtiva “promissora” (assentada em setores



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



dinâmicos) podem apresentar performances inferiores a de regiões de estrutura menos dinâmica, mas que exploram melhor suas vantagens diferenciais/competitivas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O município de Terra Roxa está localizado na Região Oeste do Paraná e foi emancipado em 14 de dezembro de 1961 por meio da Lei nº 220. Desde sua emancipação teve como base produtiva o setor agropecuário (STADUTO; WILLERS; AZEVEDO, 2005a). Segundo Piffer (1997), a partir da década de 1970 o município de Terra Roxa, no cenário econômico da região Oeste sofreu alterações. A região ingressou na segunda fase de produção agrícola adotada pelo país, a “revolução verde¹⁹”. A modernização da agricultura brasileira, que se alastrou fundamentalmente pelas regiões Sul e Sudeste, encontrou condições naturais e socioeconômicas favoráveis para ser implantada regionalmente. Desta forma, inicia-se o plantio de lavouras temporárias, como as culturas de soja, milho e trigo, as quais se tornaram nas principais *commodities* cultivadas, sendo responsáveis pelo crescimento da produção agrícola regional e pelo êxodo rural ocorrido na época (PIFFER, 1997).

O município de Terra Roxa não foi exceção. Segundo Staduto, Willers e Azevedo (2005), o expressivo decréscimo populacional do município de Terra Roxa (Gráfico 1) é explicado pela transformação no modelo de produção agrícola que afetou todo Oeste do Paraná.

É possível perceber que o município passou por decréscimo da população até os anos 2000, tendo a população rural diminuído significativamente em todo o período apresentado pelo Gráfico 1. Com isso, o aumento da urbanização foi significativo (de 16,05% em 1970 para 76,38% em 2010), ou seja, a população concentrou-se no setor urbano e não mais no rural.

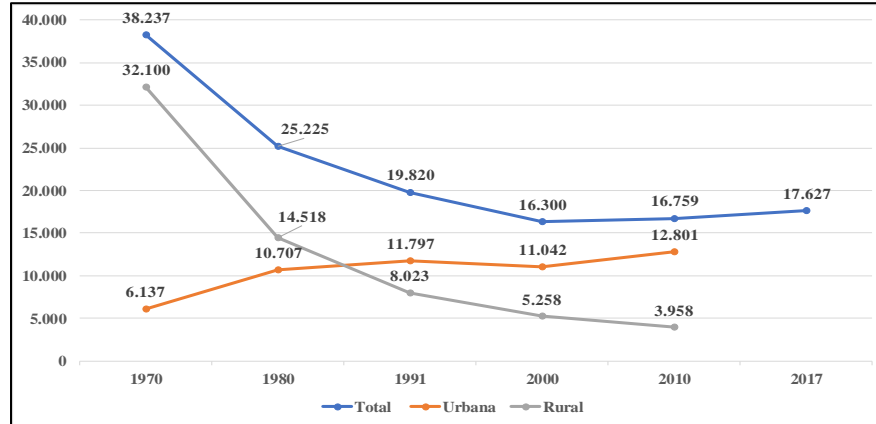
¹⁹ Revolução Verde representou um conjunto de inovações tecnológicas que teve o intuito de melhorar as práticas agrícolas até então adotadas.



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



Gráfico 1 – População total, urbana e rural de Terra Roxa – 1980/2017



Fonte: IPARDES (2018).

A situação foi agravada pela perda da principal *commoditie* local, a produção de café, dizimada do município com as fortes geadas no final da década de 1980. As transformações socioeconômicas diminuíram as opções de trabalho e a manutenção das pequenas propriedades, tanto que, no ano de 1970 Terra Roxa detinha 37.452 habitantes e no início do ano de 2000 apenas 16.300, ou seja, uma perda populacional de mais de 50%.

O aumento da população total ocorrido a partir de 2000 reflete o surgimento do empreendedorismo urbano que emergiu a partir de 1990 se consolidou na década seguinte, a partir das atividades de confecções de Moda Bebê, que projetaram o município no cenário nacional de confecções (atacado e varejo) de moda bebê até um ano, tendo por diferencial de mercado, enxovais bordados, ou seja, produtos de alto padrão com reflexo dos preços desses produtos. Após o surgimento da primeira confecção, novas empresas foram inauguradas no município, contando em 2002 com mais 30 empresas trabalhando no mesmo ramo de atividade, dando ao município a denominação de Polo Nacional da Moda Infantil – Moda Bebê, consequência da criação e formalização de um Arranjo Produtivo Local (APL), em 2004.

O APL recebeu incentivos e colaboração pelo SEBRAE para as 42 empresas existentes naquele ano, com o objetivo de unir e fornecer subsídios para o crescimento e o aperfeiçoamento das indústrias de confecção infantil, dado seu potencial e importância



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA

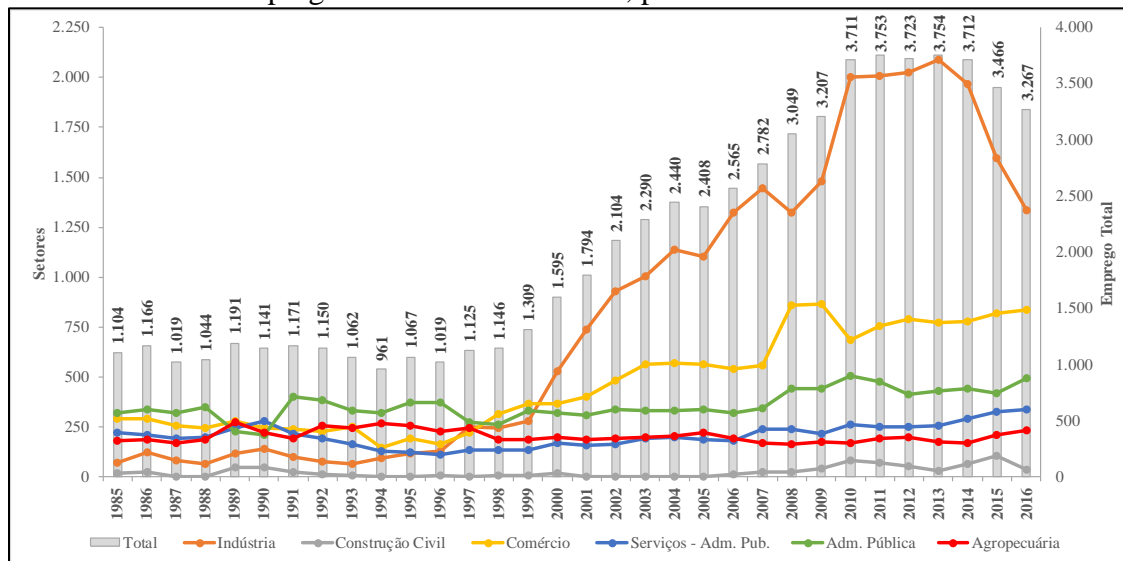


socioeconômica para a região. O surgimento desse processo de desenvolvimento endógeno é resultado de emprego diferenciado e qualificado para a produção de um determinado produto, dando ao local a sua especialização. Conseguindo combinar os meios de produção ocasionando um dinamismo de forma diferenciada e assim, resultar em novas combinações que rompam a dinâmica até então existente, conforme será detalhado na próxima seção.

O Dinamismo do Município de Terra Roxa entre 1990 a 2016

Quando se analisa o emprego setorial percebe-se que a formação do APL de Moda Bebê de Terra Roxa começou a se refletir na formalização do trabalho deste setor a partir da metade da década de 1990, conforme mostra o Gráfico 2.

Gráfico 2 – Emprego formal de Terra Roxa, por setores do IBGE – 1985-2016



Fonte: RAIS (2018).

Até o final dos anos 80, o município de Terra Roxa possuía uma dinâmica essencialmente agrícola. Porém, em função da alteração da estrutura produtiva do município, na qual era sua principal fonte de renda e emprego, o município ficou limitado nas opções de trabalho tanto no meio urbano como nas propriedades rurais. A dinâmica do



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



município passou a girar em torno da administração pública e comércio/serviços, como alternativa de emprego devido a crise da agricultura mencionada na seção anterior. Os serviços provenientes da administração pública e comércio eram os principais setores que absorviam a mão de obra local até 1997.

A partir do surgimento das primeiras indústrias de confecções de roupas infantis em 1995, o cenário econômico começa a sinalizar mudanças. O aumento do emprego industrial da atividade de confecções estimulou a demanda por mão de obra especializada. Conforme confirma o Gráfico 2 a partir de 1997 até 2014 houve uma expansão do emprego industrial, desencadeando uma série de mudanças na estrutura urbana, econômica e social do município, refletindo no seu dinamismo econômico.

Entretanto, a partir de 2014 houve diminuição na geração de emprego industrial, reflexo da crise econômica que diminuiu as vendas do setor têxtil do município, principalmente devido ao aumento da importação de produtos importados, na maioria oriundos da China.

Outro ponto relevante que deve ser ressaltado é quando se compara com as informações populacionais apresentadas pelo Gráfico 1. A partir de meados dos anos 1990, com a expansão da indústria têxtil e de vestuário, houve geração de emprego e absorção da mão de obra local, contribuindo para uma nova divisão do trabalho em Terra Roxa. Além disso, não se pode deixar de ressaltar que a própria diminuição da população rural se deu a taxas inferiores até então apresentadas (de -54,77% entre 1970/1980, de -44,74% entre 1980/1991, de -34,46% entre 1991/2000 e de -24,72% entre 2000 e 2010), ou seja, a dinâmica econômica agora existente pode estar justificando a permanência da população urbana, mas também de parte da população rural.

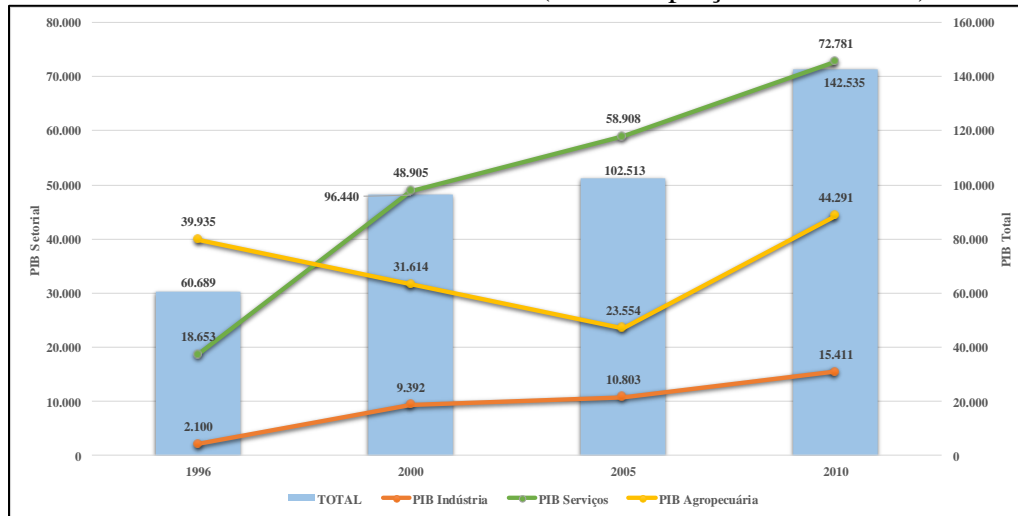
O setor industrial tenha aumentado sua participação na geração de emprego, e influenciando toda a economia urbana de Terra Roxa, de forma que os setores complementares ao APL, tais como o comércio e serviços, também cresceram, conforme se constata no Gráfico 2. Por outro lado, quando se analisa o Produto Interno Bruto (PIB) o setor industrial não é o que mais se destaca, conforme apresenta o Gráfico 3.



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



Gráfico 3 - PIB Total e setorial de Terra Roxa (mil R\$ a preços do ano 2000) – 1996/2010



Fonte: IPEADATA (2018).

O município de Terra Roxa ficou mais dinâmico no início dos anos 2000, sendo comprovado pelo crescimento do PIB total com alterações na composição setorial. O setor da indústria e de serviços mostram-se ser os mais dinâmicos entre 1996 a 2010. Enquanto em 1996 o PIB agropecuário ficava em primeiro lugar, em 2000 esse cenário muda, com o aumento da participação do PIB dos setores da indústria e serviços (este último passando a ocupar a primeira colocação) refletindo o aumento da produtividade destes setores. Agora, o município não é somente rural quando se analisa sua economia, mas sim um município urbano-rural, tendo o setor urbano ganhado uma relevância que nunca tinha sido visualizada no município.

Segundo Willers (2008), o município de Terra Roxa tinha uma base econômica apoiada na produção agropecuária, e, atualmente está mais diversificada e tende a uma complexidade nas relações intersetoriais pelo efeito desencadeador gerado pelas indústrias de confecções infantis. Além disso, de acordo com Kuznets (1983), regiões que tendem a se especializar em setores industriais do no setor agropecuário, atingem maiores níveis de poupança e investimento e, com isso, conseguem aumentar sua produtividade *per capita* de forma superior às economias rurais.



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



Analisando de forma mais desagregada as informações do Gráfico 1, a Tabela 1 comprova que era a agricultura o maior empregador do município em 1990, seguido da administração pública e do comércio varejista.

Tabela 1 – Análise do Shift-Share no Município de Terra Roxa – 1990/2000

Setores e subsetores	1990		2000		2008		2016	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Setor Secundário	188	16,48	548	34,36	1.349	44,24	1.366	41,81
Extração de Minerais	22	1,93	2	0,13	32	1,05	47	1,44
Ind. de Produtos Minerais não Metálicos	2	0,18	18	1,13	21	0,69	25	0,77
Ind. Metalúrgica	5	0,44	3	0,19	10	0,33	10	0,31
Ind. Mecânica	5	0,44	0	0,00	11	0,36	14	0,43
Ind. do Mat. Elétrico e de Comunicações	8	0,70	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Ind. do Material de Transporte	0	0,00	0	0,00	1	0,03	4	0,12
Ind. da Madeira e do Mobiliário	34	2,98	51	3,20	7	0,23	14	0,43
Ind. do Papel	17	1,49	2	0,13	8	0,26	5	0,15
Ind. da Borracha	1	0,09	18	1,13	35	1,15	9	0,28
Ind. Química	0	0,00	3	0,19	8	0,26	17	0,52
Ind. Têxtil	17	1,49	388	24,33	1.118	36,67	1.091	33,39
Ind. de Calçados	5	0,44	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Ind. de Produtos Alimentícios	13	1,14	46	2,88	74	2,43	72	2,20
Serviços Industriais de Utilidade Pública	12	1,05	0	0,00	0	0,00	25	0,77
Construção Civil	47	4,12	17	1,07	24	0,79	33	1,01
Setor Terciário – Comércio e Serviços	733	64,24	851	53,35	1.537	50,41	1.669	51,09
Comércio Varejista	202	17,70	195	12,23	421	13,81	675	20,66
Comércio Atacadista	42	3,68	170	10,66	437	14,33	160	4,90
Instituições de Crédito	63	5,52	22	1,38	33	1,08	50	1,53
Administradoras de Imóveis	93	8,15	24	1,50	22	0,72	75	2,30
Transporte e Comunicações	30	2,63	24	1,50	41	1,34	47	1,44
Serviços de Alojamento	55	4,82	20	1,25	84	2,76	101	3,09
Serviços Médicos	41	3,59	48	3,01	34	1,12	34	1,04
Ensino	0	0,00	29	1,82	25	0,82	33	1,01
Administração Pública	207	18,14	319	20,00	440	14,43	494	15,12
Agropecuária	220	19,28	196	12,29	163	5,35	232	7,10
Total das Atividades	1.141	100,00	1.595	100,00	3.049	100,00	3.267	100,00

Fonte: Adaptações dos autores a partir da RAIS (2018).

Esta reestruturação vai ser a explicação para o desempenho acima da média do município na década seguinte, mas ainda não será suficiente para fazer com o que o município se qualificasse como dinâmico, tendo apresentado 39,79% de crescimento do emprego total entre 1990 a 2000, contra 41,82% da microrregião no mesmo período. Neste



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



período, o setor ainda estava se consolidando, estimulando outros setores (como o comércio atacadista), multiplicando a renda no comércio e serviços locais.

Quando se analisa os resultados dos componentes Proporcional (P) e Diferencial (D) setoriais para Terra Roxa, percebe-se que o componente P total apresentou valores positivos, ou seja, sua estrutura produtiva inicial estava assentada em setores que foram dinâmicos na microrregião de Toledo. Entretanto o total do componente D foi negativo. Uma análise setorial apresenta maiores detalhamentos, conforme sintetiza a Figura 1.

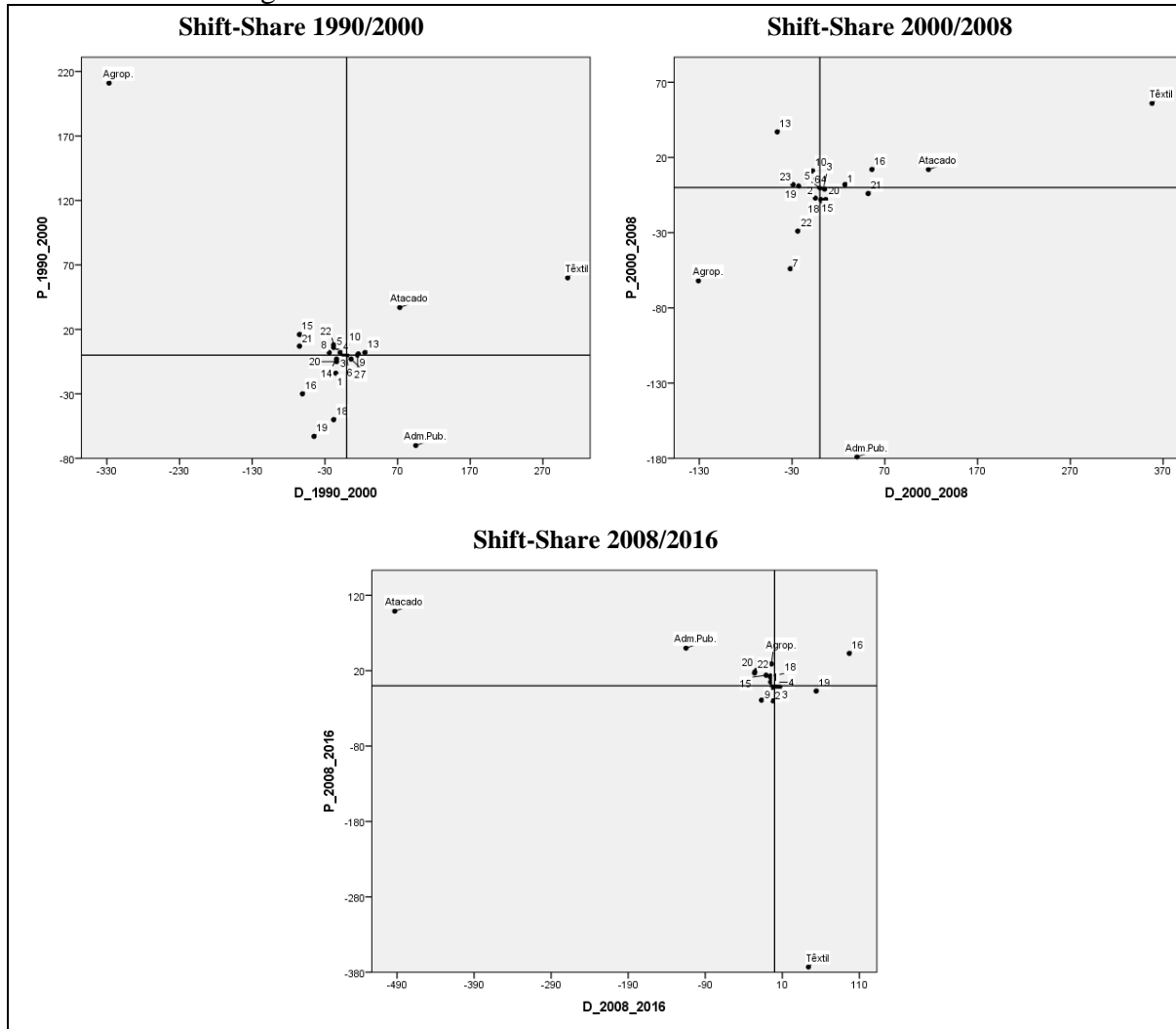
Analisando os componentes P e D para os subsetores do período de 1990 a 2000, percebe-se que foi a agropecuária quem mais influenciou o componente P com valores positivos seguido da própria indústria têxtil. O que a Figura 1 coloca em evidência é que, se Terra Roxa não tivesse se especializado num setor que gerasse maiores encadeamentos locais, a probabilidade deste município continuar com um dinamismo abaixo da média seria alta, fato comprovado pelo desempenho deste setor (-10,91%) em relação ao setor como um todo da microrregião (137,91%).



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



Figura 1 –Shift-Share setorial de Terra Roxa – 1990/2016



Fonte: Resultados da Pesquisa.

Analisando os componentes P e D para os subsetores do período de 1990 a 2000, percebe-se que foi a agropecuária quem mais influenciou o componente P com valores positivos seguido da própria indústria têxtil. O que a Figura 1 coloca em evidência é que, se Terra Roxa não tivesse se especializado num setor que gerasse maiores encadeamentos locais, a probabilidade deste município continuar com um dinamismo abaixo da média seria alta, fato comprovado pelo desempenho deste setor (-10,91%) em relação ao setor como um todo da microrregião (137,91%). Para o setor da agropecuária e agricultura, um dos fatores



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



que explicam o seu decréscimo é o fato da mão de obra rural ter se deslocado para o meio urbano, onde parte destes se ocuparam com as atividades nas fábricas de roupa moda bebê (Staduto, Willers, Azevedo, 2005; Willers (2006).

Assim, o que explicou o pouco dinamismo do município na década de 1990 foi o não aproveitamento de suas vantagens diferenciais (total do componente D negativo), particularmente em relação a agropecuária, que foi o setor de maior valor absoluto negativo para o componente Diferencial. Mesmo o setor têxtil tendo apresentado alto valor absoluto positivo, não foi suficiente para compensar os valores negativos da agropecuária e dos demais setores. Somente a indústria metalúrgica, indústria da madeira, indústria da borracha, indústria de produtos alimentares, comércio atacadista, e administração pública apresentaram variações acima da média destes mesmos setores em relação a microrregião de Toledo, ou seja, somente 32% dos setores analisados. Porém, no geral, eram setores que empregavam pouco em 1990, com exceção da administração pública.

É preciso ressaltar que, foi somente com o surgimento das primeiras indústrias de confecção de moda bebê, na década de 1990, que o município consolida uma fase de crescimento econômico. Este comportamento vai ao encontro das premissas da teoria da concepção schumpeteriana, que cita que a iniciativa local é capaz de gerar inúmeras novas empresas em um certo ramo de atividade, que alavancam e desencadeiam novas vagas de emprego, gerando renda, aquecendo os setores de serviço e da construção civil, movimentando o crescimento e o desenvolvimento de vários outros setores locais.

Para o setor do Comércio Varejista, em toda sua história sempre existiu e sempre foi apropriado, por ser um município menor, ele emprega muitas pessoas, e dá acessibilidade a todos os cidadãos da cidade, mesmo que haja pouca diversificação de comércio, em 1990 empregava 202, passando para 195 em 2000, tendo um decréscimo, conforme destacado na Tabela 1. Entretanto, este foi um setor pouco dinâmico na microrregião de Toledo e Terra Roxa apresentou variação negativa. Interessante foi o desempenho do comércio atacadista.

No Comércio Atacadista, em 1990 havia poucos empregados, somente 3,69% do total de emprego naquele ano. O crescimento deste setor se dá juntamente com o setor têxtil, por ser um setor complementar, um encadeamento para a frente do setor industrial



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



principal, o setor têxtil. Este foi o setor dinâmico a nível microrregional e o município apresentou uma variação maior que a da microrregião, desta forma, obteve valores positivos para todos os componentes analisados, principalmente o Diferencial, indicando vantagens competitivas locais.

Quando se analisa a Administração Pública, percebe-se que este é um setor que sempre apresentou importância na estrutura produtiva local. Geralmente, nos municípios de menor porte, como Terra Roxa, e pouco diversificados em suas estruturas produtivas, a prefeitura é uma importante geradora de emprego formal, onde boa parte das pessoas buscam trabalhar e garantir um emprego estável e uma melhoria da qualidade de vida. No ano de 1990 este setor representava 19,28% dos empregos locais passando para 15,12% em 2016. Este foi um setor pouco dinâmico na microrregião até 2000, enquanto que em Terra Roxa houve um crescimento bastante superior, indicando que, possivelmente, este setor cresceu para acompanhar o crescimento dos setores em ascensão, fato que deverá ser melhor esclarecido.

Na década de 2000 o município de Terra Roxa já era conhecido por sua especialização da indústria têxtil e apresentou um dinamismo bastante diferenciado até 2008. Enquanto a microrregião de Toledo apresentou um crescimento do emprego total de 81,50%, em Terra Roxa esse crescimento foi maior, de 91,16%. A indústria têxtil passou de 388 pessoas em 2000 para 1.118 empregados em 2008, resultando em um aumento de 188%. Enquanto que no setor da agropecuária apresentou diminuição de 16% na geração de empregos.

Quando se analisa os fatores endógenos ou exógenos, percebe-se que o setor têxtil apresentou variação bastante superior a da região de referência. Também apresentaram valores superiores os setores do comércio varejista, atacadista e os serviços de alojamento já que o segmento da indústria têxtil, movimenta consequentemente esses setores. O mesmo não ocorre com o setor agropecuário. Assim, para o período de 2000 a 2008 o componente P total foi negativo, enquanto o D foi positivo, comprovando que foram os fatores locais, nesse caso o APL, que explicaram o dinamismo acima da média do emprego local.



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



Apenas dois setores na cidade cresceram acima da média da microrregião de Toledo no período de 2000 a 2008, sendo a indústria têxtil e comércio atacadista. Isso mostra que se deve dar atenção aos encadeamentos diretos e indiretos da estrutura produtiva da economia de Terra Roxa, apontando a necessidade de maximizar os investimentos nesses setores e, dessa forma, a diversificação produtiva, alavancando-se ainda mais o crescimento econômico e ampliando o mercado consumidor de outros setores econômicos.

Já o período entre 2008 a 2016, foi marcado por uma forte crise econômica, tendo Terra Roxa sentido os reflexos da crise em sua estrutura produtiva. Enquanto a microrregião de Toledo apresentou 26,99% de crescimento do emprego neste período, em Terra Roxa foi de apenas 7,15%.

Neste período houve uma queda em setores importantes para o município, a indústria têxtil, com queda de 3% no número de empregados e o comércio atacadista registrou -63% nos empregos do setor. Em contrapartida, setores como o comércio varejista, obtiveram 60% a mais de empregados, o setor de administração de imóveis, de 240% e também a agropecuária com 42%. Este comportamento evidencia que quando o setor urbano entra em crise fica para a agropecuária o papel de desencadear empregos e gerar renda local. Mesmo assim, o setor da indústria têxtil (-2,42%) apresentou um comportamento melhor que da média da microrregião de Toledo (-6,33%).

Assim, Com as análises dos três períodos, pode-se verificar uma transformação da estrutura urbano-rural para urbano-industrial, que está ocorrendo em Terra Roxa, esse fato, tem sido um reflexo do início de mudança do perfil produtivo local, onde, atualmente, se fortalecem as atividades de manufatura e de serviços o que estimula o crescimento das atividades urbanas secundárias e terciárias.



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



CONCLUSÃO

O município de Terra Roxa rompeu diversos fenômenos socioeconômicos, os quais serviram de suporte para o local confrontar a crise que se arrastou desde início da década de 1970, devido a uma forte geadada que devastou os cafezais de toda região. Isto impôs ao município a busca por novas alternativas que estruturasse a economia local. O aparentemente vazio deixado pela crise no campo, serviu para o impulso de um número expressivo de indústrias de confecções de roupas infantis.

A partir de um desenvolvimento endógeno, as indústrias têxteis, alavancaram a renda extra dos moradores, que passou a liderar uma nova configuração econômica no município, cujos resultados impactaram positivamente a estrutura socioeconômica local. O processo de transformação econômica do município de Terra Roxa é que foi responsável pela alteração da estrutura urbano-rural para a urbano-industrial.

A partir das análises e discussões, constatou-se que mesmo no primeiro período analisado a agricultura a grande geradora de renda para o município, logo percebe-se que a mesma não dá conta de dinamizar a economia urbana e não consegue atender a abundante oferta de mão de obra existente. Dessa forma, ao longo da pesquisa é nítido que o município de Terra Roxa não é somente agrícola e que seu perfil produtivo é expressivo através do APL. Além disso, a agricultura não é capaz fornecer um dinamismo a cidade, inclusive por ser uma atividade sazonal, no qual as vezes se colhem bons frutos outras vezes não, devido a fatores climáticos, de preços e mercados competitivos.

No decorrer da análise a partir da segunda metade dos anos 1990, começa a notar-se uma mudança na situação econômica do município, com o surgimento das primeiras indústrias de confecções infantis, no qual é visível um rápido crescimento de absorção de mão de obra local, demonstrando um novo perfil produtivo do local. Assim, em 2000, as análises apontaram um brusco crescimento da ocupação industrial, alavancando também os setores de serviço e de comércio.

Dessa forma, mesmo com evidências da crise econômica vista no último período analisado, é confirmado que o APL da Moda Bebe possui uma estrutura produtiva mais



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



diversificada e seu impacto é visto pelas relações de seus efeitos desencadeadores gerado pelas indústrias que confecções, que dinamiza a economia urbana do município, que é capaz de gerar benefícios diretos e indiretos para o local. Visto que seu potencial alavanca os setores comerciais e de prestações de serviço, multiplicando a renda gerada pelos novos empregos no comercio e nos serviços locais.

REFERÊNCIAS

BUARQUE, S. C. Construindo o desenvolvimento econômico local sustentável. Rio de Janeiro: Gasetorund, 2002.

CAMPOS, A. C. Arranjos produtivos no Estado do Paraná: o caso do município de Cianorte. Curitiba, 2004. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) - Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná.

CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M. O foco em arranjos produtivos e inovativos locais de micro e pequenas empresas. In: LASTRES, H. M. M.; CASSIOLATO, J. E.; MACIEL, M. L. (Orgs.). Pequena empresa: cooperação e desenvolvimento local. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003. p. 21-34.

CONTE, F. Migrações: o homem em busca do lugar ideal. Faz Ciência: Revista de Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas. Francisco Beltrão, v.6, n.1, p.305-317, 2004.

COOPER. D. R.; SCHINDLER, P. S; Métodos de Pesquisa em Administração. Administração. São Paulo, 7ª Ed, p. 640, 2003.

GIL, A, C. (1999), Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. São Paulo, Atlas, 1999.

ISBASOIU, G. M. Industrial clusters and regional development. The case of Timesoara and Montebelluna. Munich Personal Research Archive, n. 5.037, nov. 2007.

KUZNETS, S. Crescimento Econômico Moderno: ritmo, estrutura e difusão. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

LE MOS, C. Micro, pequenas e médias empresas no Brasil: novos requerimentos de políticas para a promoção de sistemas produtivos locais. Rio de Janeiro, 2003, 263f. Tese (Doutorado em Ciências) - COPPE - Universidade Federal do Rio de Janeiro.

MARSHALL, A. Princípios de Economia: tratado introdutório. São Paulo: Abril Cultural, vol. I, 1982, p. 231-238.



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



MATTOS, S. M. C. S. Arranjos produtivos locais como estratégia para o desenvolvimento local: o caso de Maracás. *Sitientibus*, Feira de Santana, n. 39, p. 131-167, jul./dez. 2008.

PIB. Disponível em: <<http://www.deepask.com/goes?page=terra-roxa/PR-Confira-o-PIB---Produto-Interno-Bruto---no-seu-municipio>> 2012 Acesso em: 17.Out de 2016.

PIFFER, M. A dinâmica do Oeste paranaense: sua inserção na economia regional. 169 f. Dissertação (Mestrado em Economia). Universidade Federal do Paraná, 1997.

ROESCH, S. M. A. Projetos de estágio e de pesquisa em administração: guia para estágios, trabalhos de conclusão, dissertações e estudos de caso. 3. Ed. São Paulo: Atlas S.A, 2007.

SCHUMPETER, J. A. Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juros e o ciclo econômico. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

_____. A teoria do desenvolvimento econômico. São Paulo: Nova Cultural (Os Economistas), 1988.

SILVA, J. C. A análise de componentes de variação (shift-share). In: COSTA, J. S. (Org.). *Compendio de economia regional*. Coimbra, Portugal: APDR, 2002.

STADUTO, J. A. R.; WILLERS, E. M.; AZEVEDO, P. R. APL de moda bebê de Terra Roxa: censo empresarial, histórico e diagnóstico. Toledo - PR, 2005, 91 p. (Resultado de pesquisa).

STADUTO, J. A. R.; WILLERS, E. M.; AZEVEDO, P. R. Arranjo produtivo local de moda bebê Terra Roxa: a antivocação? In: *ENCONTRO DE ECONOMIA PARANAENSE*, 4º, 2005, Toledo. Anais ... Toledo, 2005. 1-CD-ROM.

WILLERS, E. M. Estratégia de desenvolvimento econômico local: o caso do Município de Terra Roxa-PR. Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus de Toledo, 2006 (Dissertação de mestrado).

WILLERS, E. M.; LIMA, J. F de. de; STADUTO, J. A. R. Desenvolvimento local, empreendedorismo e capital social: o caso de Terra Roxa no Estado do Paraná. *Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, Campo Grande (MS), vol. 09, nº 01, p.45-54, 2008.



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



**TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS, ECONOMIA E DESIGUALDADES
SOCIAIS: IDH-M E PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO PARANÁ**

CASH TRANSFERS, ECONOMY AND SOCIAL INEQUALITIES: MHD I AND BOLSA
FAMÍLIA PROGRAM IN THE STATE OF PARANÁ

Cinthia Oliveira dos Anjos²⁰

Marília de Souza²¹

Décio Estevão do Nascimento²²

SESSÃO TEMÁTICA: ST1 - Processos sócio históricos na evolução dos territórios.

Resumo: Este artigo objetiva analisar a evolução dos municípios paranaenses com baixos Índices de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) buscando identificar as mudanças no perfil destes municípios, bem como as repercussões de tais mudanças para a redução das desigualdades sociais. Busca analisar comparativamente os anos 2000 e 2010, tomando como base para delimitação da amostra o IDH-M no ano 2000. Somado a isso, busca analisar a incursão do PBF nesses municípios e avaliar a destinação de recursos para a assistência social nas receitas municipais, em especial o papel das transferências constitucionais federais/estaduais. A pesquisa se caracteriza como quali/quantitativa e descritiva, utilizando-se da pesquisa documental com fontes estatísticas e dados oficiais extraídos das bases do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD – Atlas do Desenvolvimento Humano), do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), Tesouro Nacional, IBGE, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES). Foi observado que os municípios que mais avançaram na melhoria do IDH-M também foram aqueles que se apresentavam em situação mais desfavorável no ano 2000, e questões como o aumento da receita orçamentária, de repasse dos fundos setoriais e redistribuição tributária podem ter influenciado positivamente nos resultados observados. Faz-se importante destacar a dependência dos municípios estudados frente às transferências governamentais estadual e federal, indicando a quase total incapacidade de sustentabilidade destas cidades com recursos próprios. Reflete-se, portanto, sobre a viabilidade da própria existência destes municípios, muitos dos quais ainda jovens na sua emancipação.

²⁰ Mestranda em Planejamento e Governança Pública pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (PPGPGP/UTFPR). Psicóloga na Fundação de Ação Social – Prefeitura Municipal de Curitiba. cinthiaanjos@alunos.utfpr.edu.br

²¹ Doutora em Sciences Mécaniques pour l'Ingénieur pela Université de Technologie de Compiègne, UTC, França. Professora e pesquisadora do PPGPGP/UTFPR. Executiva dos Observatórios Sistema FIEP/PR. marilia.souza@sistemafiep.org.br

²² Pós-Doutor em Política Científica e Tecnológica pela Unicamp (DPCT). Professor titular e pesquisador da UTFPR - Programas de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade (PPGTE) e em Planejamento e Governança Pública (PPGPGP). decioen@gmail.com



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



Palavras-chave: Índice de desenvolvimento humano; Desigualdades sociais; Desenvolvimento econômico.

Abstract: This paper aims to analyze the evolution of the municipalities of Paraná with low Municipal Human Development Indexes (IDH-M), seeking to identify the changes in their profiles, as well as the repercussions of such changes for the reduction of social inequalities. It seeks to analyze comparatively the years 2000 and 2010, based on the definition of the Municipal HDI in the year 2000. In addition, it seeks to analyze the incursion of the Bolsa Família Program in these municipalities and to evaluate the allocation of resources for social assistance in municipal revenues, in particular the role of constitutional transfers. The research is characterized as qualitative / quantitative and descriptive, using documentary research with statistical sources and official data extracted from bases such as the United Nations Development Program (UNDP), Ministry of Social Development (MDS), Brazil's National Treasury, among others. It was observed that the municipalities that advanced the most in the improvement of the Municipal HDI were also the ones that had the most unfavorable results in the year 2000, and issues such as the increase in budget revenue, transfer of sector funds and tax redistribution may have been positively influenced. It is important to highlight the dependence of the municipalities studied on the state and federal government transfers, indicating the almost total inability of sustainability of these cities with their own resources.

Keywords: Human development index. Social inequality. Economic development.

INTRODUÇÃO

Apesar dos avanços sociais elencados e analisados em diversos estudos, o Brasil segue apresentando indicadores sociais insatisfatórios, sendo essencial a compreensão do alcance do desenvolvimento socioeconômico para os municípios brasileiros e a capacidade destes quanto ao enfrentamento à pobreza e a redução das desigualdades. Para tanto, considera-se importante o estudo dos indicadores socioeconômicos dos municípios mais vulneráveis, visando averiguar de que maneira o alcance dos mínimos sociais progrediu nos municípios que mais necessitam de auxílio para a superação das vulnerabilidades. Ao fazê-lo, abrimos espaço para a reflexão acerca dos próximos passos necessários à condução das políticas sociais, traçando prognósticos, instrumentalizando a continuidade das ações e a



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



tomada de decisões de cunho econômico, político e social. Neste cenário, destacam-se como importantes estratégias os programas de transferência condicionada de renda como o Programa Bolsa Família (PBF), que após mais de uma década de implantação é tido como o mais importante programa federal de enfrentamento à pobreza no Brasil.

Desta feita, este artigo objetiva analisar a evolução dos municípios paranaenses com baixos Índices de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), buscando identificar através deste e de outros indicadores socioeconômicos as mudanças no perfil destes municípios, bem como as repercussões de tais mudanças para a redução das desigualdades sociais. Para tanto, busca analisar comparativamente os anos 2000 e 2010, tomando como base para delimitação da amostra o IDH-M no ano 2000. Somado a isso, busca analisar a incursão do PBF nesses municípios e avaliar a destinação de recursos para a assistência social nas receitas municipais, em especial o papel das transferências constitucionais federais/estaduais. A opção pela utilização do IDH-M como delimitador da amostra reside no fato de que este é considerado um contraponto ao Produto Interno Bruto (PIB) por conter em seu bojo análises das condições de renda, educação e longevidade da população.

REVISÃO DE LITERATURA

Assistência social e transferência de renda

A Assistência Social integra o tripé da Seguridade Social, juntamente com a Saúde e a Previdência, propondo pressupostos de enfrentamento às situações de pobreza, vulnerabilidade, risco social e ruptura ou fragilização dos vínculos familiares, sociais e comunitários de indivíduos e suas famílias, o que perpassa indubitavelmente pelas transferências condicionadas de renda. Com a unificação dos programas com este perfil proposta em 2004, objetivava-se com o Programa Bolsa Família o que Campello (2013) descreve como “[...] a inclusão social de milhões de famílias brasileiras premidas pela miséria, com alívio imediato de sua situação de pobreza e da fome[...]. Pretendia, assim,



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



contribuir para a interrupção do ciclo intergeracional de reprodução da pobreza” (2013, p. 15).

Historicamente as políticas de proteção social instituídas no Brasil perpassavam um viés essencialmente contributivo, demarcando seu escopo de atuação junto à população economicamente ativa, com ressalvas minimamente aceitáveis por esta parcela da sociedade aos idosos e pessoas com deficiência. A garantia de benefícios assistenciais semi-contributivos ou não-contributivos foi assegurada constitucionalmente somente após 1988, e apenas a partir dos anos 1990 iniciaram-se os movimentos de inclusão da parcela adulta não-inserida no mundo do trabalho neste rol (PAIVA; FALCÃO; BARTHOLO, 2013).

Assim, as transferências sociais representam uma importante fonte de recursos que compõe o fluxo circular da renda, considerando que “[...] estimula a produção dos setores de atividades, que, por sua vez, incrementa o lucro das empresas e a remuneração do trabalho, retornando para as famílias e reiniciando o ciclo econômico.” (NERI; VAZ; SOUZA, 2013, p. 193). Em suma, os valores recebidos pelas famílias em situação de vulnerabilidade têm potencial para movimentar economias de pequenos municípios e mesmo regiões mais vulneráveis dentro das grandes cidades, contribuindo para o aquecimento do comércio local, o recolhimento de impostos e contribuições, aquisição de serviços, entre outros.

A desigualdade de renda e suas consequências para o desenvolvimento econômico

Ao analisar a temática da equidade social a partir do viés das políticas econômicas, observa-se um debate acerca do crescimento econômico inclusivo ou crescimento pró-pobre (qualquer crescimento que beneficia a população em situação de pobreza, pressuposto defendido por organismos internacionais como o Banco Mundial) (PNUD, 2006). Desta feita, observa-se que autores mais vinculados às perspectivas neoliberais e ao



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



Consenso de Washington²³ relacionam o crescimento econômico, por si só, como eficaz para a redução da pobreza.

Como contraponto, uma perspectiva mais intervencionista e alinhada com os preceitos defendidos pela CEPAL²⁴ e o Neoestruturalismo²⁵, aponta para um direcionamento das políticas econômicas de maneira a beneficiar mais a população pobre, assumindo a existência de discrepâncias inerentes ao sistema capitalista que não serão eliminadas pela regulação autônoma do mercado (BIELSCHOWSKY, 2009; PNUD, 2006). O ponto de convergência, por conseguinte, reside nos impactos negativos produzidos pela desigualdade social sobre a economia e o desenvolvimento humano nos países mais afetados, em especial na América Latina e África Subsaariana, contribuindo para a caracterização destas nações, somados a outros aspectos, como países periféricos, em desenvolvimento ou de terceiro mundo.

Críticos do neoliberalismo defendem que as políticas sociais não lograram êxito na superação das desigualdades nos países latino americanos em grande parte devido ao risco que estes correram ao seguir os preceitos do Consenso de Washington. Ao apresentarem-se enquanto economias ainda em processo de desenvolvimento, enfrentam a impossibilidade de alcance de resultados eficientes no mercado globalizado. Nesse sentido, destaca-se que o sucesso de uma estratégia para o desenvolvimento da América Latina estaria ligado à elaboração de estratégias horizontais, propostas pelos próprios países em desenvolvimento, contextualizando suas especificidades e abandonando a ideia de uma política ‘tamanho único’ (STIGLITZ, 2008).

Assim, inserem-se como características principais da economia brasileira nos últimos cinquenta anos (em maior ou menor grau, a depender do período analisado) a pouca robustez na economia, uma industrialização tardia/imatura/dependente dos investimentos governamental ou de organismos internacionais, baixa competitividade no mercado

²³ Consenso de Washington: proposição de ações para os países latino americanos visando o desenvolvimento econômico com base em teorias de cunho neoliberal (WILLIAMSON, 2008).

²⁴ CEPAL: Comissão Econômica para América Latina e o Caribe.

²⁵ Defende a abertura da economia para o mercado autorregulado, reduzindo a intervenção estatal, mas ainda mantendo-o ativo na Economia (BIELSCHOWSKY, 2009).



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



internacional, alta suscetibilidade às crises financeiras globais e dificuldades na formação de poupança interna, baixos níveis de investimento em infraestrutura e em capital humano.

Somado a isso, historicamente vê-se imerso nas tentativas cíclicas de contenção dos gastos públicos e no combate à corrupção, o que tira da agenda política o espaço para a proposição de ações voltadas à melhoria da qualidade de vida da população. Neste cenário, torna-se ainda mais premente a adoção de políticas que contemplem o crescimento econômico sustentável, prevendo o aumento da renda per capita com vistas à redução da pobreza e propiciando a participação da população em situação de pobreza na economia através da distribuição de renda (SUZIGAN, 2016; PNUD, 2006).

Indicadores socioeconômicos e desenvolvimento humano

A análise das condições socioeconômicas de uma população somente torna-se possível a partir da utilização de recursos estatísticos, e os indicadores representam uma ferramenta essencial para a análise das informações coletadas. A utilização de indicadores pode permitir a tradução das dimensões sociais para termos operacionais, além de favorecer a investigação dos fenômenos sociais em toda a sua complexidade.

Observa-se que este é o caso do IDH²⁶, que foi adaptado à realidade brasileira num trabalho conjunto que envolveu o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e a Fundação João Pinheiro (FJP). Como resultado desta adaptação surge em 2012 o IDH-M, que assim como o IDH Global, sintetiza outros subíndices que mensuram as dimensões escolaridade, renda e longevidade, adequando-os aos indicadores nacionais disponíveis mais comumente. Em 2013, por meio da realização de um estudo técnico, o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) propôs o aprimoramento do IDH-M a partir da inclusão de três novas dimensões, igualmente importantes na análise do desenvolvimento humano: extrema pobreza, desnutrição infantil e acesso a serviços de creche. O Estudo Técnico nº 20/2013

²⁶ Desenvolvido pelos economistas Mahbub ul Haq (Paquistão) e Amartya Kumar Sen (Índia) em 1990 (PNUD, 2013).



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



realiza um recálculo do índice e observa mudanças nos resultados, indicando avanços ainda mais significativos nas regiões mais vulneráveis do país.

Transferências constitucionais e arrecadação municipal

As receitas municipais²⁷ representam o montante de recursos auferidos num determinado exercício fiscal num município, reunindo o somatório dos impostos, taxas e contribuições recebidos, seja através de recolhimento próprio ou transferências²⁸ intergovernamentais. Essencialmente, são compostas pelas receitas tributárias próprias e pelas transferências intergovernamentais. Somam-se a essas a receita patrimonial, advinda da exploração econômica de bens constantes do patrimônio público, a receita gerada pelos serviços públicos prestados, a contribuição para a iluminação pública e receitas de outra natureza (multas, dívida ativa, *royalties*, entre outras). Contudo, especialmente no que tange municípios de pequeno porte, os recursos oriundos das transferências constitucionais podem chegar a mais de 90% da receita disponível ao município (IBGE, 2017; TESOURO NACIONAL, 2017). Por seu turno, a arrecadação tributária constitui, para a União os estados e os municípios, a principal fonte de recursos a serem utilizados para a operacionalização as decisões políticas de diagnóstico, planejamento, implementação e avaliação das políticas públicas e oferta dos serviços à população.

Entre as principais transferências, figuram o Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE), o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), o Fundo de Compensação pela Exportação de Produtos Industrializados (FPEX), o Fundo de

²⁷ Dividem-se em receitas correntes (aumentam o patrimônio não duradouro do município, extinguindo-se com a execução orçamentária, e são decorrentes da arrecadação de tributos e outras contribuições) e receitas de capital (alteram o patrimônio duradouro do município, e se originam de conversões em espécie de bens e direitos, constituições de dívidas, superávit do orçamento corrente, entre outros). (IBGE, 2016; TESOURO NACIONAL, 2017; BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2008; IPEA, 2017).

²⁸ As transferências são entendidas como o repasse de recursos sem a exigência de contrapartida, e também podem ser classificadas como de capital (destinadas para investimentos ou inversões financeiras, constituindo auxílios ou contribuições) ou correntes (atendem despesas de manutenção ou funcionamento relacionadas a uma finalidade pública específica). (TESOURO NACIONAL, 2017; BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2008).



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



Manutenção e de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) e o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR). (TESOURO NACIONAL, 2017; BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2008). O cálculo que define dos critérios de repasse considera a população de cada município, a renda per capita e outros critérios, e o cálculo para a distribuição do FPM tem como base a fixação de faixas populacionais e o estabelecimento de coeficientes mínimos de participação. Assim, a maior parte do montante do fundo (86,4%) é destinada aos municípios menores, com até 156.000 habitantes, havendo ainda uma subdivisão que estabelece maior coeficiente (0,6) para cidades que tenham registro populacional de até 10.188 habitantes. Para os municípios com população acima de 10.188 e abaixo de 156.000, são estabelecidos coeficientes específicos, considerando 16 faixas populacionais.

O restante dos recursos se divide ainda entre as capitais (10%) e os municípios do interior com maior porte (com mais de 156.000 habitantes), sendo conferido a estes o coeficiente 4,0 e representando 3,6% do total do FPM. Para assegurar o caráter equânime na transferência dos recursos, os coeficientes são maiores para municípios com mais habitantes, mas o valor da transferência per capita é superior para cidades com menor porte. Assim, os referidos critérios de repasse podem acabar dificultando as decisões de gestão que busquem a autonomia e o desenvolvimento de receita própria por parte dos municípios, pois:

[...] não levam em conta o esforço que cada prefeitura realiza para obter receitas por meio do exercício das suas competências tributárias próprias. Em consequência, é grande o incentivo que pequenos municípios encontram para se desmembrarem em unidades ainda menores e/ou para não desenvolver adequadamente seu potencial tributário (ARAÚJO, 2007, p. 75).



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



Procedimento metodológico

Esta pesquisa se caracteriza como quali/quantitativa e descritiva, utilizando-se da pesquisa documental com fontes estatísticas e dados oficiais, a saber: IDH-M e PIB municipais, receitas e despesas orçamentárias municipais (recorte: 2000 e 2010) e o quantitativo de beneficiários do PBF nos municípios (recorte: 2004 e 2010). Todos os dados analisados são de domínio público e foram extraídos das bases do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD – Atlas do Desenvolvimento Humano), do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), Tesouro Nacional, IBGE, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES). Ressaltamos que o recorte para utilização dos dados do Programa Bolsa Família difere dos demais tendo em vista que o programa foi instituído pelo Governo Federal somente em 2003, com implantação efetiva a partir de 2004. O critério de escolha dos municípios componentes da amostra foi o marcador de IDH-M muito baixo (abaixo de 0,500) no ano 2000 no estado do Paraná.

Resultados e discussões

Vinte e quatro municípios enquadravam-se nas faixas mais baixas do IDH-M, sendo estes, em ordem decrescente: Altamira do Paraná, Antônio Olinto, Cruz Machado, Turvo, Inácio Martins, Campina do Simão (os três últimos empatados), Diamante do Sul, Reserva, Mato Rico, Curiúva, Santa Maria do Oeste, Itaperuçu, Rio Branco do Ivaí, Ortigueira, Rio Bonito do Iguaçu, Cândido de Abreu, Cerro Azul, Goioxim, Tunas do Paraná, Marquinho, Guaraqueçaba, Coronel Domingos Soares, Laranjal e Doutor Ulysses. Outros cento e oitenta e cinco municípios atingiram níveis de IDH-M considerado baixo (entre 0,500 e 0,599), seguidos por cento e oitenta com IDH-M médio (entre 0,600 e 0,699). Por conseguinte, dez municípios foram listados no mesmo ano com IDH-M considerado alto (entre 0,700 e 0,799): Curitiba, Maringá, Quatro Pontes, Pato Branco, Londrina, Entre Rios do Oeste, Marechal Cândido Rondon, Palotina, Maripá (os dois últimos empatados) e



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



Ivatuba. Não havia no período nenhum município com IDH-M considerado muito alto (acima de 0,800). Percebe-se na Tabela 1 que não havia no ano 2000 nenhum município com IDH-M muito alto (acima de 0,800), situação que se transformou em 2010, com as cidades de Curitiba e Maringá.

Tabela 1 - Distribuição dos municípios conforme IDH-M em 2000 e 2010

	IDH-M 2000		IDH-M 2010	
	n	%	N	%
Muito alto	0	0,00	2	0,51
Alto	10	2,50	236	59,15
Médio	180	45,12	157	39,34
Baixo	185	46,37	4	1,00
Muito baixo	24	6,01	0	0,00
Total	399	100	399	100

Fonte: PNUD (2013).

Da mesma forma, os vinte e quatro municípios classificados com IDH-M muito baixo no ano 2000 apresentaram importante mudança no ranking, deixando o último patamar e passando a figurar entre a categorização de médio e baixo. Dentre todos os municípios pesquisados, apenas quatro permaneceram em posição significativamente desfavorável: Guaraqueçaba, Laranjal, Cerro Azul e Doutor Ulysses. Ao considerar a divisão do estado em regiões geográficas, percebe-se uma maior concentração de municípios com baixo IDH-M na metade inferior do estado. A região Centro Sul foi a que mais apresentou municípios nesta categoria, seguida pela Região Metropolitana de Curitiba e a Região Centro Oriental.

Percebe-se que dentre os municípios com melhores índices de desenvolvimento, com exceção da capital, a maior concentração está na Região Oeste, seguida pelo Norte Central. Após uma década é possível a observação de uma expressiva transformação no IDH-M do estado. Apenas quatro municípios ainda permanecem com IDH-M baixo no período, havendo maior concentração destes na Região Metropolitana de Curitiba. Também merece destaque a evolução da capital para a categoria de IDH-M muito alto (assim como Maringá). Pode-se inferir que a estagnação dos municípios de Doutor Ulysses, Cerro Azul e



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



Guaraqueçaba, somada a evolução da Capital indica um aumento da desigualdade de renda na região.

Todos os municípios pesquisados apresentaram grande variação percentual positiva quando comparados os índices nos anos 2000 e 2010, sendo o maior resultado alcançado por Doutor Ulysses (44,83%) e o menor resultado por Ortigueira (30,08%).



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



Tabela 2. Evolução do IDH-M nos municípios pesquisados

Posição em 2000	Posição em 2010	Nome	IDHM (2000)	IDHM (2010)	Classificação em 2000	Classificação em 2010
Região Centro Ocidental						
376 °	331°	Altamira do Paraná	0,496	0,672	Muito baixo	Médio
Região Centro Oriental						
389 °	391°	Ortigueira	0,472	0,614	Muito baixo	Médio
383 °	388°	Reserva	0,485	0,637	Muito baixo	Médio
Região Centro Sul						
379 °	381°	Campina do Simão	0,491	0,641	Muito baixo	Médio
393 °	368°	Goioxim	0,446	0,608	Muito baixo	Médio
379 °	394°	Inácio Martins	0,491	0,656	Muito baixo	Médio
398 °	397°	Laranjal	0,419	0,573	Muito baixo	Muito baixo
395 °	389°	Marquinho	0,433	0,600	Muito baixo	Médio
384 °	380°	Mato Rico	0,483	0,632	Muito baixo	Médio
390 °	383°	Rio Bonito do Iguaçu	0,466	0,611	Muito baixo	Médio
386 °	391°	Santa Maria do Oeste	0,475	0,629	Muito baixo	Médio
379 °	318°	Turvo	0,491	0,656	Muito baixo	Médio
Norte Central						
391 °	383°	Cândido de Abreu	0,460	0,609	Muito baixo	Médio
388 °	369°	Rio Branco do Ivaí	0,473	0,618	Muito baixo	Médio
Norte Pioneiro						
385 °	348°	Curiúva	0,482	0,630	Muito baixo	Médio
Oeste						
382 °	393°	Diamante do Sul	0,488	0,640	Muito baixo	Médio
Região Metropolitana de Curitiba						
392 °	398°	Cerro Azul	0,450	0,609	Muito baixo	Muito baixo
399 °	399°	Doutor Ulysses	0,377	0,546	Muito baixo	Muito baixo
396 °	396°	Guaraqueçaba	0,430	0,587	Muito baixo	Muito baixo
387 °	374°	Itaperçu	0,474	0,629	Muito baixo	Médio
394 °	390°	Tunas do Paraná	0,442	0,600	Muito baixo	Médio
Sudeste						
378 °	338°	Cruz Machado	0,492	0,664	Muito baixo	Médio
377 °	348°	Antônio Olinto	0,495	0,667	Muito baixo	Médio
Sudoeste						
397 °	394°	Cel. Domingos Soares	0,426	0,585	Muito baixo	Médio

Fonte: PNUD (2013).

Destaque-se que, apesar do aumento deveras significativo no IDH-M, este não foi suficiente para que Doutor Ulysses deixasse de figurar no patamar muito baixo e último lugar do ranking. Os outros três municípios que apresentam IDH-M baixo no estado (Cerro Azul, Laranjal e Guaraqueçaba), também apresentaram importante melhora, embora ainda



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



permaneçam na mesma categoria. Dentre estes, Cerro Azul foi o que apresentou melhora menos representativa.

Também é possível observar que as cidades localizadas nas regiões Centro Sul e Metropolitana de Curitiba apresentaram as maiores taxas de crescimento do Índice. Por fim, percebe-se que dentre os dez municípios com maior crescimento, oito figuravam no ano 2000 nas piores posições do ranking, o que sugere esforços pronunciados ao longo da década para a melhoria das condições de vida da população. Ao lançar mão da principal característica do IDH-M, a sua capacidade de avaliar simultaneamente as condições de renda, longevidade e educação da população, pode-se destacar como principal resultado a expressiva variação do componente educação.

Todos os municípios superaram os números do ano 2000 num crescimento de mais de 50%, sendo o mais significativo resultado o da cidade de Tunas do Paraná (136%) e o menor o de Rio Branco do Ivaí, que mesmo apresentando a menor variação ainda superou a marca anterior em 65,23%. Os quatro municípios com pior colocação no ranking geral do IDH-M figuram entre os dez que mais melhoraram o componente educação. A Tabela 2 retrata o comportamento do IDM-M dos municípios categorizados por região geográfica.

Finanças públicas

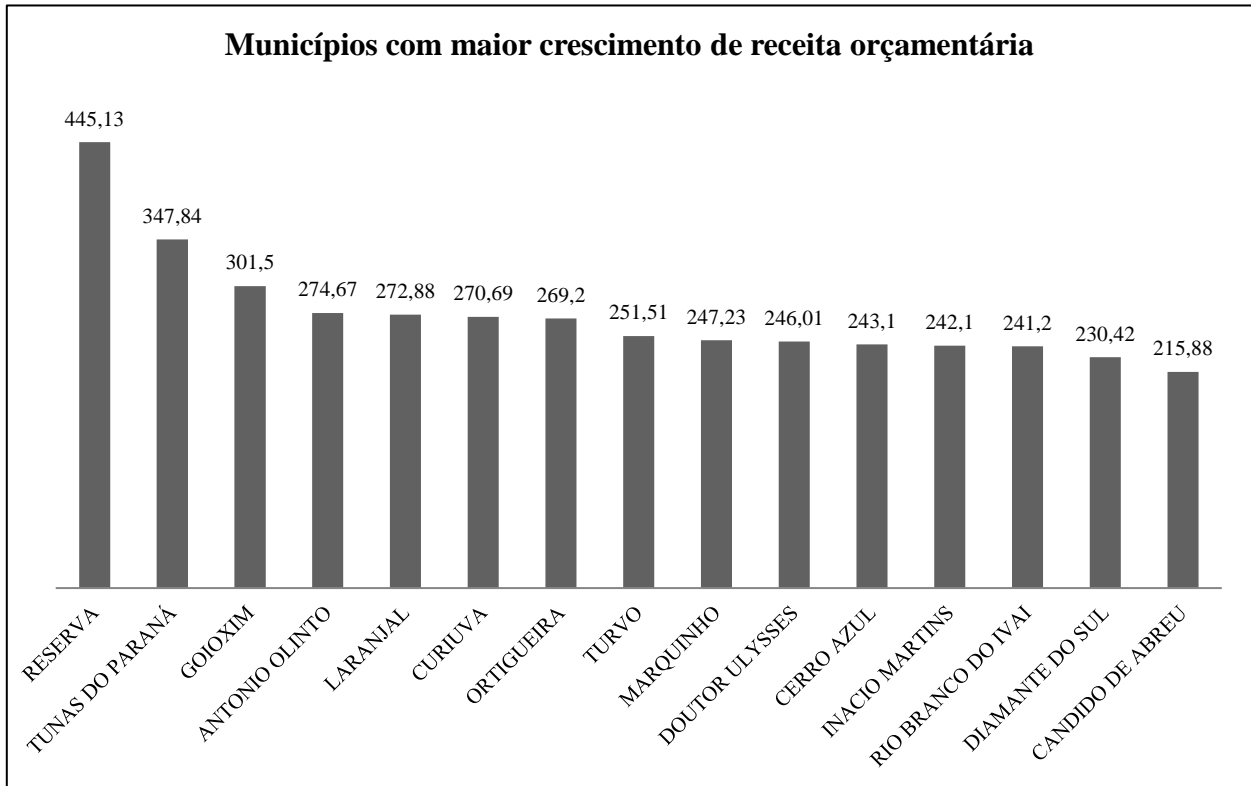
O Gráfico 1 aponta os quinze municípios que mais apresentaram aumento proporcional na receita orçamentária, quando comparados os anos de 2000 e 2010. Não por acaso, todos apresentaram expressivas mudanças no IDH-M, e dentre estes listamos Doutor Ulysses, Marquinho, Laranjal, Goioxim, Tunas do Paraná e Cerro Azul, que também aparecem na lista das dez cidades que mais melhoraram o IDH-M.



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



Gráfico 1 - Municípios com maior aumento de receita orçamentária entre 2000 e 2010



Fonte: Tesouro Nacional (2016).

A composição da receita dos municípios pesquisados indicou que a maior fonte de recursos são as transferências constitucionais. Em todos os casos, o montante repassado pelo estado e pela União significou mais de 70% do total da receita, indicando a pouca capacidade de geração de ativos por parte das cidades pesquisadas. Das dez cidades que melhoraram mais substancialmente o IDH-M, seis apresentam-se entre as que mais dependem das transferências intergovernamentais, o que indica a necessidade da continuidade do auxílio externo para a melhoria das condições de vida da população destes municípios. Também podemos destacar que, dentre os municípios com IDH-M mais alto, Marechal Cândido Rondon, Entre Rios do Oeste, Londrina, Maringá e Curitiba apresentaram até 65% de participação do repasse governamental nas suas receitas, sendo a capital aquela que menos depende das transferências, com apenas 39,59% destas compondo



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



a sua receita. Observa-se também pouca alteração no cenário desta dependência quando comparados os anos de 2000 e 2010, conforme elencam as Tabelas 3 e 4:

Tabela 3. Transferências intergovernamentais nas receitas dos municípios com IDHM alto/muito alto

Municípios com menor percentual de transferências intergovernamentais (%)			
Município	% Transf. na Receita	IDH-M 2010	Posição no Ranking
Curitiba	39,59	0,823	1
Maringá	54,98	0,808	2
Londrina	55,14	0,778	6
Entre Rios do Oeste	62,50	0,774	17
Marechal Cândido Rondon	63,26	0,768	7

Fonte: Tesouro Nacional (2016)

Tabela 4. Participação das transferências intergovernamentais nas receitas dos municípios com IDHM médio ou baixo

Municípios com maior percentual de transferências intergovernamentais (%)			
Município	% Transf. na Receita	IDH-M 2010	Posição no Ranking
Goioxim	96,82	0,608	368
Altamira do Paraná	96,81	0,672	331
Mato Rico	96,53	0,632	380
Guaraqueçaba	96,05	0,587	396
Campina do Simão	96,01	0,641	381
Rio Bonito do Iguaçu	95,75	0,611	383
Rio Branco do Ivaí	95,75	0,618	369
Antônio Olinto	95,59	0,667	348
Marquinho	95,58	0,600	389
Cel. Domingos Soares	95,01	0,585	394

Fonte: Tesouro Nacional (2016).

Traçando um comparativo entre Quatro Pontes e Doutor Ulysses, municípios com respectivamente o pior e o melhor desempenho no IDH-M em 2010 (excetuando-se a capital e Maringá), encontramos a seguinte distribuição de receita orçamentária:



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



Tabela 5. Composição da receita corrente conforme IDH-M 2010

Composição da Receita Corrente - 2010		
	Quatro Pontes	Doutor Ulysses
Receita Tributária	6,23%	5,90%
Transferências Correntes	93,30%	93,10%
Outras Receitas correntes	0,52%	1,00%

Fonte: Tesouro Nacional (2016)

Tabela 6. Composição das transferências correntes

Composição das Transferências Correntes - 2010		
	Quatro Pontes	Doutor Ulysses
FPM	51%	50,90%
Cotas Impostos Federais	4,10%	2,10%
Fundos setoriais federais	3,90%	8,40%
Cotas impostos estaduais	35,00%	22,50%
Fundos setoriais estaduais	0,00%	0,40%
Outras transferências	6,00%	15,70%
Total	100,00%	100,00%

Fonte: Tesouro Nacional (2016).

Dentre as transferências intergovernamentais, o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) aparece em maior participação, seguido pelo repasse dos impostos de âmbito estadual, como IPVA e ICMS. Nos dois casos utilizados como exemplo, conforme a tabela 5, observamos que a despeito da posição que ocupam no ranking do IDH-M ambos os municípios apresentaram grande dependência das transferências correntes na composição das suas receitas. Nesse sentido, percebem-se indícios de uma confirmação das inferências até aqui realizadas, indicando a baixa autonomia financeira dos municípios de pequeno e médio porte.



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



Gráfico 2. Gastos Públicos com Assistência Social e Previdência



Fonte: IPEA (2017)

Ao tratar dos gastos públicos por função, observou-se em quase todos os municípios pesquisados um aumento nas despesas relacionadas à assistência social, previdência, direito à cidadania e trabalho. Confere-se atenção ao município de Mato Rico, que apresentou uma variação positiva de 2.197% quando comparadas as despesas com o ano 2000. Ressalte-se a possibilidade de subinformação e/ou carência de uniformização na classificação dos gastos públicos dos municípios pesquisados, tendo em vista as lacunas verificadas nas bases de dados utilizadas. Não obstante, encontramos entre os municípios que mais ampliaram os gastos com assistência social aqueles que figuraram nas piores posições do IDH-M no ano 2000.

No que se refere ao quantitativo de beneficiários do PBF, houve em 22 dos municípios pesquisados um aumento no número de famílias beneficiárias. Contudo, em algumas situações a variação pode ser considerada insignificante, como em Antônio Olinto (2,42%) e Cruz Machado (1,83%). No município de Coronel Domingos Soares o quantitativo de famílias beneficiárias permaneceu o mesmo nos dois anos pesquisados, e a cidade de Tunas de Paraná apresentou o aumento mais expressivo, com uma variação de 279,64% no total de famílias atendidas pelo programa. Em Altamira do Paraná, em 2004, o



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



total em R\$ dos valores repassados às famílias superou em 194% o montante investido em assistência social pelo município. Em 2010, Itaperuçu recebeu em recursos transferidos diretamente à população o equivalente a 54% dos gastos públicos com as famílias atendidas pela assistência social. Os montantes repassados por meio da transferência condicional do Bolsa Família, quando comparados com os gastos com Assistência Social nos municípios, indicam a importância deste benefício para o enfrentamento das situações de vulnerabilidade social. Também se destaca o importante impacto que o repasse do Fundo Nacional da Assistência Social (FNAS) trouxe para a receita dos municípios.

Tabela 7. Evolução do quantitativo de beneficiários do PBF

Famílias beneficiárias PFB - 2004 e 2010			
Município	2004	2010	Variação (%)
Altamira do Paraná	294	550	87,07
Antônio Olinto	620	635	2,42
Campina do Simão	307	518	68,73
Cândido de Abreu	1.421	1.930	35,82
Cerro Azul	1.272	2.195	72,56
Coronel Domingos Soares	472	472	0
Cruz Machado	981	999	1,83
Curiúva	651	1.357	108,45
Diamante do Sul	131	401	206,11
Doutor Ulysses	510	821	60,98
Goioxim	460	986	114,35
Guaraqueçaba	462	937	102,81
Inácio Martins	528	1.237	134,28
Itaperuçu	1.020	2.438	139,02
Laranjal	213	878	312,21
Marquinho	289	586	102,77
Mato Rico	361	541	49,86
Ortigueira	2.477	2.950	19,1
Reserva	806	2.304	185,86
Rio Bonito do Iguçu	1.093	1.692	54,8
Rio Branco do Ivaí	395	475	20,25
Santa Maria do Oeste	831	1.432	72,32
Tunas do Paraná	167	634	279,64
Turvo	1.016	1.642	61,61

Fonte: MDS (2017)



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



Chama à atenção a expressiva variação do componente educação no indicador dos municípios cujos números eram desfavoráveis no ano 2000. O aumento deste subíndice superou os 100% em cidades como Goioxim, Tunas do Paraná, Marquinho, Coronel Domingos Soares e Doutor Ulysses, o que pode refletir a soma de esforços mais efetivos para a melhoria da qualidade da educação, o que impactou na mudança de classificação de muito baixo para médio em quatro destes municípios (a exceção foi Doutor Ulysses).

Quando analisado o comportamento do IDH-M por região geográfica (IPARDES, 2017), observa-se que o Centro Sul do estado abarca a maioria dos municípios com baixos índices de desenvolvimento humano (Campina do Simão, Goioxim, Inácio Martins, Marquinho, Mato Rico, Rio Bonito do Iguazu, Santa Maria do Oeste, Turvo e Laranjal - este último permaneceu com IDH-M muito baixo também em 2010). Tal resultado aponta para a necessidade do desenvolvimento de ações específicas para a superação das vulnerabilidades que se revelam mais intensas na metade sul do estado. Faz-se importante destacar que muitas outras variáveis podem ter exercido influência nos resultados observados, sendo necessário maior aprofundamento no estudo destas em futuros trabalhos. Os municípios que mais avançaram na melhoria do IDH-M também foram aqueles que apresentavam-se em situação mais desfavorável no ano 2000, e questões como o aumento da receita orçamentária, de repasse dos fundos setoriais e redistribuição tributária podem ter influenciado positivamente nos resultados observados.

Faz-se importante destacar a dependência dos municípios estudados frente às transferências governamentais estadual e federal, indicando a fragilidade na sustentabilidade destas cidades mediante geração de receita própria. Nesse sentido, os resultados da pesquisa corroboram Araújo (2007), quando destaca que há uma relação inversamente proporcional entre a receita proveniente das transferências constitucionais (em particular o FPM) e as receitas tributárias próprias, tendo em vista que quanto menor o município, maior será a parcela do FPM recebida e menor será a sua receita tributária. Ressalta-se, portanto, a necessidade do desenvolvimento da capacidade de arrecadação dos municípios, considerando, contudo, as particularidades sociais, econômicas e o perfil político dos gestores locais. Não obstante, Araújo também aponta como possíveis causas da



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



cronicidade desta dependência dos recursos externos as falhas de planejamento e no processo de tomada de decisão do poder executivo, no que tange às iniciativas para exercer a cobrança dos tributos de cunho estritamente municipal. Por fim, quanto à necessidade de aprofundamento de pesquisas no âmbito dos programas de transferência de renda, Neri, Vaz e Souza (2013) destacam a importância de diversificar as metodologias utilizadas e as variáveis estudadas, visto que “em vários trabalhos, o foco é dado para os efeitos regionais e redistributivos das transferências, com pouca ênfase nos efeitos sobre a renda e o consumo [...], utilizam uma estrutura desatualizada do consumo e da distribuição de rendimentos das famílias [...]” (2013, p. 193-194).

Somado a isso, também se faz mister a discussão a respeito da efetividade das ações intersetoriais, tendo em vista os desafios de focalização da população alvo e a multiplicidade que esta apresenta. Neste âmbito, Bichir salienta a “[...] necessidade de articulação do programa com outras políticas [...], uma vez que é ingênuo depositar expectativas de reversão de problemas históricos do país em um único programa de transferência de renda” (2010, p. 126).

Conclusão

Concluimos, portanto, que os municípios estudados apresentaram um salto qualitativo considerável entre os anos pesquisados, expandindo positivamente os indicadores de qualidade de vida da população. Isto se deveu, possivelmente, ao aumento exponencial dos recursos recebidos através das transferências intergovernamentais, a criação de novos tributos e fundos setoriais nos âmbitos estadual e municipal, e ainda aos avanços dos programas de transferência condicionada de renda. Também há um indicativo de que os esforços empregados na melhoria dos indicadores foram mais significativos entre os municípios que apresentavam condições mais desfavoráveis no início da década pesquisada, ainda que em alguns casos este não tenha sido suficiente para a superação do patamar do IDH-M baixo. A realização de pesquisas que utilizem recortes temporais



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



posteriores contribuirá em grande medida para qualificar esta análise, permitindo a continuidade do processo avaliativo das ações de planejamento, implementação e monitoramento das políticas públicas que visem o alcance dos mínimos sociais e a superação das desigualdades, nas esferas municipal, estadual e federal.

REFERÊNCIAS

BICHIR, R. M. O Bolsa Família na berlinda? Os desafios atuais dos programas de transferência de renda. **Novos Estudos**, n. 87, julho 2010, pp. 115-129.

BIELSCHOWSKY, R. Sesenta años de la CEPAL: estructuralismo y neoestructuralismo. **Revista CEPAL**, n. 97, p. 173-194, abr 2009.

BRASIL. Lei nº 8742, de 7 de dezembro de 1993. **LOAS Anotada**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília, DF, 2010.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional da Assistência Social**. Brasília, DF, 2005. 73 p.

_____, Ministério do Desenvolvimento Social. **Estudo técnico nº 06/2012**: Evolução da renda e da desigualdade – comparação entre os censos de 2000 e 2010. Disponível em <<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/pesquisas/lista-s.php?tp=etec&stk=ano&id=9>> Acesso em: 16 mai. 2017.

_____, Ministério do Desenvolvimento Social. **Estudo técnico nº 20/2013**: Análise do IDH-M e possibilidades de aprimoramento para captação mais apurada dos efeitos das Políticas de Desenvolvimento Social. Disponível em <<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/pesquisas/lista-s.php?tp=etec&stk=ano&id=67>> Acesso em: 16 mai. 2017.

_____, Ministério do Desenvolvimento Social. **Indicadores e Microdados**. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI), 2017. Disponível em <<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/portal/>> Acesso em: 16 mai. 2017.

_____, Ministério da Fazenda. **Transferências constitucionais legais**: dados consolidados. Tesouro Nacional, 2017. Disponível em <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/web/stn/-/transferencias-constitucionais-e-legais#Dados_consolidados> Acesso em: 16 mai. 2017.



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



_____, Banco Central. **Finanças públicas**: Sumário dos Planos Brasileiros de Estabilização e Glossário de Instrumentos e Normas Relacionados à Política Econômico-Financeira. 6ª Ed. Brasília, 2008. Disponível em <<http://www.bcb.gov.br/htms/infecon/finpub/manualfinpublp.pdf>> Acesso em: 16 jun. 2017.

_____. Tesouro Nacional. **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público**. 7ª Ed. Brasília, 2017. Disponível em <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/456785/MCASP+7%C2%AA%20edi%C3%A7%C3%A3o+Vers%C3%A3o+Final.pdf/6e874adb-44d7-490c-8967-b0acd3923f6d>> Acesso em: 02 jun. 2017.

_____. Sistema **FINBRA (Finanças do Brasil)**. **Dados Contábeis dos Municípios (2000 e 2010)**. Disponível em <<http://www.tesouro.gov.br/web/stn/finbra-financas-municipais>> Acesso em: 17 jun. 2017.

CAMPELLO, T. Uma década derrubando mitos e superando expectativas. In: CAMPELLO, T.; NERI, M. C. (orgs). **Programa Bolsa Família**: uma década de inclusão e cidadania. Brasília: IPEA, 2013, 494 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2016. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98965.pdf>> Acesso em: 02 jun. 2017.

_____. Indicadores econômicos. **Produto Interno Bruto dos Municípios**: 2000 e 2010. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=46> Acesso em: 16 jun. 2017.

_____. **Produto interno bruto dos municípios**: 2010-2014. Coordenação de Contas Nacionais. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. 79 p. – (Série Contas Nacionais, n. 54). Disponível em <<http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=299051>> Acesso em: 02 jun. 2017.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA E APLICADA (IPEA). **Base de dados regional: finanças públicas**: 2000 e 2010. Disponível em <<http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>>. Acesso em: 02 mai. 2017.

NERI, M. C.; VAZ, F. M; SOUZA, P. H. G. F. de. Efeitos macroeconômicos do programa bolsa família: uma análise comparativa das transferências sociais. In: CAMPELLO, T.; NERI, M. C. (orgs). **Programa Bolsa Família**: uma década de inclusão e cidadania. Brasília: IPEA, 2013, 494 p.



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



PAIVA, L.; FALCÃO, T.; H; BARTHOLO, L. Do bolsa família ao brasil sem miséria: um resumo do percurso brasileiro recente na busca da superação da pobreza extrema. In: CAMPELLO, T.; NERI, M. C. (orgs). **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: IPEA, 2013, 494 p.

PNUD. Analysing and achieving pro-poor growth. **Rev. Poverty in focus**: International Poverty Centre (IPC), 2006.

_____. **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro**. – Brasília: PNUD, IPEA, FJP, 2013. Disponível em <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/home/>> Acesso em: 02 jun. 2017.

SERRA, N.; STIGLITZ, J. E. The Washington Consensus reconsidered: towards a new global governance (the initiative for policy dialogue series). Oxford University Press, 2008.

SUZIGAN, W. Prefácio. In: GIAMBIAGI, F. et al. **Economia Brasileira Contemporânea (1945 – 2015)**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016, 319 p.